

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFACEX



# **ENCONTRO CIENTÍFICO E CULTURAL DO UNIFACEX - ENEX**

**DE 17 A 19 DE NOVEMBRO DE 2021**

**NATAL/RN  
2021**

**CENTRO PARA FORMAÇÃO DE EXECUTIVOS-CIFE - MANTENEDOR**

CHANCELER – JOSÉ MARIA BARRETO DE FIGUEREDO  
DIRETORA ADMINISTRATIVA – CANDYSSE MEDEIROS DE FIGUEIREDO  
DIRETOR FINANCEIRO – OSWALDO GUEDES DE FIGUEIREDO NETO

**CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFACEX – MANTIDA**

REITORA – CANDYSSE MEDEIROS DE FIGUEIREDO  
PRÓ-REITOR ACADÊMICO – CELLY FRANCK DA CRUZ MOURA  
SECRETÁRIO – JÚLIO APARECIDO KENED DE BRITO  
PRÓ-REITORA ADMINISTRATIVA - CANDYSSE MEDEIROS DE FIGUEIREDO

Todos os resumos contidos nestes Anais foram reproduzidos de cópias fornecidas por seus autores, portanto, o conteúdo apresentado é de suas exclusivas responsabilidades. Assim, a comissão organizadora do Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX - ENEX não se responsabiliza pelas consequências decorrentes do uso de quaisquer dados publicados nestes Anais.

**UNIFACEX  
DIVISÃO DE APOIO AO USUÁRIO  
FICHA CATALOGRÁFICA NA FONTE**

E56a Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX – ENEX (18, Natal, RN, 2021).

Anais do XVIII Encontro Científico e Cultural do UNIFACEX – ENEX, 17 a 19 de Novembro de 2021/ Comissão Organizadora: Celly Franck da Cruz Moura [*et al.*]. - Natal: UNIFACEX, 2021.  
149 p.

1. Congresso Científico. 2. Pesquisa. 3. Resumo. I. Centro Universitário Facex (UNIFACEX). II. Moura, Celly Franck da Cruz. (Org.) [*et al.*]. III. Título.

BSNFBA

CDU 37:058

## **COMISSÃO CIENTÍFICA**

Celly Franck da Cruz Moura  
Gislana Pereira de Oliveira  
José Medeiros dos Santos  
Marília Rosa Braga de Andrade  
Roosevelt Bezerra da Silva Filho  
Candysse Medeiros de Figueiredo

## **NOME AVALIADORES**

Joseane Maria Araújo de Medeiros  
Ana Edilza Aquino de Sousa  
Andressa Caroline de Lara Menezes de Medeiros  
Genyklea Silva de Oliveira  
João de Deus de Araújo Filho  
Kaliane Karla Ferreira dos Santos  
Lúcia de Fátima Cunha  
Maria Alice Pimentel Fuscilla  
Raphael Augusto Souza de Almeida  
Valéria Gomes Álvares Pereira  
Waleska Patrícia de Lima Santos

## SUMÁRIO

<b>ENFERMAGEM</b> .....	<b>05</b>
O PAPEL DO ENFERMEIRO COMO GERENTE NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA.....	06
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM A TENTATIVA DE SUICÍDIO: RELATO DE EXPERIÊNCIA NUMA PRÁTICA VIVENCIAL.....	09
<b>FARMÁCIA</b> .....	<b>11</b>
ANÁLISE DA PRÁTICA DA AUTOMEDICAÇÃO NA COVID-19.....	12
<b>ENGENHARIA CIVIL</b> .....	<b>21</b>
ESTUDO COMPARATIVO DA UTILIZAÇÃO DE LAJES PRÉ-MOLDADAS COM VIGOTAS TRELIÇADAS COM BLOCO CERÂMICO E EPS COMO ELEMENTOS DE ENCHIMENTO.....	22
ANÁLISE DA QUALIDADE DA ÁGUA DA CHUVA NO MUNICÍPIO DE TAIPU – RN E SEU POTENCIAL DE REAPROVEITAMENTO PARA CONSUMO HUMANO.....	31
<b>FISIOTERAPIA</b> .....	<b>39</b>
PRÁXIS EDUCATIVO COLETIVA E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DE MORFOLOGIA EM MEDICINA.....	40
ENSINO DE MORFOLOGIA MEDICINA ATRAVÉS DE CARREIROS DA APRENDIZAGEM.....	42
<b>GASTRONOMIA</b> .....	<b>44</b>
EMPÓRIO 52, PROJETO DE UM NEGÓCIO GASTRONÔMICO.....	45
PUDIM DE CUSCUZ COM TAPIOCA.....	47
<b>NUTRIÇÃO</b> .....	<b>49</b>
ALIMENTAÇÃO VEGANA E OS SERVIÇOS DE SAÚDE: UMA REVISÃO DE LITERATURA.....	50
NUTRIÇÃO E SUSTENTABILIDADE: A IMPORTÂNCIA DA UTILIZAÇÃO INTEGRAL DOS ALIMENTOS.....	52
<b>ODONTOLOGIA</b> .....	<b>55</b>

HÁBITOS PARAFUNCIONAIS E SUAS IMPLICAÇÕES: UMA REVISÃO DA LITERATURA.....	56
ESCOVAS DENTAIS: ARMAZENAMENTO E DESCONTAMINAÇÃO.....	58
USO DA CINTILOGRAFIA COMO MEIO AUXILIAR NAS AMPUTAÇÕES DOS TUMORES FACIAIS.....	60
EXTENSÃO EM IMAGINOLOGIA ODONTOLÓGICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	62
ADAPTAÇÃO DA CLÍNICA ODONTOLÓGICA PARA MINIMIZAR A ANSIEDADE DURANTE O TRATAMENTO.....	64
ULCERAÇÃO AFTOSA RECORRENTE: UMA REVISÃO ATUAL DA LITERATURA.....	67
TRAUMAS EM PACIENTES PEDIÁTRICOS.....	69
<b>PEDAGOGIA.....</b>	<b>71</b>
O PAPEL DO APOIO PEDAGÓGICO NA INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NA ESCOLA.....	72
EDUCAÇÃO INFANTIL: A INDISSOCIABILIDADE ENTRE O CUIDAR E O EDUCAR.....	76
O PEDAGOGO NO ESPAÇO PRISIONAL.....	81
PALCO CULTURAL E HISTÓRICO.....	88
A FUNCIONALIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO BÁSICO: O ENCADEAMENTO DA BNCC E DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS NO CONSTRUCTO SOCIAL.....	90
POR UMA EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA DECOLONIAL: EXPERIÊNCIA DOCENTE NO ENSINO BÁSICO.....	100
CONTOS DE UM POVO DA CIDADE DE EXTREMOZ.....	107
A INCLUSÃO NO PERÍODO DA PANDEMIA.....	109
ELUCIDAÇÕES AO ATO DE BRINCAR NA INFÂNCIA.....	113
A ORIGEM DA CIDADE DO NATAL.....	115
A EDUCAÇÃO INFANTIL E AS ADVERSIDADES NA PANDEMIA.....	117
O PALÁCIO POTENGI.....	119

EXTENSÃO: ESPAÇO DE PROTAGONISMO ESTUDANTIL.....	121
ROTEIRO DE TURISMO PEDAGÓGICO, NOS PONTOS TURÍSTICOS DO BAIRRO DA RIBEIRA NATAL-RN.....	123
O PAPEL DA ESCOLA NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....	125
INVASÕES HOLANDEASAS NO RIO GRANDE DO NORTE.....	133
RENDEIRAS DA VILA DE PONTA NEGRA: NOSSAS RAÍZES E NOSSA CULTURA.....	135
RIQUEZAS ORIUNDAS DA PRAIA DE PIRANGI.....	137
<b>PSICOLOGIA.....</b>	<b>139</b>
INTERVENÇÃO PRÉVIA NO DESENVOLVIMENTO DA FALA NA PRIMEIRA INFÂNCIA.....	140
IMPACTOS DO ENSINO REMOTO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DE GRADUANDOS EM PSICOLOGIA DO UNIFACEX.....	142
PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA BRASILEIRA: ANÁLISE HISTÓRICA EM CONTRAPONTO AO ELITISMO DA PSICOLOGIA TRADICIONAL.....	147
A COMUNICAÇÃO NÃO-VIOLENTA COMO AÇÃO EMPREENDEDORA PARA O CAMPO DA PSICOLOGIA.....	148

# **ENFERMAGEM**



## O PAPEL DO ENFERMEIRO COMO GERENTE NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA

### AUTORES:

Carla Cristina Campos  
Fábio Claudiney da Costa Pereira

**INTRODUÇÃO:** O trabalho na ESF exige da gerência o exercício de uma liderança competente para a busca resolutiva das necessidades sanitárias de um território por meio da mobilização dos trabalhadores para cumprimento das metas estabelecidas pelo grupo e pela instituição. Nesse sentido, o enfermeiro tem se mostrado como um bom nome a desenvolver essa atividade de forma madura, carismática e resolutiva, facilitando o vínculo com a Comunidade. Este estudo objetivou identificar as práticas e percepções do enfermeiro como gerente na Estratégia Saúde da Família.

**METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão integrativa, cuja pesquisa foi realizada por meio da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) que foram incluídas as seguintes bases de dados: Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências em Saúde (LILACS), Base de Dados de Enfermagem (BDENF) e também em literatura cinzenta como os manuais do Ministério da Saúde entre março e novembro de 2021. **RESULTADOS:** apontam que o enfermeiro assume o papel de gerente, coordenando, administrando e gerenciando o trabalho da Unidades de Saúde e dos membros da equipe, olhando não só para o trabalho da equipe de enfermagem e dos agentes comunitários de saúde (ACS), mas ampliando este olhar para toda a equipe multiprofissional. Não obstante, o referido profissional coloca-se como gerente do processo de trabalho que é executado frente a comunidade que é assistida pelo mesmo e assim exerce o papel de liderança na maioria das Comunidades em que está inserido. **CONCLUSÃO:** o estudo apresenta importantes informações para análise de todo o processo do trabalho gerencial do enfermeiro na ESF, onde seu trabalho é reconhecido pela qualidade e capacidade de compreender o ser humano como um todo, além da capacidade de promover uma interação da equipe, comunidade e usuários.

**Palavras-chave:** Atenção Primária à Saúde. Estratégia Saúde da Família e Gestão em Saúde.

### REFERÊNCIAS

BACKES, D. S.; BACKES, M.S.; ERDMANN, A.L.; BÜSCHER, A. O papel profissional do enfermeiro no Sistema Único de Saúde: da saúde comunitária à estratégia de saúde da família. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17,



n.1, p. 223-30, 2012. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/csc/v17n1/a24v17n1.pdf>. Acesso em: 11 maio 2021.

BARRETO, Raissa M. *et al.* (2018). *Dimensões gerenciais na formação acadêmica de enfermagem: uma revisão integrativa*. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, 20. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/ree.v20.47945>. Acesso em: 24 mar. 2021

BICA, Matheus C. *et al.* (2020). Gerenciamento do cuidado em estratégias saúde da família na percepção de enfermeiros. **Revista de Enfermagem da UFSM**, 10 e74. <https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/42518/html>. Acesso em: 24 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. <https://aps.saude.gov.br/biblioteca/visualizar/MTE4OA> acesso em 24 Mar. 2021.

CAÇADOR, Beatriz Santana *et al.* *Ser enfermeiro na Estratégia Saúde da Família: desafios e possibilidades*. **Revista Mineira de Enfermagem** v. 19.3. Disponível em: <http://reme.org.br/artigo/detalhes/1027>. Acesso em: 17 set. 2021.

CHRISTOVAM, Barbara Pompeu; PORTO, Isaura Setenta; OLIVEIRA, Denise Cristina de. *Gerência do cuidado de enfermagem em cenários hospitalares: a construção de um conceito*. **Rev. Esc. Enferm. USP**, São Paulo, v. 46, n. 3, p. 734-741, June 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S008062342012000300028&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S008062342012000300028&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 24 mar. 2021.

COUTINHO, Adriana Fernandes *et al.* *Gestão em enfermagem de pessoal na estratégia saúde da família*. **Revista de Enfermagem UFPE** on line, [S.l.], v. 13, n. 1, p. 137-147, jan. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/237019>. Acesso em: 19 set. 2021.

FERNANDES, Marcelo C. *et al.* Análise da atuação do enfermeiro na gerência de unidades básicas de saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 63, n. 1, p. 11-15, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/QcKg3sPJ8Fd7hpyR7Zt6tsf/?lang=pt>. Acesso em: 12 abr. 2021.

FERNANDES, MC; SILVA, LMS. *Gerência do cuidado do enfermeiro na estratégia saúde da família: revisão integrativa*. **Revista Rene**. 2013; 14(2):438-47. Disponível em <http://periodicos.ufc.br/rene/article/view/3407/2644>. Acesso em: 17 set. 2021.

JONAS, Lucélia Terra; RODRIGUES, Hugo Cardoso; RESCK, Zélia Marilda Rodrigues. *A função gerencial do enfermeiro na Estratégia saúde da Família: limites e possibilidades*. **Revista de APS**;v. 14, n.1, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/14656>. Acesso em: 18 set. 2021.

LOPES, Olívia Cristina Alves *et al.* *Competências dos enfermeiros na estratégia Saúde da Família*. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 24, n.2, e20190145, 2020. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-81452020000200214&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452020000200214&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 24 mar. 2021.

LOWEN, I. M. V. *Competências gerenciais dos enfermeiros na ampliação da Estratégia Saúde da Família*. 2014. Dissertação (Mestrado em Enfermagem). Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/37235>. Acesso em: 18 jul. 2021.

MACIEL, Luciene Maria; LAGE, Ângela Maria Drumond. *O cuidado vivenciado pelo enfermeiro na equipe de Saúde da Família*. **Rev. Enfermagem do Centro Oeste Mineiro**, v. 1, n. 4, 2011. Disponível em: <http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/recom/article/view/107/235> Acesso em: 23 março 2021.

MADUREIRA, GC *et al.* Reflexão sobre a enfermagem e o gerenciamento das unidades básicas de saúde. **Rev. baiana saúde pública** ;v.40, n. 4, 2016. Disponível em: <https://rbsp.sesab.ba.gov.br/index.php/rbsp/article/view/1943> Acesso em: 18 jul. 2021.

MENDES, Karina Del Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto Contexto Enfermagem** 17(4):758-64 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018>. Acesso em: 23 mar. 2021.



## ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM A TENTATIVA DE SUICÍDIO: RELATO DE EXPERIÊNCIA NUMA PRÁTICA VIVENCIAL

### AUTORES:

Mayara Thays Álvares de Melo

Flávia Nanci C. Fernandes

Júlia Câmara Melo Cahú

João de Deus de Araújo Filho

**INTRODUÇÃO:** A prática pedagógica vivencial é um lugar de produção de sujeitos e facilitadora de um novo fazer sentir nos processos educativos, sendo uma ação libertadora e produtora de autonomia. Diante da prática vivencial em serviço, podemos observar diversos casos relacionados a demandas de ordem psiquiátrica, a exemplo da tentativa de suicídio. O suicídio, a cada dia, preocupa mais os profissionais de saúde, pois necessita de mão de obra qualificada e acomete pessoas cada vez mais jovens. Neste sentido, é necessária uma formação mais sensível e que observe os aspectos biopsicossociais dos sujeitos. Este resumo objetivou relatar a experiência de alunos da graduação do quarto período do curso de Enfermagem com a prática vivencial do cuidado em serviço. **METODOLOGIA:** Relato de experiência vivenciado em uma UPA - Unidade de Pronto Atendimento, no bairro Pajuçara (Natal - RN), com a participação de 3 alunas do curso de enfermagem do Unifacex, no mês de outubro de 2021, totalizando 10 encontros. Para registro da vivência, foi utilizado: diário de estágio, observação estruturada, consulta à ficha de atendimento clínico, participação nas atividades, análise da estrutura física da UPA. **RESULTADOS:** Durante a vivência foi observado um elevado número de tentativas de suicídio, principalmente no público mais jovem, independente de sexo ou classe social, concentrados nas áreas adscritas da UPA. Tivemos a oportunidade de vivenciar o atendimento a essas demandas, observando uma fragilidade na assistência prestada e déficit de conhecimento no manejo desses pacientes. Uma das atitudes observadas, comuns nos atendimentos, foi a fala dos profissionais com falta de empatia com o paciente e familiares, principalmente com juízo de valor. **CONCLUSÕES:** Durante a experiência percebemos a importância da capacitação dos profissionais da enfermagem na saúde mental, às dificuldades decorrentes das condições de infraestrutura, recursos humanos e relação de convívio entre os profissionais da saúde.

**Palavras-chave:** Aprendizado baseado na experiência. Assistência à saúde mental. Tentativa de suicídio. Serviços médicos de emergência

## REFERÊNCIAS

CAVALCANTI, K.B. (ORG.). **Pedagogia Vivencial Humanescente**: para sentir e pensar os setes saberes da educação. Curitiba: Editora CRV, 2010b.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. 33. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

RIBEIRO, J. M.; MOREIRA, M. R. Uma abordagem sobre o suicídio de adolescentes e jovens no Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 23, n. 9, p. 2821-2834, 2018.

# FARMÁCIA



## ANÁLISE DA PRÁTICA DA AUTOMEDICAÇÃO NA COVID-19

### AUTORES:

Alana Ferreira da Costa

Alex Brunno do Nascimento Martins

**RESUMO:** O trabalho tem como objetivo identificar fatores associados à prática da automedicação durante a pandemia da Covid-19. Para concepção do presente trabalho, foi aplicado questionário remoto aos habitantes da cidade do Natal/RN com idade entre 20 e 59 anos. Foram avaliadas, após aplicação dos critérios de exclusão, 274 respostas ao questionário. 45,25% dos participantes revelaram ter se automedicado com a intenção de prevenir ou tratar a Covid-19. A maioria dos indivíduos que se automedicaram utilizaram ivermectina (42,70%) e pertenciam ao sexo feminino. 6,93% dos participantes responderam ter observado possíveis reações indesejadas aos medicamentos utilizados. Observou-se na pesquisa, o fenômeno da automedicação o consumo de medicamentos pela população de Natal/RN durante a pandemia. Ocorreu considerável frequência de automedicação pela população de Natal/RN durante a pandemia através dos medicamentos citados na pesquisa, ainda que, apesar da existência de estudos mostrando ineficácia dos medicamentos no tratamento ou na prevenção contra o Covid-19. Faz-se necessário o desenvolvimento de medidas de promoção à saúde, com fontes seguras de informações sobre a conscientização no uso racional de medicamentos e os malefícios do uso indiscriminado.

**Palavras-chave:** Covid-19. Automedicação. Betacoronavírus.

**INTRODUÇÃO:** No final do ano de 2019, na cidade de Wuhan, na China, surgiram os primeiros casos de uma doença respiratória que foi atribuída a um então novo coronavírus, o SARS-CoV-2. A doença foi chamada de Coronavirus Disease 2019, ou Covid-19. Nos meses seguintes, foram confirmados diversos casos da doença que resultaram em milhares de mortes, principalmente em indivíduos considerados de grupo de risco como imunodeprimidos, idosos, gestantes, entre outros (BRASIL, 2020). Posteriormente, em março de 2020, a OMS (Organização Mundial de Saúde) emitiu um comunicado declarando a Covid-19 como uma pandemia, já que muitos países haviam registrado casos da doença (SCHMIDT et al., 2020). Segundo a Anvisa, a automedicação pode ser compreendida como a ação de utilização de medicamentos sem prescrições e isentas da orientação e assistência de um profissional médico ou dentista. Também existe a classificação da automedicação responsável, que pode ser definida como o ato de tratar o surgimento de sinais e sintomas utilizando medicamentos que são aprovados para a venda isenta de prescrição médica. Tendo como pré-requisitos as corretas informações sobre o uso do medicamento, desde a sua posologia até as possíveis interações medicamentosas, assim como a comprovação da sua segurança e eficácia quando utilizados racionalmente (BRASIL, 2001). Com isso, o presente estudo tem como objetivo identificar os fatores associados à prática da automedicação e o uso indiscriminado de medicamentos na população durante a pandemia da Covid-19, bem como investigar a ocorrência de possíveis reações adversas, quantificando a frequência da automedicação e avaliando conhecimento da população sobre os medicamentos.

**METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo observacional transversal descritivo que terá como participantes indivíduos residentes da cidade de Natal/RN com idade entre 20 e 59 anos. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), com o parecer de aprovação nº4.928.935 e CAAE: 50656721.2.0000.5537. Foi aplicado um questionário online de autoria própria, cuja coleta de dados se deu por meio de acesso à plataforma Google Forms durante o mês de outubro de 2021. O formulário teve o objetivo de identificar fatores associados à prática da automedicação e ao uso indiscriminado de medicamentos da população durante a pandemia da Covid-19. Por meio de dados obtidos no TABNET®, chegou-se à estimativa mais recente (2020) da população residente em Natal/RN com idade entre 20 e 59 anos: 531.313 habitantes. Para definir o tamanho da amostra, foi utilizada a calculadora amostral do site Prática Clínica (<https://www.praticaclinica.com.br/anexos/ccolaborativa-calculo-amostral/ccolaborativa-calculo-amostral>). Com a população definida, atribuiu-se um erro amostral de 6% e um nível de confiança de 95%. Com isso, chegou-se à amostra de 267 participantes (PRÁTICA CLÍNICA, 2021). **REVISÃO DA LITERATURA:** No contexto de pandemia, foram desenvolvidas algumas estratégias terapêuticas com a finalidade de controlar o avanço da infecção. Foram testados in vitro fármacos como cloroquina, hidroxicloroquina, ivermectina e azitromicina por diferentes pesquisadores ao redor do mundo para identificar o potencial farmacológico contra a Covid-19. A cloroquina e a hidroxicloroquina agem formando um ambiente mais alcalino nos endossomos lisossomais das células. Isso dificulta a replicação viral. O provável mecanismo antiviral da ivermectina se explica pela desestabilização do complexo IMP $\alpha$ / $\beta$ 1-proteína viral resultando na redução da resposta antiviral da célula. (CHOUDHARY et al., 2020). Mesmo com estudos iniciais sobre o provável benefício do medicamento na Covid-19, em maio de 2020, o Ministério da Saúde brasileiro

preconizou o uso da cloroquina, hidroxicloroquina e azitromicina como estratégia terapêutica para pacientes com diagnóstico da infecção viral em algumas fases da doença (BRASIL, 2020). Dessa forma, houve um aumento na procura por esses medicamentos nos balcões de farmácias por parte população, promovendo o aumento da prática da automedicação, estimulada pela mídia e autoridades (MELO, J. R. R.; et al. 2021). Os medicamentos citados chegaram a ser reunidos dentro do denominado kit covid que foi distribuído em muitos estados brasileiros tanto para tratar a infecção como para preveni-la. Popularmente, era atribuída uma falsa eficácia aos medicamentos que se confundia com o curso natural da doença, uma vez que grande parte dos pacientes (80-85%) acometidos pela Covid-19 se recupera naturalmente através dos mecanismos imunológicos do organismo e sem o auxílio de nenhuma terapia medicamentosa. (FERREIRA, ANDRICOPULO, 2020). **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foram avaliados, após aplicação dos critérios de exclusão, um total de 274 questionários. Dentre as variáveis relacionadas à caracterização por grupo, observa-se que a maioria dos participantes eram do sexo feminino com 211 (77,01%), com predominância da faixa etária entre 20 a 30 anos com 139 (50,73%). O índice de escolaridade mais recorrente foi das pessoas com o Ensino Médio completo, 164 (59,85%) participantes, conforme apontado na Tabela 1 – Perfil epidemiológico da amostra.

**Tabela 1 – Perfil epidemiológico da amostra**

Características	População	
	N	%
<b>Sexo</b>		
Feminino	211	77,01%
Masculino	63	22,99%
<b>Grupo Etário</b>		
20 a 30	139	50,73%
31 a 40	100	36,50%
41 a 50	26	9,49%
51 a 59	9	3,28%
<b>Escolaridade</b>		
Analfabeto	1	0,36%
Ensino Fundamental Completo	18	6,57%
Ensino Médio Completo	164	59,85%
Ensino Superior Completo	73	26,64%
Pós-Graduação Completa	18	6,57%

Fonte: Autoria própria, 2021.

Com relação à ocorrência da automedicação, 124 (45%) participantes responderam ter se automedicado e 150 (55%) revelaram ausência da automedicação. Com relação ao gênero, a automedicação apresentou predominância para o sexo feminino com 97 respostas positivas. Quanto ao grau de escolaridade, o predomínio das respostas foi de ensino médio completo com (79), conforme demonstrado na Tabela 2 – Associação entre a Prática da automedicação e o perfil epidemiológico.



**Tabela 2** – Associação da prática entre a automedicação e o perfil epidemiológico

	Sexo		Escolaridade				
	Masc.	Fem.	Ens. Analf.	Ens. Fund.	Ens. Méd.	Ens. Sup.	Pós-Grad.
<b>Automedicação</b>							
Não	36	114	0	12	85	42	11
Sim	27	97	1	6	79	31	7
<b>Medicamentos</b>							
Ivermectina	25	92	1	5	77	29	5
Azitromicina	3	29	1	0	20	8	3
Cloroquina	1	0	0	1	0	0	0
Hidroxicloroquina	1	0	0	1	0	0	0
Outros	1	1	0	2	0	0	0

Fonte: Autoria própria, 2021.

No que diz respeito à categoria por grupo por sexo, é notório a prevalência do hábito da automedicação pelas pessoas do sexo feminino. Um estudo realizado no Brasil pelo Conselho Federal de Farmácia, detectou que a grande maioria da população que faz a uso de medicamentos sem receita médica tem predomínio entre público do sexo feminino (BRASIL, 2019). Isso pode ser explicado pelo fato do sexo feminino ser mais atento às informações e à prevenção para manutenção da saúde (SOUZA, M. N.C. *et al.* 2021). Em relação ao consumo de medicamentos, houve destaque para ivermectina com 117 (42,70%) respostas, seguido por azitromicina, com 32 (11,68%) respostas. Observa-se que em pesquisas realizadas em outras localidades, como o estudo de Quispe-cañari *et al.* (2020) realizado no Peru, não detectaram consumo tão alto de ivermectina. Isso pode fortalecer a influência do protocolo natalense na automedicação, decorrente da adesão do medicamento no protocolo de manejo para síndromes gripais frente à pandemia do COVID-19, aderido pela prefeitura de Natal (BRASIL, 2020). Esses dados podem ser sustentados quando o Conselho Regional de Farmácia do Rio Grande do Norte, emite uma nota de técnica sobre a utilização deste medicamento no tratamento do COVID-19, alertando os profissionais Farmacêuticos quanto sua atuação de promover a uso racional de medicamentos (URM), evidenciando para população que não existem medicamentos comprovados cientificamente que sejam atribuídos a eficácia no combate ou prevenção para a infecção pelo SARS-CoV-2. Relatando que a distribuição da ivermectina pela Prefeitura de Natal é limitada para pacientes sintomáticos e destacando o acompanhamento dos profissionais da saúde, médicos e farmacêuticos, para a dispensação segura (BRASIL,2020). Observou-se que a maior parcela dos entrevistados, com o percentual de 82,26%, que realizaram a prática da automedicação, buscaram orientações. Esse resultado está de acordo com o estudo realizado por Souza M. N. C., et al (2021), que constatou o percentual de 72,9% dos participantes que se automedicaram conhecem os medicamentos e seus efeitos colaterais, conforme demonstrado na Tabela 3 – Distribuição por fonte de orientação. Em contrapartida, observou-se que a fonte de informação que teve predominância foi a Internet com 25,26%, seguido por amigos e familiares com 21,05%. Desse modo, os profissionais médicos responsáveis pelo diagnóstico e prescrição, seguido pelos

farmacêuticos que são responsáveis quanto à orientação das possíveis reações adversas e o uso racional dos medicamentos, foram os últimos procurados pelos participantes, com 16,84% para ambos, conforme a Tabela 3 – Distribuição por fonte de orientação.

Tabela 3 – Distribuição por fonte de orientação

Variáveis	População	
	N	%
<b>Buscou orientações?</b>		
Sim	102	82,26%
Não	22	17,74%
<b>Fonte de Informações</b>		
Internet	48	25,26%
Amigos ou Familiares	40	21,05%
Bula	35	18,42%
Médico	32	16,84%
Farmacêuticos	32	16,84%
Outros	3	1,58%
<b>Quem Indicou ?</b>		
Profissionais de saúde	51	26,84%
Familiares	47	24,74%
Amigos	37	19,47%
Redes Sociais	25	13,16%
Televisão	29	15,26%
Outros	1	0,53%

**Fonte:** Autoria própria, 2021.

Ainda sobre o assunto, a pesquisa identificou mais casos de influência, na prática da automedicação, por parte dos profissionais da saúde com (26,84%), seguido por familiares com (24,74%). Esse resultado está de acordo com o estudo de Silva, M. S. et al (2011), que constatou o percentual de 51,2% dos entrevistados, que se automedicaram, fizeram por indicação dos familiares. Evidenciando a necessidade de promoção de saúde para a população, quanto às informações dos medicamentos para seus familiares e os próprios pacientes. No estudo, ao avaliar a descentralização dos exames para detecção de COVID-19 durante o período pandêmico, entre dezembro de 2019 e outubro de 2021, demonstraram que cerca de 170 (70%) participantes obtiveram um resultado negativo para a constatação do Coronavírus e 80 (30%) foram reagentes para infecção pelo SARS-CoV-2. Quanto à distribuição por testes realizados para confirmação do diagnóstico, prevaleceram o Teste RT-PCR ou o Swab com 57 (63,3%), seguindo por 33 (36,7%) para os testes rápidos ou sorológicos.

19 (6,93%) participantes responderam ter sentido possíveis reações indesejadas aos medicamentos utilizados. Em consulta à bula do medicamento ivermectina, no bulário eletrônico da Anvisa (2021), foi observado que as reações adversas mais comuns ao medicamento são: dores musculares, dores de cabeça, falta de ar, vômitos, náuseas, febre e falta de apetite (BRASIL,2021). Os resultados desta pesquisa, ao comparar com a literatura, evidenciam como possíveis reações mais comuns: dor de cabeça (38,24%), diarreia (20,59%) e náuseas (17,65%), apontados na Tabela 4 – Possíveis reações adversas a medicamentos (RAM).

Tabela 4 – Possíveis reações adversas a medicamentos (RAM)

Sintomas	População	
	n	%
<b>Dor de cabeça</b>	13	38,24%
<b>Diarreias</b>	7	20,59%
<b>Náuseas</b>	6	17,65%
<b>Arritmias Cardíacas</b>	4	11,76%
<b>Hipotensão</b>	2	5,88%
<b>Dores Musculares</b>	1	2,94%
<b>Vômito</b>	1	2,94%

Fonte: Autoria própria, 2021.

Desse modo, a diarreia foi a segunda RAM mais relatada pelos participantes da pesquisa. Esse resultado está de acordo com o estudo de Melo J. R. R., *et al.* (2021), que constatou que a diarreia foi a reação mais relatada dos entrevistados, sendo a azitromicina e ceftriaxona os principais suspeitos de desenvolverem as manifestações. De modo que, nossos achados no estudo mostraram que a azitromicina foi o segundo mais consumido na prática de automedicação em Natal/RN. Das pessoas que relataram a prática da automedicação e quanto à posologia utilizada, houve uma predominância de 30 (24,19%) respostas de participantes que afirmaram ter utilizado 2 comprimidos quinzenalmente, seguido de 25 (20,16%) respostas para 1 comprimido diariamente. Ao avaliar a predominância do tempo da utilização dessa posologia aderida durante a pandemia, 28 (22,58%) participantes relataram a prática durante 1 mês, seguido de 17 (13,71%) com apenas 1 dia, conforme Tabela 5 – Principais frequências da automedicação.

Tabela 5 – Principais frequências da automedicação

Posologia utilizada	População	
	N	%
<b>Quantidade e Periodicidade da utilização</b>		
2 comprimidos – quinzenal	30	24,19%
1 comprimido – diário	25	20,16%
2 comprimidos – diário	24	19,35%
2 comprimidos – semanal	10	8,06%
3 comprimidos – diário	7	5,65%
1 comprimido – quinzenal	5	4,03%
3 comprimidos – quinzenal	5	4,03%
4 comprimidos – mensal	5	4,03%
1 comprimido - mensal	3	2,42%
<b>Por quanto tempo</b>		
1 mês	28	22,58%
1 dia	17	13,71%
2 semanas	13	10,48%
3 meses	11	8,87%
2 meses	10	8,06%
2 dias	9	7,26%
5 dias	9	7,26%
1 semana	9	7,26%
6 meses	5	4,03%
3 dias	4	3,23%
12 meses	3	2,42%

Fonte: Autoria própria, 2021.

A frequência da automedicação tomou uma proporção desenfreada durante o período pandêmico. Observa-se que a frequência de utilização dos medicamentos foi a cada 15 dias como uma forma de profilaxia contra a infecção do COVID-19. Dessa forma, no uso irracional de um tratamento estabelecido sem amparo científico, as pessoas assumem uma posologia variada uma das outras, sem comprovação cientificamente definida, aumentando os riscos de interações medicamentosas, reações adversas e até o desenvolvimento de uma resistência microbiana. **CONCLUSÃO:** Ocorreu considerável frequência de automedicação pela população de Natal/RN durante a pandemia através dos medicamentos citados na pesquisa, ainda que, apesar da existência de estudos mostrando ineficácia dos medicamentos no tratamento ou na prevenção contra o Covid-19. É perceptível a apreensão da população em relação a sua saúde e de seus familiares a uma infecção recente e com alto índice de mortes. Contudo, é importante ressaltar que a utilização de medicamentos sem prescrição

médica de um profissional habilitado e a falta de orientação de outros profissionais podem provocar até danos irreversíveis a saúde. Além disso, é reforçada a necessidade da prática da notificação de possíveis reações adversas e o monitoramento das pessoas que assumem uma posologia variada, sem comprovação cientificamente definida, em um regime *off label*. Isso pode contribuir para que a farmacovigilância identifique a gravidade das RAM. Todavia, vale ressaltar a importância da conscientização da população quanto ao julgamento crítico das informações divulgadas como notícias falsas ou incompletas. Desta forma, faz-se necessário o desenvolvimento de medidas de promoção à saúde, com fontes seguras de informações sobre a conscientização no uso racional de medicamentos e os malefícios do uso indiscriminado.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. ANVISA. **Consulta medicamentos: Ivermectina**. Responsável Técnico Rodrigo Milinari Elias. Anápolis. Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica. 2018. Disponível em: <https://consultas.anvisa.gov.br/#/medicamentos/25351545338201141/?substancia=5756&situacaoRegistro=V>. Acesso em: 29 abr. 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Protocolo de manejo clínico da Covid-19 na Atenção Especializada** [recurso eletrônico], Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência. rev. Brasília: 2020. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manejo\\_clinico\\_covid-19\\_atencao\\_especializada.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manejo_clinico_covid-19_atencao_especializada.pdf). Acesso em: 05 mar 2021.

\_\_\_\_\_. CFF. (2019). **Quase metade dos brasileiros que usaram medicamentos nos últimos seis meses se automedicou até uma vez por mês**. Disponível em: <https://www.cff.org.br/noticia.php?id=5267.2019>. Acesso em: 25 out. 2021.

\_\_\_\_\_. CRF-RN. (2020). **Sobre o uso de Ivermectina no Tratamento de Covid-19**. Nota Técnica- CRF-RN [blog] Conselho Regional Farmácia do Estado do Rio Grande do Norte. Disponível em: [https://crfrn.org.br/noticias\\_crfrn/nota-tecnica-do-crf-rn-sobre-o-uso-de-ivermectina-no-tratamento-de-covid-19/](https://crfrn.org.br/noticias_crfrn/nota-tecnica-do-crf-rn-sobre-o-uso-de-ivermectina-no-tratamento-de-covid-19/). Acesso em: 25 out. 2021.

\_\_\_\_\_. Prefeitura de Natal. **Protocolo De Manejo Para Síndromes Gripais Frente À Pandemia De Coronavírus (Covid-19)**. Recurso eletrônico]. RN: 2020. Disponível em: <https://www2.natal.rn.gov.br>. Acesso em: 24 out 2021.

CHOUDHARY R, Sharma AK. Potential use of hydroxychloroquine, ivermectin and azithromycin drugs in fighting COVID-19: trends, scope and relevance. **New Microbes New Infect**. 2020. Doi: 10.1016/j.nmni.2020.100684. PMID: 32322397; PMCID: PMC7175902. Acesso em: 29 mar. 2021.

FERREIRA, Leonardo L.G.; Andricopulo, Adriano D. **Medicamentos e tratamentos para a Covid-19**. Estudos Avançados, v. 34, n. 100, p. 7-27, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.34100.002>. Acesso em: 11 mai. 2021.

MELO, J. R. R.; *et al.* **Automedicação e uso indiscriminado de medicamentos durante a pandemia da COVID-19**. Cadernos de Saúde Pública. 2021, vol.37, n.4. Disponível em: <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/1350/automedicacao-e-uso-indiscriminado-de-medicamentos-durante-a-pandemia-da-covid-19>. ISSN 1678-4464. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00053221>. Acesso em: 26 out. 2021

MELO, J. R. R.; *et al.* **Reações adversas a medicamentos em pacientes com COVID-19 no Brasil: análise das notificações espontâneas do sistema de farmacovigilância brasileiro**. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, e00245820, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00245820>. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2021000105013&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2021000105013&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 26 out 2021.

PRÁTICA CLÍNICA. **Cálculo amostral**. 2021. Disponível em: <https://www.praticaclinica.com.br/anexos/ccolaborativa-calculo-amostral/ccolaborativa-calculo-amostral.php>. Acesso em: 09 ago. 2021.

QUISPE-CAÑAR, J. F.; *et al.* Self-medication practices during the COVID-19 pandemic among the adult population in Peru: **A cross-sectional survey**. *Saudi Pharmaceutical Journal*.29 (1), 1-11. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jsps.2020.12.001>. Acesso em: 27 out. 2021.

SCHMIDT, B.; *et al.* **Impactos na Saúde Mental e Intervenções Psicológicas Diante da Pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19)**. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/58>. Acesso em: 18 mar. 2021.

SILVA, M. S.; *et al.* **Automedicação na adolescência: um desafio para educação em saúde**. Universidade de Fortaleza, Fortaleza/CE. 2011. Disponível: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000700101>. Acesso em: 26 out. 2021.

SOUZA, M. N.C.; *et al.* **Ocorrência de Automedicação na população brasileira como estratégia preventiva para SARS-CoV-2**. Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento, 10(1), e44510111933, 2021. 10.33448/rsd-v10i1.11933. Acesso em: 24 out. 2021.

# **ENGENHARIA CIVIL**



## **ESTUDO COMPARATIVO DA UTILIZAÇÃO DE LAJES PRÉ-MOLDADAS COM VIGOTAS TRELIÇADAS COM BLOCO CERÂMICO E EPS COMO ELEMENTOS DE ENCHIMENTO**

### **AUTORES:**

Nayara Samilla Leitão Ferreira  
Rudson Edican Guedes Antunes  
Valéria Gomes Álvares Pereira

**RESUMO:** O mercado da construção civil vem buscando alternativas para dinamizar cada dia mais seus processos, nessa perspectiva, as lajes com vigotas treliçadas estão ganhando cada vez mais espaço nesse ramo. Neste sentido, o presente estudo tem como objetivo analisar o processo construtivo de uma laje treliçada, comparando as vantagens e desvantagens dos dois tipos de enchimentos mais utilizados, quais sejam: o EPS e o bloco cerâmico, recomendando por sua vez o mais indicado para uma residência unifamiliar de 63 m<sup>2</sup>. Como metodologia, utilizou-se, além de revisão da literatura específica, o estudo de caso, no qual foram coletadas informações do canteiro de obras. A presente pesquisa possibilitou chegar à conclusão da potencialidade do uso dos pré-moldados de concreto, que é definitivamente um dos caminhos de maior industrialização da construção civil e para a obra objeto da pesquisa, as lajes pré-moldadas com vigotas treliçadas que utilizam o isopor como método de enchimento, trazem vantagens significativas como a economia de tempo e mão de obra, conforto térmico e redução do custo final da edificação se comparadas as que utilizam lajota cerâmica.

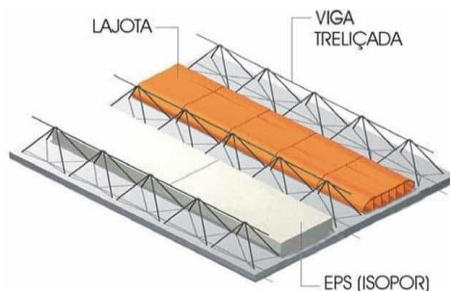
**Palavras-chave:** Vigota treliçada. EPS. Bloco cerâmico.

**INTRODUÇÃO:** Quando se pretende inovar nos métodos construtivos, umas das primeiras preocupações é o custo, em segundo plano a sua eficiência e durabilidade. Nos dias de hoje, o cálculo financeiro e o planejamento total de um empreendimento, antes mesmo de seu início efetivo, assumem a mesma importância de um cálculo estrutural, uma vez que as margens de negócio atingiram um patamar menor que no passado (MOREIRA, 2019). Esse desenvolvimento da área visando uma melhoria de custos por meio do uso de pré-moldados se dá por diversos fatores, dentre eles temos que com o uso desse mecanismo consegue-se muitas vezes descentralizar a etapa de fabricação em parte ou totalmente do canteiro de obras, desse modo é possível mensurar com mais precisão o processo construtivo, aumentando e padronizando a produtividade, diminuindo assim custos desnecessários. Dentre os elementos pré-moldados, as lajes pré-fabricadas se destacam. Flório (2004), afirma que a utilização de tais elementos tem se intensificado nos últimos anos, devido ao objetivo de padronizar e aperfeiçoar as edificações, evitando problemas comuns que podem



acontecer no canteiro de obra, como erros de execução. Segundo Porto (2015), as lajes são elementos estruturais encarregadas de transferências de cargas que nelas chegam às vigas, que as transferirão aos pilares, que, por fim, seguirá até as fundações. Após estabelecido o conceito de laje, torna-se fundamental revelar os principais tipos utilizados, que são as lajes maciças e as pré-moldadas. As lajes maciças por sua vez são formadas por uma placa de concreto armado com espessura uniforme, responsável por resistir esforços à tração e à compressão. Tem-se que as lajes pré-moldadas são elementos estruturais de uma edificação com função de disseminar as cargas para as vigas e pilares. São constituídas por vigotas de concreto, lajotas de concreto, cerâmica ou Poliestireno expandido (EPS), popularmente conhecido como isopor). Esse tipo de laje é moldada no próprio local, ou seja, dentro do canteiro de obras, ou também, podem ser compradas prontas, então são chamadas de pré-fabricadas. O presente trabalho tem como objetivo analisar o processo construtivo de uma laje pré-moldada com vigotas treliçadas, comparando as vantagens e desvantagens dos dois diferentes enchimentos, o bloco cerâmico e o EPS, assim como o método mais indicado para uma residência unifamiliar de 63 m<sup>2</sup>. **REVISÃO DA LITERATURA: 2.1 LAJE PRÉ-MOLDADA:** Pode-se mencionar a NBR 6118 (2014), que trata as lajes pré-moldadas como sendo lajes moldadas no local ou com nervuras pré-moldadas, cuja zona de tração para momentos positivos está localizada nas nervuras entre as quais pode ser colocado material inerte. Elas por sua vez, são essencialmente formadas por uma parte pré-moldada de concreto armado, as vigotas treliçadas, por elementos de enchimento, que de acordo com o objeto de estudo, têm-se o EPS ou lajota cerâmica, e por uma capa de concreto acrescida no próprio local da obra, que irá garantir a uniformidade da laje, a fim de resistir esforços de compressão da laje em serviço e distribuir as cargas. A figura 1 representa o esquema de uma laje com os dois tipos de enchimentos apresentados no trabalho.

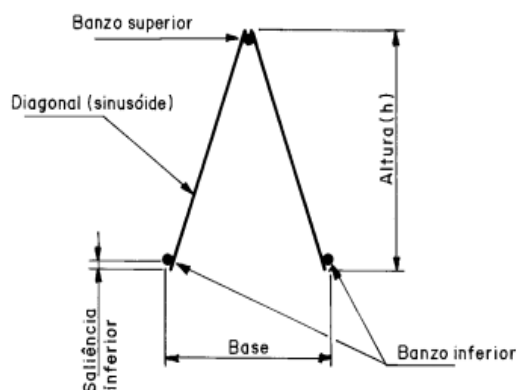
**Figura 1:** Representação de laje pré-moldada.



**Fonte:** Manual técnico de lajes treliçadas, 2010.

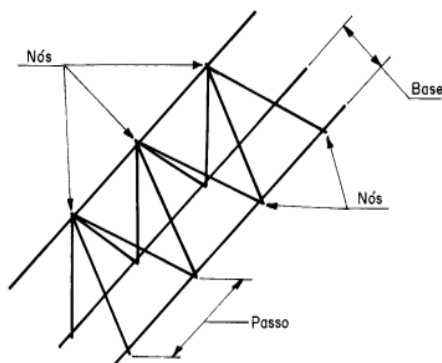
**ARMAÇÃO TRELIÇADA:** Segundo NBR 14862 (2002), têm-se que as armaduras treliçadas são armaduras de aço prontas, pré-fabricadas, em forma de estrutura espacial prismática, constituída por dois fios de aço paralelos na base (banzo inferior) e um fio de aço no topo (banzo superior), interligados por eletrofusão (caldeamento) aos dois fios de aço diagonais (sinusóides), com espaçamento regular (passo). Elas atuam no que diz respeito as forças de tração e compressão oriundos do sistema. As figuras 2 e 3, mostram essa estrutura.

**Figura 2:** Seção de uma treliça.



Fonte: NBR 14862, 2002.

**Figura 3:** Perspectiva de uma treliça.

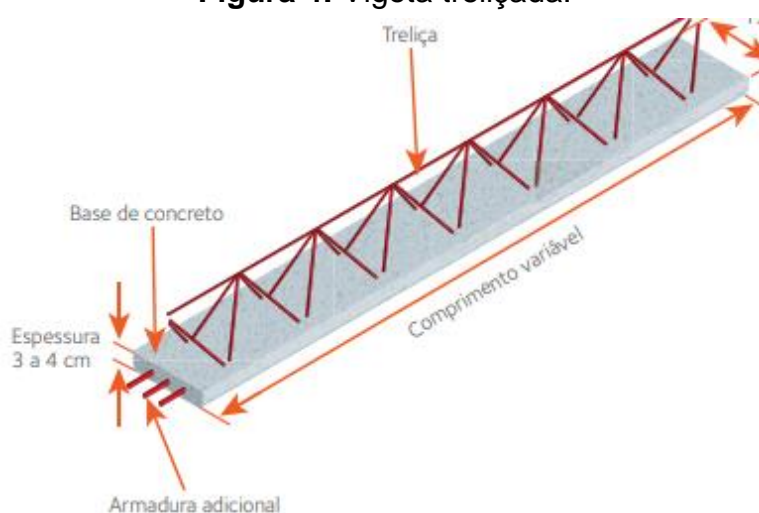


Fonte: NBR 14862, 2002.

Ainda conforme a NBR 14862 (2002), alguns conceitos destacam-se, entre eles têm-se o nó, como sendo o ponto de junção entre os fios de aço, esses por sua vez são unidos através da eletrossolda. A altura ( $h$ ) é a distância entre a superfície limite inferior (face inferior da saliência inferior) e a superfície limite superior (banzo superior), perpendicular à base e no eixo da seção transversal da armadura treliçada, expressa em milímetros. O passo ( $p$ ) caracteriza a distância entre os eixos dos nós entre os aços que compõem a armadura treliçada, expressa em milímetros, comumente usa-se 200 mm. A base ( $b$ ) descreve a distância entre as faces externas entre os fios que compõem o banzo inferior, expressa em milímetros, regularmente mede entre 80 e 120mm. E, por fim, a distância entre a face inferior do banzo inferior e a superfície limite inferior da armadura treliçada, recebe o nome de saliência inferior. Normalmente, as armações são fabricadas em três comprimentos: 8, 10, e 12 metros, pois a partir desses valores é possível obter os comprimentos de vãos mais comuns em projetos. **VIGOTA COM ARMAÇÃO TRELIÇADA:** Nascimento (2019), caracteriza vigotas treliçadas como sendo um elemento pré-moldado que se dá basicamente na colocação de treliças dentro das fôrmas metálicas, que devem estar limpas, com aplicação de desmoldante e dimensões definidas em projeto, o lançamento e o adensamento do concreto com especificações e resistências pré-estabelecidas pelo

fabricante e o processo de cura das peças para evitar a evaporação da água e o aparecimento de fissuras, que envolve uma combinação de fatores, como a umidade, tempo e temperatura. Segundo o manual técnico de lajes treliçadas, esse elemento pré-moldado deve ser dimensionado para resistir aos esforços após a concretagem da laje, mas também deve ter a rigidez necessária para resistir ao transporte e à montagem. Conforme a NBR 14859-1 (2016), diz que as vigotas são constituídas por concreto estrutural, executadas industrialmente fora do local de utilização definitivo da estrutura, ou mesmo em canteiros de obra, sob rigorosas condições de controle de qualidade. Englobam total ou parcialmente a seção de concreto da nervura longitudinal. Segue na figura 4 o esquema de uma vigota treliçada.

**Figura 4:** Vigota treliçada.

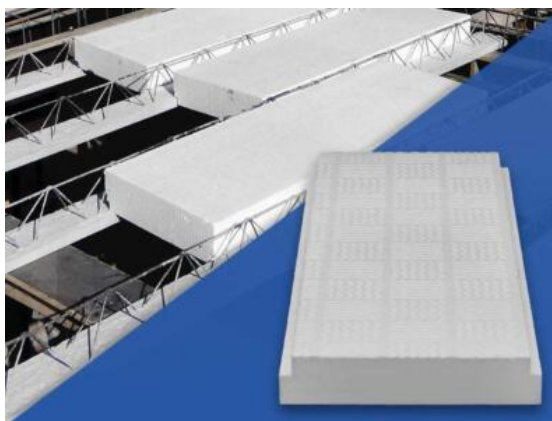


**Fonte:** Manual técnico de lajes treliçadas, 2010.

**ELEMENTOS DE ENCHIMENTO:** Trata-se de elementos, que possuem como principal função preencher os espaços entre as vigotas, diminuindo o volume de concreto da laje e conseqüentemente seu peso. Os mais utilizados são EPS, cerâmico, concreto ou do tipo caixão perdido. Segundo o manual técnico de lajes treliçadas, apesar de não ser necessária para a resistência da laje, a boa qualidade deste material é importante para a segurança durante a fase de montagem e concretagem da laje uma vez que, os blocos de enchimento são responsáveis por transferir o peso do concreto ainda fresco às vigotas, que se apoiam sobre as linhas de escora. Sendo assim, torna-se necessária uma resistência mínima para este material para que esta função não seja comprometida. A resistência dos elementos de enchimento deve ser tal que suporte uma carga mínima de ruptura de 1,0 kN ou 100 kg, o suficiente para suportar esforços de trabalho durante a montagem e concretagem da laje. Nascimento (2019), salienta que a colocação dos materiais de enchimento é feita após as vigotas estarem dispostas com os devidos espaçamentos, de modo que os vãos entre vigotas sejam completamente fechados para a execução da concretagem. **BLOCO CERÂMICO:** Os blocos cerâmicos ou lajotas cerâmicas se

enquadram no grupo dos materiais de revestimento. A norma brasileira que fornece as especificações para este tipo de revestimento é a ABNT NBR ISO 13006 (2018), que classifica um revestimento cerâmico quanto ao tratamento da camada superficial, ao método de fabricação, ao grupo de absorção de água, às classes de resistência à abrasão superficial, às classes de resistência ao manchamento, às classes de resistência ao ataque de agentes químicos e quanto ao aspecto superficial ou análise visual. **POLIESTIRENO EXPANDIDO (EPS):** O poliestireno (PS) pertence ao grupo das resinas termoplásticas, que inclui, entre outros, os polietilenos (de alta densidade; baixa densidade; e baixa densidade linear), o polipropileno (PP), o cloreto de polivinila (PVC) e o polietileno tereftalato (PET). O PS é o pioneiro entre os termoplásticos. A primeira planta industrial a operar comercialmente com sucesso foi a IG Farbenindustrie, na Alemanha, em 1930. Nos Estados Unidos, o poliestireno foi produzido em escala comercial, pela primeira vez, em 1938, pela Dow Chemical Company (MONTENEGRO, 2002). Ainda segundo Montenegro (2002) o EPS é trata de uma espuma rígida obtida por meio da expansão da resina PS durante a sua polimerização. Esta expansão é realizada injetando-se um agente químico na fase de reação da polimerização. Os agentes de expansão mais utilizados são os hidrocarbonetos criogênicos (Ex.: gás carbônico). O EPS mais conhecido no Brasil é o da marca comercial da Basf-Isopor. As principais aplicações do EPS são na proteção de embalagens, no isolamento térmico e acústico. O isopor utilizado na construção civil tem como foco, a redução do peso e da carga estrutural de edificações, a técnica da laje leve com EPS Isopor demanda menos concreto e ferragem do que as técnicas tradicionais. Dessa forma, há maior agilidade e facilidade de aplicação, simplificando a mão de obra e agregando melhor custo-benefício para a construção. Na Figura 5, consegue-se observar o modelo de isopor comumente utilizado na construção civil, bem como sua aplicação como enchimento em uma vigota treliçada.

**Figura 5:** Bloco de isopor



**Fonte:** Grupo isofort, 2021.

**METODOLOGIA:** Para presente estudo utilizou-se uma pesquisa bibliográfica referente ao assunto e o estudo de execução prática, observando o processo construtivo dessas lajes fabricadas pela empresa aço Potengi, localizada em São Paulo do Potengi-RN. Foram comparadas duas lajes contínuas divididas em dois vãos iguais de 3,5 metros de largura e 9 metros de comprimento, totalizando duas lajes de 7x9m, ambas serão de uma residência unifamiliar. Após o tamanho da laje ser escolhido, foi feito o dimensionamento através do software ArcelorMittal, alimentado com os dados: tamanho, carga permanente e acidental, entre outros, para assim quantificar os materiais a serem utilizados. Para os dois modelos, foram empregados o modelo de laje pré-moldada com vigotas treliçadas, mudando somente o tipo de enchimento antes da concretagem in loco. Utilizaram-se treliças que são produzidas industrialmente no modelo TB 8, que possuem 6 metros de comprimento, foram escolhidas de acordo com a carga acidental que essa residência irá receber e tamanho do vão trabalhado. As vigotas, por sua vez foram produzidas na empresa de pré-moldados Aço Potengi. O processo de inicia aplicando desmoldante nas fôrmas metálicas, colocação dos espaçadores, as ferragens de distribuição, as treliças e as armaduras adicionais se for estabelecida, todas com altura e largura requisitadas em projeto. No caso do projeto, foi adicionada 1 vergalhão  $\varnothing$  6,3 CA 50, possuindo 3,84 metros quando se tratava da laje com enchimento de EPS e 1  $\varnothing$  8,0 CA 50, com comprimento de 3,84 metros quando se tratava da laje com lajota cerâmica. A próxima etapa consiste na concretagem das vigotas treliças, onde se utilizou um concreto com resistência característica de 25 MPa. Segundo a NBR 14859-1 (2016), diz que o concreto que compõe as vigotas pré-moldadas deve atender às especificações das NBR 6118, NBR 8953, NBR 12654 e NBR 12655. Em seguida ela passa por um processo de vibração manual, para um melhor adensamento do concreto. A resistência característica à compressão será a especificada pelo projeto estrutural, sendo exigida no mínimo classe C20. O concreto da classe C20 corresponde à resistência característica à compressão aos 28 dias, de 20 Mpa. Assim sendo, a resistência característica utilizada está dentro dos padrões estabelecidos nas normas. Após o processo de concretagem, as vigotas passaram por um procedimento de cura que consiste inicialmente em receber hidratação com água nas primeiras 24 ou 36 horas. Em seguida a vigota foi desformada e armazenada para concluir o seu processo de cura. Para o estudo quando se tratava de laje que utilizava EPS como enchimento empregaram-se 38 vigotas treliçadas, divididas em dois vãos iguais com 19 vigotas cada. Quando se refere as que usam bloco cerâmico como enchimento, utilizaram-se 48 vigotas treliçadas, que também foram divididas em dois vãos iguais com 24 vigotas cada. Para o presente estudo utilizou-se escoras metálicas distribuídas com um espaçamento de 1,10 metros de distância uma para outra, seguindo as recomendações para o tamanho do vão. Quando se tratava do uso de EPS como enchimento, de acordo com o software ArcelorMittal, foram empregados 132 blocos de isopor, sendo divididos em 66 blocos em cada uma das lajes, posicionados ao meio das vigotas treliçadas. A laje que utilizava bloco cerâmico, foram necessários segundo o mesmo software 916 unidades, sendo divididos em 458 em cada uma das lajes com esse tipo de enchimento, posicionados no meio das vigotas treliçadas. O processo de cura foi executado duas vezes ao dia, durante 5 dias.

**RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Como critério avaliativo analisou-se itens do processo construtivo como, consumo de material e mão de obra necessários para cada sistema, conforto térmico, custo, impacto no meio ambiente, tempo de montagem e o peso

próprio da laje. Os resultados para comparação obtidos na pesquisa, constam na Tabela 1 abaixo.

**Tabela 2:** Comparativo dos enchimentos

<b>Fatores (laje 7x9m)</b>	<b>EPS</b>	<b>Bloco cerâmico</b>
<b>Tamanho do enchimento</b>	Comprimento= 1m Altura= 8cm Largura= 40cm	Comprimento=19cm Altura= 7cm Largura= 28 cm
<b>Peso do material</b>	12kg/m <sup>3</sup>	600kg/m <sup>3</sup>
<b>Quantidade de vigotas</b>	38 unidades	48 unidades
<b>Quantidade necessárias do enchimento</b>	132	916
<b>Tempo de montagem</b>	3 dias	4 dias
<b>Custo do material</b>	132x9,90= R\$1.306,80	916x1,05= R\$ 961,80
<b>Custo da mão de obra</b>	R\$ 960,00	R\$ 1280,00
<b>Custo total da obra</b>	R\$ 7268,91	R\$ 8237,48
<b>Meio ambiente</b>	100% reciclável	O processo de fabricação, em sua grande maioria agride o meio ambiente
<b>Trabalhabilidade do material</b>	Mais leve, facilitando o transporte	Maior peso, e maior probabilidade de quebrar durante o transporte

**Fonte:** Autoria própria, 2021.

Com a análise dos dados obtidos, o EPS destaca-se em vários aspectos, dentre eles o que chama mais atenção em sua composição é a sua leveza. O EPS apresenta bom comportamento em uma gama de temperaturas. Isso se deve ao conhecido comportamento termodinâmico do material. Possui característica de absorver o som por sua porosidade, e por ser leve reduz o peso da construção e conseqüentemente reduz os custos da estrutura (SOARES, 2011). Quanto a suas propriedades o isopor é indicado por ter um baixo coeficiente de absorção, possibilitando uma secagem mais rápida do concreto, além de baixo módulo de elasticidade, possibilitando uma distribuição de cargas mais uniforme (BASTOS, 2015). De acordo com as análises feita nessa literatura e no processo construtivo de duas lajes com diferentes tipos de enchimento, foram constadas algumas diferenças entre ambos os enchimentos, como por exemplo, quando se tratada de transporte do material para o canteiro de obras, o isopor por ser mais leve facilita o carregamento e descarregamento, já a lajota cerâmica quando não manuseada da maneira correta pode quebrar, gerando mais desperdícios para a obra. Quando se tratava de montagem dos enchimentos na laje, o EPS se destacou, visto que ele possui dimensões maiores e se trata de uma estrutura leve, assim acabou por dinamizar e encurtar o trabalho. Outro quesito bastante notável foi o consumo de material, para as lajes com lajotas cerâmicas, utilizou-se mais unidades de enchimento e a capa de concreto foi maior, pois as dimensões são menores quando comparadas com EPS. A laje com esse tipo de enchimento é mais armada, de acordo com o software. Discorrendo sobre o impacto de ambos os enchimentos para o meio ambiente, é importante lembrar que o isopor é

100% reciclável e a lajota cerâmica por sua vez possui um processo de fabricação que na maioria dos casos não favorece o meio ambiente, começando pela extração da argila e posterior queima para finalização do material. O custo da obra foi um fator importante para a análise, que buscou comparar o melhor para a residência em questão. Com isso conseguiu-se constatar que por a laje com lajotas cerâmicas demandar mais armaduras, mais dias de montagem e mais unidades de elementos de enchimento ela custou mais caro, certa de 13% quando confrontada com a laje que utilizou EPS como enchimento, tornando assim o isopor como o elemento de enchimento indicado para a residência unifamiliar objeto do estudo. **CONCLUSÃO:** O setor da construção civil, está passando constantemente por mudanças, isso se dá pelo fato de que como em qualquer outro ramo, ele vem buscando inovar e melhorar cada dia mais seus procedimentos com o surgimento de novos materiais, métodos e possibilidades, visando melhor qualidade, redução de custos e satisfação do cliente. Esse mercado está cada vez mais competitivo, buscando melhores resultados e opções que tragam um melhor custo-benefício. Com isso, surgem termos como sustentabilidade, reaproveitamento, segurança, custo e eficiência para obra. Corroborando com esse entendimento o uso do sistema construtivo com pré-moldados oportunizou um enorme salto de desenvolvimento para o ramo e tanto a laje que utiliza o EPS como elemento de enchimento, quanto a que utiliza a lajota cerâmica atendem muito bem às especificações de segurança e qualidade exigidas pelo mercado. Como se pode observar do comparativo, o que diferencia ambos os materiais neste ponto são características específicas como, custo da obra, sustentabilidade, trabalhabilidade do material, desperdícios, tamanho do material e o peso da laje. Com os resultados obtidos entende-se que o melhor elemento de enchimento para a laje unifamiliar em questão se trata do bloco de EPS, pois em todos os pontos analisados o EPS apresentou vantagens no processo construtivo quando comparada com o bloco cerâmico.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISSO 13006: Placas cerâmicas- Definições, classificação, características e marcação.** Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

\_\_\_\_\_. **NBR 6118: Projeto de estruturas de concreto – procedimentos.** Rio de Janeiro: ABNT, 2014.

\_\_\_\_\_. **NBR 14862: Armaduras treliçadas eletrossoldadas – requisitos.** Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

\_\_\_\_\_. **NBR 9062- Projeto e execução de estruturas de concreto pré-moldado.** Rio de Janeiro: ABNT, 2017.

\_\_\_\_\_. **NBR 14859-1- Lajes pré-fabricadas de concreto. Parte 1: Vigotas, mini painéis e painéis - Requisitos.** Rio de Janeiro: ABNT, 2016.

BASTOS, P. S. S. **Estruturas de concreto – notas de aula: Fundamentos do concreto armado.** Bauru, SP: UNESP, 2019.

FLÓRIO, M. C. **Projeto e execução de lajes unidirecionais com vigotas em concreto armado.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Construção Civil. Realizado pela Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2004.

Manual Técnico de Lajes Treliçadas. Disponível em:  
<http://longos.arcelormittal.com.br/pdf/produtos/construcao-civil/outros/manual-tecnicotrelicas.pdf>. Acesso em: 25 out. 2021.

MONTENEGRO, R. S. P.; SERFATY, M. E. **Aspectos gerais do poliestireno.** BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 16, p. 123-136, set. 2002

MOREIRA, D.; MARCO, G. **Vantagens e desvantagens da utilização de blocos de poliestireno expandido como enchimento para lajes pré-moldadas em relação a lajota cerâmica convencional.** Trabalho apresentado ao Curso de Graduação em Engenharia Civil da Universidade de Araraquara. Realizado pela Universidade de Araraquara, Araraquara, 2019.

NASCIMENTO, T. M.; GIDRAO, G. M. S. Estudo comparativo entre laje maciça e laje de vigotas pré-fabricadas treliçadas em construções usuais. **Revista Científica da FHO**, UNIARARAS, v.7, n.1, p. 01-13, 2019.

PORTO, T. B.; FERNANDES, D. S. G. **Curso básico de Concreto Armado:** Conforme a NBR 6118/2014. São Paulo: Oficina de Textos, 2015.

SOARES, D. Z. **O uso do EPS na construção civil.** Faculdade de Tecnologia da Zona Leste, São Paulo, 2011.





## **ANÁLISE DA QUALIDADE DA ÁGUA DA CHUVA NO MUNICÍPIO DE TAIPU – RN E SEU POTENCIAL DE REAPROVEITAMENTO PARA CONSUMO HUMANO**

### **AUTORES:**

Vinícius Arthur Bandeira de Lima  
Valéria Gomes ÁLVARES Pereira

**RESUMO:** A falta d'água assola várias regiões do território brasileiro, possuindo maior gravidade na região nordeste do país, decorrente do baixo índice pluviométrico durante boa parte do ano. Devido a este fator, se faz necessária a busca por novos meios para amenizar tal situação, sendo, um deles, a utilização de fontes alternativas de água. O aproveitamento da água da chuva já vem se mostrando uma boa alternativa para uso em vasos sanitários e jardins, ocasionando a diminuição da conta de água doméstica, como também, a dependência das companhias de abastecimento. Visando tirar o melhor proveito da água captada pela chuva para o desenvolvimento social da população do município de Taipu, o trabalho a seguir tem como finalidade analisar a qualidade da referida água e seu potencial de aproveitamento para consumo humano. O projeto em questão utilizou amostras da água coletadas na região central do município de Taipu, assim como, dados pluviométricos do ano de 2018, permitindo realizar análises físico-químicas e bacteriológicas. Possibilitando, assim, determinar se as concentrações dos parâmetros em análise, presentes na água, obedecem à lei vigente e que se utilizadas para consumo não prejudicarão a saúde humana. Os resultados mostraram uma qualidade de água satisfatória em relação aos parâmetros analisados. Sendo, a área de captação o principal fator para degradação da mesma.

**Palavras-chave:** Aproveitamento da água. Qualidade da água. Captação de água.

**INTRODUÇÃO:** Atualmente existe uma preocupação da sociedade em preservar os recursos naturais, pensando na sobrevivência do planeta e nas gerações futuras. Dentre esses recursos tem-se a água como um bem essencial para a existência de vida na terra, sendo utilizada para agricultura, criação de animais e para o próprio consumo humano. O Brasil possui aproximadamente 12% da água doce do planeta, sendo um dos países mais privilegiados do mundo, devido à grande riqueza hídrica que possui. Contudo, essa água não está bem distribuída pelas regiões do país. No semiárido nordestino ocorre um grande problema de escassez de água devido as características hídricas que são desfavoráveis como: baixa precipitação e índices pluviométricos pequenos; em contrapartida outras regiões possuem considerada disponibilidade hídrica (ANA, 2015). May (2009) evidencia que o crescimento populacional desordenado junto com o aumento da demanda no consumo de água,

são considerados como principais fatores para agravamento da falta de água em grandes regiões. Desta forma, percebe-se a grande necessidade de buscar novas técnicas para obtenção de uma água de qualidade, que possibilite amenizar a falta de água potável que algumas regiões do Brasil vivem. Uma dessas formas seria através do aproveitamento da água da chuva, que se mostra uma alternativa eficaz para atender as necessidades domésticas de uma residência unifamiliar, além de poupar o uso da água potável. Hoje, existem muitas pesquisas voltadas para o aproveitamento das águas pluviais, no entanto, é para fins não potáveis como descarga em vasos sanitários e jardins. Isso porque, há a possibilidade de que durante a captação daquela água ocorra a contaminação por partículas depositadas na mesma e até por fezes de animais. Logo, para utilizar com fins potáveis, como banho, preparo de alimentos e consumo humano, se faz necessário a realização de um tratamento. Diante disto, o presente trabalho pretende avaliar a quantidade da água da chuva do município de Taipu, como também, analisar o potencial de aproveitamento e potabilidade deste recurso para abastecimento de uma residência unifamiliar. **REVISÃO DA LITERATURA: DISPONIBILIDADE DE RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL.** O Brasil possuía uma disponibilidade hídrica estimada de 7.4 trilhões de metros cúbicos no ano de 2014 (Agência Brasil, 2018) fazendo com que venha a ser considerado um “país rico em água”. Boa parte desse recurso hídrico brasileiro encontrasse distribuído em bacias hidrográficas, sendo as principais: a do Tocantins-Araguaia, do Rio Amazonas, do São Francisco, do Atlântico Norte Nordeste, do Uruguai, do Atlântico Leste, do Atlântico Sul e Sudeste e dos rios Paraná e Paraguai (MARCUSO,2017). Contudo, existe uma má distribuição desse recurso pelo país. A Tabela 1 mostra a proporção de água distribuída de acordo com tamanho e população de cada região.

**Tabela 1** - Proporção de área territorial, disponibilidade de água e população para as cinco regiões do Brasil.

<b>Região</b>	<b>Densidade demográfica (hab/km<sup>2</sup>)</b>	<b>Concentração de recursos hídricos do país</b>
<b>Norte</b>	4,12	68,5%
<b>Nordeste</b>	34,15	3,3%
<b>Centro-Oeste</b>	8,75	15,7%
<b>Sudeste</b>	86,92	6%
<b>Sul</b>	48,58	6,5%

Fonte: IBGE, 2010.

Como pode-se ver na tabela 1, a disponibilidade de água na região nordeste é bem precária. A região é banhada pela bacia hidrográfica atlântico nordeste ocidental e oriental. A Ocidental ocupa 286.800 km<sup>2</sup> ou 3,4% do território nacional, e está localizada em seis estados: Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, passando por 874 municípios (EBC, 2021). O Atlântico Ocidental não tem grandes rios, devido a isso apresenta baixa disponibilidade de água em relação a demanda local, principalmente em épocas de estiagem. Seus principais rios são Jaguaribe, Piranhas Açu, Capibaribe, Paraíba e Acaraú (EBC, 2021). De acordo com a ANA (2015) a região nordeste possui baixos índices pluviométricos, elevadas temperaturas durante todo o ano, baixas amplitudes térmicas, forte insolação e altas taxas de evapotranspiração. Além de todas essas características, também se

verificam a pequena quantidade de coleta e tratamento de esgoto, o que torna a água de qualidade elemento ainda mais escasso na região. CICLO HIDROLÓGICO. Silveira (2009) determina o ciclo hidrológico como o processo de circulação fechada, da água entre a superfície terrestre e a atmosfera, decorrente principalmente da radiação solar associada à gravidade e a rotação da terra. Quando se fala em superfície terrestre está se englobando os continentes e os oceanos, participando do ciclo, também, a camada porosa do continente (rochas e solos). A transferência de água entre a superfície e a atmosfera, se dar em dois sentidos: superfície-atmosfera, no qual a água flui na forma de vapor, decorrente da evaporação, transpiração nos mais diversos estados físicos, sendo mais comum no estado líquido (SILVEIRA, 2009). O Ciclo hidrológico também é conhecido como o Ciclo da água e se inicia a partir do calor irradiado pelo sol, aquecendo a água dos rios, lagos, mares e oceanos, ocorrendo o fenômeno de evaporação. Neste momento a água passa do seu estado líquido para o estado de vapor, à medida que sai da superfície terrestre em direção a atmosfera. O vapor de água ao chegar na atmosfera esfria, se acumulando e condensa na forma de gotículas, que formam as nuvens. A partir deste momento, ocorre o processo de condensação, ou seja, a transformação do estado gasoso para o estado líquido. Com o aumento da concentração de água na nuvem ocorre o processo de precipitação, onde as gotículas suspensas no ar se tornam pesadas e caem no solo na forma de chuva. Em regiões de baixas temperaturas ocorre a formação de neve ou granizo. Após a precipitação, a água cai na superfície terrestre, parte dessa água infiltra no solo, alimentando o lençol freático e parte escoar pelo solo e vai alimentar os rios, lagos e mares. A água infiltrada é absorvida pelas plantas e posteriormente devolvida para a atmosfera por transpiração. PRECIPITAÇÃO NO MUNICÍPIO DE TAIPU: O município de Taipu é um dos 167 municípios do estado do Rio Grande do Norte, estando localizado mais especificamente na Região do Mato Grande. A referida região possui duas estações do ano bem definidas que são o verão e o inverno. O período chuvoso ocorre entre janeiro a julho e o período de estiagem de agosto a dezembro, tendo uma média de chuvas de 757,5 mm, conforme dados do ano de 2018 de acordo com a Empresa de Pesquisa Agropecuária (EMPARN, 2018). Os dados pluviométricos objeto de análise nesse trabalho pertencem a uma estação de captação particular, situada na região de Taipu e foram colhidos e fornecidos a EMPARN para monitoramento e acompanhamento da região. APROVEITAMENTO DA ÁGUA DA CHUVA: A reutilização da água da chuva é uma cultura social bastante corriqueira há milhares de anos, sendo utilizada por vários povos em diferentes lugares do mundo, principalmente em regiões onde possuem escassez de água de qualidade. A água captada em boa parte é utilizada para criação animal ou para obtenção de alimento. Philippi *et al.* (2006), mostra que no Oriente Médio, Europa e América Latina, desde as civilizações mais antigas como os Maias, Incas e Astecas, existiam relatos de sistemas e dispositivos de coletas de água da chuva construídos há mais de 2.000 anos. Segundo Ghanayem (2001) a instalação de reaproveitamento de água da chuva mais antiga do Brasil está presente na ilha de Fernando de Noronha, tendo sido construída pelos norte-americanos no ano de 1943. A mesma encontrasse em funcionamento até hoje. No Brasil, em 2003, foi criado o programa nacional denominado Cisterna, um programa Nacional de apoio à captação de água de chuva que tem como objetivo o acesso à água para consumo humano e produção de alimentos. Os principais beneficiados deste programa são as famílias rurais de baixa renda atingidas pela seca ou falta de abastecimento regular de água. TRATAMENTO

**DA ÁGUA DA CHUVA:** A água da chuva, em boa parte, necessita de um tratamento simplificado, devido ao baixo teor de sólidos suspensos dissolvidos. No Brasil, os tratamentos mais utilizados são a coagulação, floculação, decantação, filtração e desinfecção. O IPT (2015) sugere como opção de tratamento realizar a filtração, fervura e areação. Caso não seja possível a realização da fervura, adicionar duas gotas de água sanitária para cada litro de água e deixar a mesma descansar. Fagundes e Caliarri (2009) propõem que além do processo de filtração lenta, seja adicionado cloro para desinfecção. O processo de desinfecção por cloro pode ser substituído pela radiação ultravioleta (UV).

**PORTARIA SOBRE POTABILIDADE:** O Ministério da Saúde implementou a portaria nº 888, de 4 de maio de 2021, para abordar sobre os processos de fiscalização e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade. A mesma veio para substituir o anexo XX da portaria de consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, trazendo os novos valores permitidos para que a água não ofereça nenhum mal, quando destinada para ingestão, preparação de alimentos e higiene pessoal. Os principais parâmetros exigidos pela nova portaria são: alcalinidade total, cor aparente, dureza total, pH, turbidez, contagem de coliformes totais e contagem de escherichia coli. Se todos esses parâmetros estiverem à baixo do recomendado pela citada norma, a água poderá ser utilizada para consumo humano sem nenhum tratamento prévio.

**METODOLOGIA:** O experimento foi realizado no município de Taipu (RN), distante 53 km da capital Natal, mais especificamente em uma residência unifamiliar localizada na região central da cidade. A área de captação, é formada por um telhado de fibrocimento com aproximadamente 26 m<sup>2</sup> de área superficial. A água após escorrer pelo telhado é captada por calhas, passa por uma peneira para remoção de folhas, galhos e sólidos grosseiros, sendo, em seguida, direcionada até a cisterna da residência. A NBR 15527 de 2019 recomenda o descarte dos 2 mm iniciais de água da chuva captada, alegando que esta é responsável pelo carregamento de partículas que estejam suspensas na atmosfera e para remoção de impurezas que estejam presentes na área de captação. Sabe-se que 1 mm de chuva corresponde a um litro de água captada em um metro quadrado de superfície do telhado, logo, para o nosso telhado de 26 m<sup>2</sup> será necessário o descarte de 52 litros de água, aproximadamente. A cisterna com dimensões de 2,50 x 2,20 x 2,00 metros, não possui sistema para descarte de água, contudo, só é aberta no período do inverno, após grandes níveis de chuvas e só se inicia coleta após 15 minutos do início da precipitação. Dessa maneira, evita-se problema na captação da água pois, qualquer partícula que poderia estar suspensa no ar ou sujeira contida no telhado já foi descartada. A coleta da amostra foi realizada às 11h do dia 28 de agosto de 2021, sendo retirada diretamente da cisterna da residência e colocada em fracos esterilizados. Com objetivo de avaliar a qualidade da água da chuva coletada, foram realizadas análises físico-químicas e bacteriológicas. Os parâmetros observados foram: alcalinidade total, cor aparente, dureza total, pH, turbidez, contagem de coliformes totais e contagem de escherichia coli. Esses parâmetros são os que estão presentes na portaria nº 888, de 4 de maio de 2021 para potabilidade da água. O CIM Laboratórios, localizado na rua Ceara Mirim 272, Tirol – Natal/RN, foi responsável por realizar estas análises, a tabela 2 mostra os parâmetros, unidades, tipo de método utilizado para obtenção do resultado e o limite máximo permitido por norma para aceitação do parâmetro.

**Tabela 2 – Parâmetros físico-químicas e bacteriológicas**

<b>ANÁLISE FÍSICO-QUÍMICAS</b>			
<b>PARÂMETRO</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>METODO</b>	<b>VALOR MÁXIMO</b>
Alcalinidade Total	mg/L CaCO <sub>3</sub>	SM - 2320 B	-
Cor Aparente	UC	SM 2120 C	15
Dureza Total	mgCaCO <sub>3</sub> /L	SM - 2340 C	300
pH	-	SM 4500-H+ B	6,0-9,5
Turbidez	NTU	SM 2130 B	5
<b>ANÁLISE BACTERIOLÓGICA</b>			
Contagem de Coliformes Totais	UFC/100mL	SM 9222 J	Ausência em 100mL
Contagem de Escherichia coli	UFC/100mL	SM 9222 J	Ausência em 100mL

Fonte: Autoria própria, 2021.

O nível de chuvas no ano de 2018 em Taipu, de acordo com a EMPARN foi de 757,5 mm, o que corresponde a mais de 19.0000 litros de água precipitada sobre a cobertura, no entanto, nem toda ela poderá ser captada. A quantidade total que poderá escoar pelo telhado dependera do tipo de telhado. O coeficiente de escoamento superficial ou coeficiente de runoff (C) apresenta a relação entre o volume de chuva escoado pela superfície e o volume total precipitado, modificando seu valor de acordo com cada tipo de superfície. Para telhas de fibrocimento o valor de C=0,8, ou seja, 80% de toda precipitação poderá ser captada pela cobertura. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** ANÁLISES FÍSICO-QUÍMICAS E BACTERIOLÓGICAS: **Alcalinidade total:** A alcalinidade trata-se da medida total de substâncias contidas na água, decorrente da presença de carbonatos, bicarbonatos e íons hidróxidos. Quanto maior a alcalinidade, menor será a variação do pH caso a água tenha contato com algum ácido, devido os íons presentes neutralizarem o ácido. No experimento constatou uma alcalinidade total de 53,0 mg/L CaCO<sub>3</sub>. Na portaria nº 888/2021 não existe um valor máximo para alcalinidade total. **Cor aparente:** A cor da água varia de acordo com a presença de sólidos suspensos, sólidos dissolvidos e coloides. Na água da chuva, a cor é decorrente dos materiais orgânicos depositados nas áreas de captação e das partículas presentes na atmosfera. A portaria nº 888/2021, estabelece valor máximo permitido de 15 unidades de cor para potabilidade da água. O resultado da amostra obteve resultado de 2 unidades de cor, apresentando assim valores menores do que o estabelecido por portaria. **Dureza total:** A dureza está relacionada a presença de íons, em especial ao Cálcio (Ca<sup>+2</sup>) e Magnésio (Mg<sup>+2</sup>). A água considerada dura, possui a característica de impedir a formação de espuma quando usado sabão e causar incrustações em tubulações de água quente. O valor máximo permitido na portaria nº 888/2021 é de 300 mg/L CaCO<sub>3</sub> /L, sendo constatado que a amostra analisada possui 68,0 mg/L CaCO<sub>3</sub> /L. Estando esse um valor abaixo do recomendado. **Ph:** Constatou-se na amostra um pH de 8,18, o que permiti considerá-la uma água alcalina. A portaria nº 888/2021 estabelece um valor de 6,0 a 9,5 para que a água possa ser considerada potável, logo nosso valor atende a esse parâmetro. **Turbidez:** A turbidez é referente a presença de partículas solidas que estão suspensas na água, proveniente da poeira da área de captação e das partículas existentes na atmosfera que são carregas pela água. Na amostra coletada foi constatado uma turbidez com 0,31 NTU, estando dentro dos limites estabelecidos pela portaria nº 888/2021 que é de no máximo 5 NTU. **Contagem de coliformes totais:** Os coliformes totais correspondem a contaminação por bactérias do tipo coliformes

em geral. Elas estão presentes nas partículas do ar e no solo. Para potabilidade o valor máximo permitido na portaria nº 888/2021 é ausência em 100mL, na amostra foi constatado um valor  $9,6 \times 10^2$  UFC/100mL, o que extrapola o valor permitido.

**Contagem de Escherichia coli:** A Escherichia coli trata-se de uma bactéria que existe no intestino de animais endotérmicos, estando ligados a qualidade da água e de alimentos. Sua presença pode ocasionar infecções urinárias e diarreia, pela portaria nº 888/2021 o valor máximo exigido é ausência 100mL. O resultado da amostra detectou um valor menor que 1 UFC/100mL que é o limite de quantificação do método, atendendo ao valor para consumo humano.

**4.5 VOLUME DE CHUVA PARA CAPTAÇÃO:** Considerando o ano de 2018 como base, o volume de chuvas registrados no município de Taipu foi de 757,5 mm, o que corresponde a 19.695 litros de água durante o ano. O coeficiente de runoff estabelece que apenas 80% dessa água poderá ser captada, a tabela 3 mostra quanto poderá ser armazenado por mês na residência, já considerando o descarte de 52 litros.

**Tabela 3: Volume de chuvas captadas por mês**

Mês	Nível de chuva (mm)	Quantidade captada (l)
Janeiro	40.5	790
Fevereiro	214	4.400
Março	121	2.464
Abril	131	2.672
Mai	36	696
Junho	123	2.506
Julho	74	1.487
Agosto	3	10
Setembro	0	0
Outubro	0	0
Novembro	15	260
Dezembro	15	260

Fonte: Autoria própria, 2021.

A cisterna da residência possui capacidade de armazenamento de 11.000 litros, sendo necessário de janeiro a maio para enchê-la completamente. Considerando que na residência reside apenas uma pessoa, e que ela consome o recomendado que é de 110l de água por dia Sebasp (2021). O volume armazenado possibilita uma alta suficiência durante três meses e 10 dias, sem necessidade de utilizar água da concessionária. **CONCLUSÃO:** A partir dos resultados obtidos com as análises físico-químicas e bacteriológicas da água da chuva e do nível de chuva no ano de 2018 no município de Taipu, foi possível concluir que:

- A água da chuva contida no reservatório, após passagem pela área de captação, ficou dentro dos limites estabelecidos pela portaria nº 888/2021 para os parâmetros alcalinidade total, cor aparente, dureza total, pH, turbidez e Contagem de Escherichia coli.
- O parâmetro Contagem de coliformes totais ficou acima do limite estabelecido pela portaria nº 888/2021 mas, uma desinfecção simplificada, como a

instalação de um dosador de cloro na entrada ou na saída da cisterna, possivelmente deixaria a água dentro dos valores estabelecidos por esta portaria.

- Constatou que é essencial a manutenção periódica da área de captação para a boa qualidade da água captada.
- O nível de chuva no ano de 2018 foi bem satisfatório, permitindo que se houver o aumento na área de captação e do reservatório, ocorra uma maior autossuficiência da residência.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Atividades econômicas consumiram 3,2 trilhões de metros cúbicos de água em 2015. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-03/pesquisa-economia-e-familias-usaram-32-trilhoesm3-de-agua-em-2015>. Acesso em: 14 maio 2021.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA. Relatório de gestão 2015. Disponível em: [https://arquivos.ana.gov.br/institucional/ana/ContasAnuais/2015/RelatorioGestao\\_2015.PDF](https://arquivos.ana.gov.br/institucional/ana/ContasAnuais/2015/RelatorioGestao_2015.PDF). Acesso em: 14 maio 2021.

\_\_\_\_\_. Relatório de gestão 2015. Disponível em: [https://arquivos.ana.gov.br/institucional/ana/ContasAnuais/2015/RelatorioGestao\\_2015.PDF](https://arquivos.ana.gov.br/institucional/ana/ContasAnuais/2015/RelatorioGestao_2015.PDF). Acesso em: 14 maio 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 15527:2019 – Aproveitamento de água de chuva de coberturas para fins não potáveis, Rio de Janeiro.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 888, de 4 de maio** de 2021. Brasília, 2021.

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SABESP. Dicas de economia. Disponível em: <http://site.sabesp.com.br/site/interna/Default.aspx?secaold=140>.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO - EBC. Onde está a água no Brasil. Disponível em: <https://www.ebc.com.br/especiais-agua/agua-no-brasil/>. Acesso em: 14 maio 2021.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE - EMPARN. Disponível em: <http://meteorologia.emparn.rn.gov.br:8181/monitoramento/2018/graficos/qmes13901.htm>. Acesso em: 14 maio 2021.

FAGUNDES, G. R.; CALIARI, P. C. Desenvolvimento de sistema simplificado de potabilização de águas pluviais para unidades de pequeno consumo. *In: 25° Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental*. Recife: ABES, 2009.

GHANAYEM, M. Environmental considerations with respect to rainwater harvesting. IN: RAINWATER INTERNATIONAL SYSTEMS, 10., 2001, Manheim. Proceedings... Germany, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Distribuição da água no Brasil. Disponível em:  
<https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/distribuicao-agua-no-brasil.htm> >  
Acesso em: ??? set. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS - IPT. **Manual para captação emergencial e uso doméstico de água da chuva**. Disponível em:  
[https://www.ipt.br/banco\\_arquivos/1200-Manual\\_para\\_captacao\\_emergencial\\_e\\_uso\\_domestico\\_de\\_AGUA\\_DA\\_CHUVA.pdf](https://www.ipt.br/banco_arquivos/1200-Manual_para_captacao_emergencial_e_uso_domestico_de_AGUA_DA_CHUVA.pdf)  
Acesso em: 14 set. 2021.

MARCUZZO, F. **Bacias hidrográficas e regiões hidrográficas do Brasil**: cálculo de áreas, diferenças e considerações. 2017, 8p. XXII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos. Florianópolis, 2017.

MAY, S. **Caracterização, tratamento e reuso de águas cinzas e aproveitamento de águas pluviais em edificações**. 2009, 200p. Dissertação (Doutorado em Engenharia da Hidráulica) Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

PHILIPPI, L.S. *et al.* Aproveitamento da água de chuva. *In: GONÇALVES, R.F. (Org.). Uso racional da água em edificações*. Rio de Janeiro: ABES - PROSAB, 2006. cap. 3, p. 73-152.

SILVEIRA, A. L. L. Ciclo hidrológico e bacia hidrográfica. *In: TUCCI, C. E. M. (Org.). Hidrologia: Ciência e Aplicação*. Porto Alegre: UFRGS/ABRH, 2009. p. 35-40.



# **FISIOTERAPIA**



## PRÁXIS EDUCATIVO COLETIVA E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DE MORFOLOGIA EM MEDICINA

### AUTORES:

Magnun Luan Batista

Beatriz Araújo Resende

Lasier Emerick Herber

Sebastião Franco da Silva

Taynara Maia Rego

**INTRODUÇÃO:** O processo de avaliação através da práxis educativo coletiva envolve discentes e docentes, procura investigar, conferir, aferir e identificar rendimento do aluno. O ato de avaliar ajuda o professor a modificar e direcionar suas estratégias de ensino, Zeferino e Passeri, 2007. **OBJETIVOS:** Refletir práticas pedagógicas, problematizar aprendizagem mediante aplicação do instrumento referencial e fundamentalidade, verificar os saberes que resultarão nas competências e habilidades, para agir em um novo contexto e experienciar senso educativo coletivo focado na práxis. **METODOLOGIA:** O estudo realizado na UNIFASB-BA com 120 alunos de medicina. Com antecedência o docente comunica aos alunos a data de aplicação da ferramenta praxiana, esclarece como será feito, por que e para que serve. No dia referenciado faz uma exposição dialogada, no final distribui uma ficha com 10 a 12 linhas e pede para cada discente fazer uma síntese em 20 minutos do conteúdo ministrado e uma autoavaliação (A1). As sínteses são recolhidas e corrigidas pelo docente (Het), na aula seguinte são devolvidas aos alunos para fazerem outra autoavaliação (A2). **REVISÃO DE LITERATURA:** Para Kraemer, 2007; Luckesi, 2002; Barbosa, 2012 e Chaves, 2003; existem várias formas de avaliar, que são complexas e polêmicas em medicina. Os registros da práxis educativo coletiva compõem as questões de provas que irão determinar total ou parcialmente as notas das avaliações, na perspectiva de equilibrar a aprendizagem ocorrida na aula. **RESULTADO:** Na última aplicação da práxis educativo coletiva, 90% dos alunos conseguiram nota 10, 5% nota 9 e 5% nota 8. Na primeira aplicação 12,5% conseguiram nota 10; 57,5% nota 9; 7,5% nota 8; 12,5% nota 7; 7,5% nota 5 e 2,5% nota 6. **DISCUSSÃO E CONCLUSÃO:** na medicina agrega conhecimento como um instrumento essencial na avaliação. Avaliar com a práxis educativo coletiva faz-se na ação do saber fazer, é reflexivo e gera mudança na docência.

**Palavras-chave:** Ensino. Aprendizagem. Avaliação.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Z M.P. **Avaliação**: uma prática diagnóstica e contínua. Disponível em: <http://www.artigonal.com/educacao-artigos/avaliacao-uma-pratica-diagnostica-e-continua-2944467.html>. 2010. Acesso em: 20 fev. 2012.

CHAVES, S. M. **A avaliação no Ensino Superior**: realidade, complexidade e possibilidades. Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo FEUSP – 2003 (Tese de Doutorado).

KRAEMER, M. E. P. A avaliação da aprendizagem como processo construtivo de um novo fazer. **Revista Internacional D'Humanitats 13**. Feusp. Universidade Autônoma de Barcelona. 2007.

LUCKESI, C. C. Avaliação da Aprendizagem na Escola e a Questão das Representações Sociais. **Eccos Revista Científica**, vol. 4, fac. 02, Universidade Nove de Julho, São Paulo, p. 79 - 88. 2002.

ZEFERINO, A. M. B.; PASSERI, S. M. R. C. **Avaliação da aprendizagem do estudante, Cadernos ABEM**, v. 3, Rio de Janeiro/RJ 2007.



## ENSINO DE MORFOLOGIA MEDICINA ATRAVÉS DE CARREIROS DA APRENDIZAGEM

### AUTORES:

Beatriz Araújo Resende  
Lasier Emerick Herber  
Magnun Luan Batista  
Sebastião Franco da Silva  
Taynara Maia Rego

**INTRODUÇÃO:** Carreiros da Aprendizagem surgiu a partir do Team Based Learning (TBL), Sala de Aula Invertida, práxis educativo coletiva, trilhas da aprendizagem e Problem Based Learning (PBL). É uma ferramenta pedagógica de ensino e aprendizagem, centrada no aluno com auxílio do professor, Abegg, 2017. Desenvolve as competências e habilidades para aprender a aprender, com a construção de novos saberes a partir dos conhecimentos prévios dos alunos. **OBJETIVOS:** Melhorar o ensino ativo de Morfologia na Medicina, favorecer o desenvolvimento qualitativo na aprendizagem médica. **METODOLOGIA:** O estudo realizado na UNIFASB-BA com 120 alunos. Inicia com abertura através do acesso do discente ao plano e material didático terminando com fechamento e produção de síntese do conteúdo da aula. O docente descreve um plano com a sequência e ordem dos conteúdos enviando para cada aluno, com cinco dias letivos de antecedência. Elabora um Quizz com cinco questões, mínimo, 30% de questões com baixa, 40% média e 30% alta complexidade. Organiza a sala para os discentes responderem o Quizz. em seguida posiciona as carteiras em U e faz uma exposição dialogada reflexiva, a partir dos conhecimentos prévios dos alunos. **REVISÃO DE LITERATURA:** Nesta metodologia o aluno é protagonista e aprende construindo significados, Araújo, 2017; Barkley, 2017; Blasca, 2017 e TORRES, 2017. **RESULTADOS:** na primeira aplicação 5,6% dos alunos ficaram com nota 5; 2,8% nota 6; 11,1% nota 7; 16,7% nota 8; 25% nota 9; 19,4% nota 10 e 19,4% não fizeram a síntese. Na última aplicação 5,6% conseguiram 8; 8,3% nota 9 e 86,1% nota 10. **DISCUSSÃO E CONCLUSÕES:** Essa metodologia desenvolve competências, habilidades, produz aprendizagem significativa, estabelece relações com outros conteúdos, integra as informações e resoluções de problema. Exige que o aluno mantenha o foco, preste atenção nos conteúdos abordados na aula, siga as orientações do professor e faça anotações pertinentes.

**Palavras - chaves:** Morfologia. Ensino. Aprendizagem.

## REFERÊNCIAS

- ABEGG, Ilse; BASTOS, Fábio Purificação; MÜLLER, Felipe Martins. Ensino-aprendizagem colaborativo mediado pelo Wiki do Moodle. **Educar em Revista**. Curitiba, n. 38, set./dez.2010, p. 205-208. Disponível em: . Acesso em: 13 jun. 2017.
- ARAÚJO, Júlio César; DIEB, Messias. **Interação virtual e a autoria de artigos científicos**: nos bastidores da produção acadêmica. *Educação em Revista*. Belo Horizonte, v. 26 n. 3, dez.2010, p. 387-406. Acesso em: 13 jun. 2017.
- BARLEY, Elizabeth F.; MAJOS, Claire Howell; CROSS, Patricia K. Collaborative learning techniques: a handbook for college faculty. 2. ed. San Francisco/CA: Jossey-Bass. 2014.
- BLASCA, Wanderléia Quinhoneiro *et al.* Modelo de educação em saúde auditiva. **Rev. Espeech**, Language, Hearing Science and Education Journal (CEFAC). São Paulo, v. 16, n. 1, jan./ fev.2014, p. 23-30. Acesso em: 13 jun. 2017.
- TORRES, Patricia Lupin; IRALA, Esrom Adriano F. **Aprendizagem colaborativa**: teoria e prática. Coleção Agrinho. Paraná, 2014, p.1-34. Acesso em: 26 jun. 2017.

# **GASTRONOMIA**



## EMPÓRIO 52, PROJETO DE UM NEGÓCIO GASTRONÔMICO

### AUTORES:

João Victor de Lira Fernandes  
Marcos Carlos Cosme da Silva

**INTRODUÇÃO:** Este trabalho apresenta um resumo do relato de experiência do projeto de um negócio gastronômico, desenvolvido e apresentado durante a disciplina de Alta Gastronomia, no curso de Gastronomia, do Centro Universitário UNIFACEX, sob orientação do professor especialista Marcos Carlos. A atividade proposta procurava desenvolver a criatividade e inovação na formação acadêmica dos alunos, portanto, o principal objetivo era explorar formas de contribuir para a construção da alta gastronomia no mercado brasileiro atual. O projeto apresentado neste resumo surge a partir de motivações pessoais do autor e de seus estudos precedentes, enquanto discente do curso de Design na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. A partir de pesquisas nessa área citada, descobriu-se o *food design* como intercessão dos conhecimentos gastronômicos e de design, permeando mais de dez áreas, segundo BRITO (2018). **METODOLOGIA:** Adotou-se os parâmetros da metodologia do designer Bruno Munari, apresentada em seu livro *Das Coisas Nascem Coisas* (1988), que se divide em duas grandes fases: problematização e hipótese e prática. Estas fases foram adaptadas de acordo com as necessidades e o cronograma projetual e foram sintetizadas nas etapas seguintes: (1) definição do problema; (2) Pesquisa de mercado; (3) Auditoria de concorrência; (4) Público-alvo; (5) *Naming*; (6) Identidade visual; (7) Marca e (8) *Menú*. **RESULTADOS:** 1. Definição do problema: a problemática do projeto baseia-se no contexto de mudança de nicho mercadológico, por isso o objetivo geral é desenvolver uma nova marca de produtos artesanais, inseridos nas áreas de confeitaria e panificação, que por sua vez, se constitui de objetos específicos, tais como o desenvolvimento do nome e da identidade visual, as definições de público-alvo e pesquisa de mercado e a elaboração do *menú*. 2. Pesquisa de mercado: neste projeto, a principal forma de estudo foi a análise do Painel de Mercado da Panificação e Confeitaria, feito pelo SEBRAE, em parceria com outras instituições (2017). Como o nome sugere, ele realiza uma espécie de mapeamento da área no Brasil, trazendo, sua composição, pontos como o comportamento do consumidor, tecnologia e inovação e tendências de mercado. 3. Auditoria de concorrência: essa fase foi adaptada na metodologia de Munari (1988) para tratar especificamente da área mercadológica. Ela apresenta uma análise de três estabelecimentos comerciais cujos produtos ou identidade de marca sejam semelhantes ao que se espera nos resultados deste projeto: Le Pain Quotidien (nível mundial), Padoca do Maní (nível nacional) e Pão da Terra (nível local). 4. Público-alvo: a quarta etapa deste projeto, define as principais características do público almejado para o negócio, os moradores ou visitantes do bairro de Nova Parnamirim, na cidade

de Parnamirim, no Rio Grande do Norte. Foram considerados dados como classe social, meios de locomoção, acesso aos produtos. 5. *Naming*: O nome é o que identifica a marca primeiro, juntamente com a identidade visual e ela deve comunicar os valores desejados para o negócio, como Empório 52, o nome escolhido para o negócio, referenciando dois aspectos: a variedade de produtos vendidas sem perder a qualidade, que está presente nos tipos de negócios chamados de empório e a referência bíblica, de motivação pessoal do autor, presente no número 52, fazendo uma menção ao milagre da multiplicação dos cinco pães e dois peixes, realizados por Jesus e narrado na bíblia. 6. Identidade visual: neste ponto do processo, definiu-se o *briefing* de criação, reunindo os requisitos de projeto mais importantes para a identidade e o painel semântico, reunindo imagens e palavras para nortear o design, no qual ambos traduzem uma mensagem de produto artesanal de qualidade. 7. Marca: Neste projeto, pensou-se em uma marca dinâmica, composta de desenhos que sintetizam os nichos mercadológicos do negócio, e também a regionalidade como pilar para a construção da identidade. 8. *Menú*: A grande proposta para os produtos do negócio é praticidade, por isso, foram pensados produtos a pronta-entrega para o consumidor, de modo que não seja necessário encomendas e, ao mesmo tempo, seja um produto para se ter na geladeira ou despensa e ser feito a qualquer momento. **CONCLUSÕES**: assim sendo, conclui-se que o projeto foi bem desenvolvido, através de uma metodologia eficaz e com resultados promissores, mostrando que a concepção e o planejamento dessas etapas são fundamentais para o desenvolvimento do negócio.

**Palavras-chave:** Marca. Empreendedorismo. Gastronomia.

## REFERÊNCIAS

BRITO, Ramires Bruna. **Relações entre design e gastronomia no cenário contemporâneo**. Bauru, São Paulo. 2018. 123 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação. Universidade Estadual Paulista, 2018.

MUNARI, Bruno. **Das coisas nascem coisas**. Lisboa: Edições 70, 1981.





## PUDIM DE CUSCUZ COM TAPIOCA

### AUTORES:

Vanessa Vienne A. da Silva

Marcos Carlos Cosme da Silva

**INTRODUÇÃO** A cozinha autoral é resultante da soma dos conhecimentos e experiências adquiridos pelo cozinheiro. O preparo que foi desenvolvido trata-se de um pudim de cuscuz com tapioca e coco. A escolha parte da associação histórica das preparações como pudim e tapioca, que foram disseminadas pelos índios, sendo um incentivo bastante propulsor para desenvolvimento da pesquisa. De acordo com a literatura, o pudim de leite seria uma sobremesa portuguesa, desenvolvida no país em meados do século XVI, no entanto alguns autores gastronômicos ignoram tal fato, afirmando que não há como designar local e tempo em que surgiu esse preparo. Há relatos históricos associados ao pudim com uma receita indígena brasileira feita à base de um mingau cremoso de mandioca e mel, que em seguida foi modificada pelos colonizadores portugueses, ganhando novos ingredientes e variações durante os séculos, até chegar ao que conhecemos como pudim. Essa preparação é bastante consumida e foi modificada durante os séculos, que difere do clássico. O cuscuz é um dos alimentos base da cultura alimentar da região nordeste. É um preparo de origem africana, prato nacional de Mouros, norte da África, que abrange do Egito ao Marrocos, que fora introduzido na cultura brasileira através dos portugueses, no período colonial. Possui diversos modos de preparo e acompanhamentos, podendo variar dependendo de cada estado. A tapioca é de origem indígena, tipicamente brasileira e encontrada principalmente nas regiões norte e nordeste do país. Possui reconhecimento da UNESCO como patrimônio histórico e artístico cultural imaterial brasileiro, valorizando assim a nossa culinária. Feito à base de fécula de mandioca e água, além de ser bastante versátil, pode ser consumido com vários tipos de recheios. O coco tem origem asiática e foi introduzido no Brasil a partir do século XVI pelos portugueses. Passou a fazer parte da culinária brasileira a partir dos escravos, que já conheciam o fruto na África. Predominante em regiões litorâneas, principalmente no nordeste brasileiro, o coco está presente em diversos pratos típicos da região. Diante dessa premissa, o presente trabalho tem como objetivo apresentar uma receita autoral de pudim de cuscuz com tapioca e coco, partindo do contexto histórico dos ingredientes e preparo escolhido, a fim de unificar os ingredientes em questão em uma das sobremesas mais consumidas pelos brasileiros. **METODOLOGIA** O estudo foi concebido através do experimento prático e envolvendo pesquisas bibliográficas sobre a origem dos ingredientes e do preparo base, o pudim. **RESULTADOS E DISCUSSÃO** O resultado do preparo atendeu às expectativas com relação a sabor, uma vez que as três camadas se complementaram entre si, ficando agradável ao paladar. No entanto, foram necessários alguns ajustes estruturais, corrigidos em novo

teste, atendendo assim toda perspectiva gustativa e textura entre as camadas do preparo. **CONCLUSÃO** A cozinha autoral proporciona uma experiência ímpar e enriquecedora para o cozinheiro, permitindo-o sair da zona de conforto no que diz respeito à reprodução de receitas. O processo de criação é uma construção gradativa e alcançável. Portanto, criar uma receita é um exercício de aprendizado e uma evolução profissional.

**Palavras-chave:** Pudim. Cuscuz. Tapioca.

## REFERÊNCIAS

DANTAS, Patrícia. Coco. **Mundo Educação**, 2021. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/biologia/coco.htm>. Acesso em: 11 ago. 2021.

LIMA, Adelina. **Cuscuz** – Origem, curiosidades e modos de preparo. Segredos do Mundo, 2021. Disponível em: <https://segredosdomundo.r7.com/cuscuz/>. Acesso em: 10 ago. 2021.

LOPES, Dias. **O insuperável pudim de leite**. Estadão 2012. Disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/paladar/o-insuperavel-pudim-de-leite/>. Acesso em: 09 out. 2021.

MOREIRA, Valéria. **A História da Tapioca**. Fazer Tapioca, 2016. Disponível em: <https://fazertapioca.com.br/a-historia-da-tapioca/>. Acesso em: 10 ago. 2021.

NUNES, Patrícia *et al.* **Sobremesas**: de Portugal a Pernambuco. Senac SP 2021. Disponível em: [http://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/revistacontextos/wp-content/uploads/2014/12/33\\_Revista-Contextos\\_ed-vol-3-n-1.pdf](http://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/revistacontextos/wp-content/uploads/2014/12/33_Revista-Contextos_ed-vol-3-n-1.pdf). Acesso em: 09 ago. 2021.

**QUANDO surgiu o pudim?** Qual o país de origem? CulturaMix.com, 2020. Disponível em: <https://culinaria.culturamix.com/receitas/doces/quando-surgiu-o-pudim-qual-o-pais-de-origem>. Acesso em: 09 ago. 2021.

# NUTRIÇÃO



## ALIMENTAÇÃO VEGANA E OS SERVIÇOS DE SAÚDE: UMA REVISÃO DE LITERATURA

### AUTORES:

Tatiana de Carvalho Gaeta  
Leticia Gabriela Souza da Silva

**INTRODUÇÃO:** Relatos sobre benefícios da dieta vegetariana/vegana são extensos, tanto no âmbito nutricional quanto na prevenção e auxílio de algumas doenças. O veganismo é um estilo de vida que vai além da dieta e, por isso, faz-se imperioso que os profissionais de saúde tenham conhecimento suficiente para oferecer uma abordagem satisfatória a este público. O objetivo desse estudo é apresentar os benefícios e riscos nutricionais da alimentação vegana e os desafios envolvidos na transição para o veganismo, servindo como guia para a abordagem desse público na rede de saúde. **METODOLOGIA:** Foi realizada uma revisão de literatura do tipo integrativa organizada em três tópicos centrais: aspectos nutricionais da dieta vegana, benefícios e riscos; transição ao veganismo; atenção ao paciente vegano nos serviços de saúde. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A dieta vegana, se bem planejada, é saudável e nutritiva em todas as fases da vida, sendo rica em carboidratos, ácidos graxos ômega-6, fibras dietéticas, fitoquímicos, ácido fólico, vitamina C, vitamina E e magnésio. E pode ter consumo reduzido de proteínas, ácidos graxos ômega-3, vitamina B12, vitamina D, cálcio e zinco. A alimentação vegana pode ser especialmente benéfica para pessoas com obesidade, diabetes tipo 2, hipertensão, distúrbios lipídicos e doenças cardiovasculares. A transição alimentar pode ser acompanhada de diversos desafios incluindo custos emocionais. Quanto aos profissionais de saúde, percebe-se que há conhecimento insuficiente, insegurança e ceticismo nos assuntos relacionados a alimentação sem carne. Por isso, é fundamental que atualizem seus conhecimentos e este estudo pode ajudar. **CONCLUSÃO:** A transição para uma dieta vegana e seu estilo de vida requer direcionamento nutricional. As equipes de saúde, incluindo nutricionistas, devem compreender as escolhas desse público ao ponto de poder auxiliá-los e apoiá-los. Para isso, é imprescindível que atualizem seus conhecimentos. Mais pesquisas específicas com os profissionais de saúde brasileiros são necessárias para complementar esse estudo.

**Palavras-chave:** Dieta vegana. Nutrição. Profissionais de saúde.

## REFERÊNCIAS

CROWLEY, J; BALL, L; HIDDINK, GJ. Nutrition in medical education: a systematic review. **Lancet Planet Health**.3(9): e379-e389. set., 2019.

MCHUGH, P; SMITH, M; WRIGHT, N; BUSH, S; PULLON, S. Se você não comer carne ... você morrerá. Uma pesquisa de método misto sobre as crenças dos profissionais de saúde. **Nutrients** . 11 (12): 3028.11 dez. 2019.

SAINTILA J; CALIZAYA-MILLA YE; JAVIER-ALIAGA, DJ. Conhecimento de dietistas peruanos vegetarianos e não vegetarianos sobre o vegetarianismo em diferentes estágios da vida. **Nutr Metab Insights**. 14: 1178638821997123. 19 maio 2021.

MARRONE G; GUERRIERO C; PALAZZETTI D. Benefícios para a saúde da dieta vegana na síndrome metabólica. **Nutrients** . 13 (3): 817. Março de 2021.



## NUTRIÇÃO E SUSTENTABILIDADE: A IMPORTÂNCIA DA UTILIZAÇÃO INTEGRAL DOS ALIMENTOS

### AUTORES:

Tatiana Souza de Freitas

Iwana de Oliveira Freitas

**INTRODUÇÃO:** A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é responsável por garantir a alimentação adequada e em quantidade suficiente para a população, ainda há grandes problemas relacionados ao mesmo. E um deles, dentre vários, é o desperdício de alimentos. Em que, dados obtidos pelo FAO (2013), indicam que cerca de 1,3 bilhões de toneladas de lixo são provenientes dos alimentos que muitas vezes ainda se encontram aptos à utilização de forma integralmente. Diante disso, esse desprezo dos alimentos gera resíduos sólidos que na maior parte não há o processo de seletividade, sendo descartados em locais inapropriados. A partir disso, causam impactos negativos ao meio ambiente e, conseqüentemente, ao ser humano. Além disso, também há conseqüências na economia, uma vez que geram prejuízos com a quantidade de perdas atingidos dos alimentos que poderiam ser aproveitados. Portanto, analisando essas questões, o objetivo do trabalho é fazer com que a sociedade adote medidas mais sustentáveis, econômicas e saudáveis por meio da utilização integral dos alimentos (cascas, folhas, talos e sementes), a fim de reduzir os impactos causados ao ambiente e própria população e diminuir os quadros de desperdício; assim como, aumentar o aporte nutricional dos mesmos, uma vez que são as partes que, geralmente, apresentam maiores quantidades de nutrientes.

**METODOLOGIA:** O presente artigo trata-se de uma pesquisa de natureza básica com caráter exploratório e adotou-se a técnica de revisão integrativa, a fim de aprimorar os conhecimentos sobre o aumento da ingestão de nutrientes em que estão presentes nas cascas, talos, folhas e sementes dos alimentos. Uma vez que são, em grande maioria, desprezados e jogados no lixo. Além de estar associada a sustentabilidade, há também a importância de sanar questões voltadas à fome. Para seleção de artigos, realizou-se pesquisas bibliográficas nas bases de dados, como: Scielo (Scientific Electronic Library Online), BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), Google Acadêmico e PubMed (National Library of Medicine, Bethesda, MD); utilizando as palavras chaves em português: sustentabilidade, resíduos sólidos, matéria orgânica, nutrição e uso integral dos alimentos. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A partir dos artigos analisados, foi desenvolvido uma tabela com os resultados apresentados. Na qual Piovesana et al (2013), Fernandes et al (2008), Ramos et al (2020) e Storck et al (2013) adotaram estratégias de aproveitamento integral a partir de cascas, folhas e talos de algumas frutas, legumes e verduras em preparações de farinhas e havendo o teste de aceitabilidade das mesmas. Onde Piovesana, utilizou farinha do bagaço da

uva associado a farinha integral de aveia e farinha de trigo na preparação de biscoitos; sendo o mais bem aceito aquele que continha menor porcentual de farinha de bagaço de uva e farinha integral de aveia quanto ao quesito sabor. Já Dias & Carvalho (2016) e Carvalho & Chaudon (2018), abordam sobre os desperdícios dentro de uma Unidade de Alimentação Coletiva (UAN) e o quanto esses estabelecimentos têm tido grandes demandas de procura para realização das refeições do dia a dia. Assim, a produção de alimentos para atender a essas demandas acabam gerando grandes quantidades de resíduos sólidos, onde há a sugestão de uso integralmente das cascas, folhas, talos e sementes. **CONCLUSÃO:** A matéria orgânica representa cerca de 50 % do lixo da população brasileira, podendo ser aproveitada de forma adequada ao invés de serem descartadas. O aproveitamento integral dos alimentos, tem o objetivo de aumentar a ingestão de nutrientes, presentes nas cascas, talos e sementes, como também reduzir questões relacionadas a fome, além de estar associada a sustentabilidade.

**Palavras-chave:** Sustentabilidade. Resíduos sólidos. Nutrientes.

## REFERÊNCIAS

BEZERRA, Thaíse; OLINDA, Ricardo Alves; PEDRAZA, Dixis Figueroa.

**Insegurança Alimentar no Brasil segundo diferentes cenários sociodemográficos.** *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(2): 637-651, 2017.

FOOD AND AGRICULTURE Organization of the United Nations – FAO (2013). **Food wastage footprint: Impacts on natural resources.** Rome. Recuperado em 12 de junho de 2016. Disponível em: <http://fao.org/docrep/018/i3347e.pdf>

SANTOS, Karin Luise dos *et al.* (2020). **Perdas e desperdícios de alimentos: reflexão sobre o atual cenário brasileiro.** *Brazilian Journal of Food Technology*, 23, e2019134.

Fernandes, Anderson Felicori *et al.* **Efeito da substituição parcial da farinha de trigo por farinha de casca de batata (*Solanum Tuberosum* Lineu).** *Ciênc. Tecnologia. Aliment.*, Campinas, 28(Supl.): 56-65, dez. 2008.

Piovesana, Alessandra *et al.* **Elaboração e aceitabilidade de biscoitos enriquecidos com aveia e farinha de bagaço de uva.** *Brazilian Journal of Food Technology*. Campinas, v. 16, n. 1, p. 68-72, jan./mar. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-67232013005000007>.

Storck, Cátia Regina *et al.* **Folhas, talos, cascas e sementes de vegetais: composição nutricional, aproveitamento na alimentação e análise sensorial de preparações.** *Ciência Rural*, Santa Maria, v.43, n.3, p.537-543, mar, 2013.

CARVALHO, Lúcia Rosa de. CHAUDON, Maíra de Oliveira. **Gestão de resíduos sólidos orgânicos no setor de alimentação coletiva**: revisão. Higiene Alimentar - v.32 - n° 278/279 – mar./abr. 2018.

Dias, Natalia Araújo; OLIVEIRA, Ana Livia. **Sustentabilidade nas unidades de alimentação e nutrição**: desafios para o nutricionista no século XXI. Higiene Alimentar - v. 30 - n° 254/255 – mar./abr. 2016.



# **ODONTOLOGIA**



## HÁBITOS PARAFUNCIONAIS E SUAS IMPLICAÇÕES : UMA REVISÃO DA LITERATURA

### AUTORES:

Fernanda Gabriela Duarte Gondim  
Samuel Isaac Rodrigues Silva  
Sarah Monique Fonseca de Meneses  
Adriana Costa de Souza Martins Câmara

**INTRODUÇÃO:** Os hábitos parafuncionais são movimentos simples, realizados voluntária ou involuntariamente, durante o sono ou não, acarretando problemas na face, dentes, articulações e musculatura facial. O bruxismo e o apertamento são exemplos desses hábitos, executados de maneira involuntária. Já de maneira voluntária temos os hábitos de mascar chicletes, sucção do polegar, roer unhas, até mesmo dormir de bruços. A execução desses hábitos inadequados podem interferir no equilíbrio do organismo. As causas etiológicas relacionam-se com fatores biopsicossociais, biomecânicos e neurobiológicos, bem como mudanças hormonais e características anatômicas. Um dos impactos destes hábitos no sistema estomatognático, está relacionado ao desenvolvimento das disfunções temporomandibulares (DTM), que representam um grupo de afecções que causam dor, disfunção dos músculos mastigatórios, das articulações temporomandibulares (ATMs). As características comuns da DTM são dor regional, limitação dos movimentos mandibulares e ruídos nas ATMs. O objetivo do trabalho foi relacionar a forma que a ATM é diretamente afetada pelos impactos causados por esses hábitos.

**METODOLOGIA:** Com a finalidade de proporcionar a construção do embasamento teórico, realizou-se uma pesquisa bibliográfica referente ao tema central, classificando o presente estudo como uma revisão da literatura de natureza descritiva e exploratória.

**RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os resultados demonstram que 63,8% a 70% dos indivíduos avaliados apresentam algum sinal e/ou sintoma de DTM, classificado como leve, moderado ou severo, onde 39,9% destes afirmaram realizar apertamento dentário, desta forma indicando através da amostragem que a execução de hábitos parafuncionais está presente em uma parcela considerável dos indivíduos que alegaram a presença de algum sinal ou sintoma. Outro resultado relevante encontrado foi de que destes, 82% são do sexo feminino devido ao papel da mulher na sociedade, bem como suas características anatômicas e hormonais.

**CONCLUSÃO:** Portanto, conclui-se que os hábitos parafuncionais interferem intimamente no sistema estomatognático e na ATM, podendo levar a DTM.

**Palavras-chave:** Hábitos parafuncionais. ATM. DTM.

## REFERÊNCIAS

P. FILHO, F. T. *et al.* Associação entre disfunção temporomandibular e hábitos parafuncionais. SALUSVITA, Bauru, v. 36, n. 2, p. 381-391, 05/2017.

SANCHEZ, M O *et al.* Hábito parafuncional e disfunção temporomandibular, uma questão de gênero? SALUSVITA, Bauru, v. 36, n. 3, p. 667-675, 10/2017.



## ESCOVAS DENTAIS: ARMAZENAMENTO E DESCONTAMINAÇÃO

### AUTORES:

Adeney Spíndola da Silva  
Alayane Spíndola da Silva Reis  
Andressa Ferreira Spíndola da Silva  
Jairo Amorim da Silva  
Rhodolfo Wanderley de Araújo  
Adriana Costa de Souza Martins Câmara

**INTRODUÇÃO** O acondicionamento correto e a descontaminação das escovas de dentes são de suma importância, pois após o primeiro uso, caso não sejam armazenadas e higienizadas corretamente, podem ser contaminadas com microrganismos, presentes na biota oral e no meio extraoral. O armazenamento incorreto das escovas como: guardar escovas juntas ou em ambientes de banheiro sem a devida proteção pode levar ao crescimento de microrganismos, como *Staphylococcus* e coliformes fecais, por ser as cerdas ambientes propícios de crescimento desses agentes patológicos. O objetivo do presente estudo é levar a conscientização da população sobre o correto armazenamento e descontaminação das escovas dentais. **METODOLOGIA** A metodologia aplicada foi uma revisão de literatura de natureza descritiva e exploratória, onde houve a busca por artigos científicos nas principais bases de dados. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Embora o enxágue das escovas dentais em água corrente seja o método mais utilizado, não apresenta eficácia comprovada com relação a total desinfecção. Vários métodos utilizados como orgânicos, mecânicos e químicos são aplicados, o que se mostrou mais eficaz segundo pesquisas é a utilização do método químico com o uso da clorexidina a 0,12% e manter o seu armazenamento em ambiente arejado, separados sem contato com outras e em ambientes sem contaminação. **CONCLUSÃO:** Muito se fala sobre escovação e saúde bucal, mas pouco é explorado a educação no sentido de higienização e armazenamento das escovas dentais. Diante do pouco conhecimento da população sobre os cuidados com as escovas dentais, se faz necessário a realização de campanhas educativas no sentido de orientar este método tão relevante que preserva a saúde bucal e conseqüentemente mantém a homeostasia corporal.

**Palavras-chaves:** Microrganismos. Contaminação. Higienização.

## REFERÊNCIAS

CLÁUDIA; Ana, GRANDO; Kamila, TROCHMAN; Patrícia, CAMPAGNOLI; Eduardo, ANDRÉ; Fábio, STADLER; Denise. **Descontaminação de escovas dentais utilizadas por crianças portadoras de necessidades especiais: análise microbiológica.** RSBO Paraná. v. 8, n. 2. p. 145-152, 2010.

CRISTIANA; Maria, RAQUEL; Maria, MOSCA; Vanessa, CABRERA; Letícia, AUGUSTO; João, SALVIATO; Renato. Descontaminação de escovas dentárias: métodos e eficácia. **Arch Health Invest.** v. 4, n. 1, p. 50-57, 2015.

SOUZA; Faldryene, BEZERRA; Carolina, ELLEN; Luciana, ARAÚJO; Marília, SINÉSIO; Rodolfo, SOARES; Maronilson. Avaliação do perfil de armazenamento e descontaminação das escovas dentais. **Revista de Odontologia da UNESP.** Paraíba. v.42, n. 2, p. 89-93, 2013.



## USO DA CINTILOGRAFIA COMO MEIO AUXILIAR NAS AMPUTAÇÕES DOS TUMORES FACIAIS

### AUTORES:

Frederico Márcio Varela Ayres de Melo Júnior  
Bruna Heloisa Costa Varela Ayres de Melo  
Julia de Souza Beck  
Milena Mello Varela Ayres de Melo Pinheiro  
Rodrigo Henrique Mello Varela Ayres de Melo  
Ricardo Eugenio Varela Ayres de Melo

**INTRODUÇÃO** A cozinha autoral é resultante da soma dos conhecimentos e experiências adquiridos pelo cozinheiro. O preparo que foi desenvolvido trata-se de um pudim de cuscuz com tapioca e coco. A escolha parte da associação histórica das preparações como pudim e tapioca, que foram disseminadas pelos índios, sendo um incentivo bastante propulsor para desenvolvimento da pesquisa. De acordo com a literatura, o pudim de leite seria uma sobremesa portuguesa, desenvolvida no país em meados do século XVI, no entanto alguns autores gastronômicos ignoram tal fato, afirmando que não há como designar local e tempo em que surgiu esse preparo. Há relatos históricos associados ao pudim com uma receita indígena brasileira feita à base de um mingau cremoso de mandioca e mel, que em seguida foi modificada pelos colonizadores portugueses, ganhando novos ingredientes e variações durante os séculos, até chegar ao que conhecemos como pudim. Essa preparação é bastante consumida e foi modificada durante os séculos, que difere do clássico. O cuscuz é um dos alimentos base da cultura alimentar da região nordeste. É um preparo de origem africana, prato nacional de Mouros, norte da África, que abrange do Egito ao Marrocos, que fora introduzido na cultura brasileira através dos portugueses, no período colonial. Possui diversos modos de preparo e acompanhamentos, podendo variar dependendo de cada estado. A tapioca é de origem indígena, tipicamente brasileira e encontrada principalmente nas regiões norte e nordeste do país. Possui reconhecimento da UNESCO como patrimônio histórico e artístico cultural imaterial brasileiro, valorizando assim a nossa culinária. Feito à base de fécula de mandioca e água, além de ser bastante versátil, pode ser consumido com vários tipos de recheios. O coco tem origem asiática e foi introduzido no Brasil a partir do século XVI pelos portugueses. Passou a fazer parte da culinária brasileira a partir dos escravos, que já conheciam o fruto na África. Predominante em regiões litorâneas, principalmente no nordeste brasileiro, o coco está presente em diversos pratos típicos da região. Diante dessa premissa, o presente trabalho tem como objetivo apresentar uma receita autoral de pudim de cuscuz com tapioca e coco, partindo do contexto histórico dos ingredientes

e preparo escolhido, a fim de unificar os ingredientes em questão em uma das sobremesas mais consumidas pelos brasileiros. **METODOLOGIA:** O estudo foi concebido através do experimento prático e envolvendo pesquisas bibliográficas sobre a origem dos ingredientes e do preparo base, o pudim. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** O resultado do preparo atendeu às expectativas com relação a sabor, uma vez que as três camadas se complementaram entre si, ficando agradável ao paladar. No entanto, foram necessários alguns ajustes estruturais, corrigidos em novo teste, atendendo assim toda perspectiva gustativa e textura entre as camadas do preparo. **CONCLUSÃO:** A cozinha autoral proporciona uma experiência ímpar e enriquecedora para o cozinheiro, permitindo-o sair da zona de conforto no que diz respeito à reprodução de receitas. O processo de criação é uma construção gradativa e alcançável. Portanto, criar uma receita é um exercício de aprendizado e uma evolução profissional.

**Palavras-chave:** Pudim. Cuscuz. Tapioca.

## REFERÊNCIAS

- DANTAS, Patrícia. Coco. **Mundo Educação**, 2021. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/biologia/coco.htm>. Acesso em: 11 ago. 2021.
- LIMA, Adelina. **Cuscuz** – Origem, curiosidades e modos de preparo. Segredos do Mundo, 2021. Disponível em: <https://segredosdomundo.r7.com/cuscuz/>. Acesso em: 10 ago. 2021.
- LOPES, Dias. **O insuperável pudim de leite**. Estadão 2012. Disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/paladar/o-insuperavel-pudim-de-leite/>. Acesso em: 09 ago.2021.
- MOREIRA, Valéria. **A História da Tapioca. Fazer Tapioca**, 2016. Disponível em: <https://fazertapioca.com.br/a-historia-da-tapioca/>. Acesso em: 10 ago. 2021.
- NUNES, Patrícia *et al.* **Sobremesas:** de Portugal a Pernambuco. Senac SP 2021. Disponível em: [http://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/revistacontextos/wp-content/uploads/2014/12/33\\_Revista-Contextos\\_ed-vol-3-n-1.pdf](http://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/revistacontextos/wp-content/uploads/2014/12/33_Revista-Contextos_ed-vol-3-n-1.pdf). Acesso em: 09 ago. 2021.
- QUANDO surgiu o pudim? Qual o país de origem? CulturaMix.com, 2020. Disponível em: <https://culinaria.culturamix.com/receitas/doces/quando-surgiu-o-pudim-qual-o-pais-de-origem>. Acesso em: 09 ago. 2021.



## EXTENSÃO EM IMAGINOLOGIA ODONTOLÓGICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

### AUTORES:

Claudier do Nascimento Silva  
Fernanda Gabriela Duarte Gondim  
Luiz Guilherme pereira Silva  
Marina Castro Lemmos Lopes Cardoso  
Matheus André da Silva

**INTRODUÇÃO:** Os exames complementares na odontologia são fundamentais para um bom diagnóstico, planejamento e execução de ações. O uso de imagens radiográficas é essencial para o auxílio em diversas áreas da odontologia. Com o avanço da tecnologia na área da imagiologia odontológica, tanto os exames de radiografia digital como a tomografia computadorizada feixe cônico tem facilitado a rotina dos profissionais e graduandos. Esses recursos tecnológicos estão disponíveis no serviço de imagiologia odontológica do UNIFACEX, onde o projeto de extensão está sendo desenvolvido com os seguintes objetivos: expandir as habilidades e competências na realização de tomadas radiográficas (convencionais e digitais), confecção de laudos pelos graduandos e atender a comunidade que necessita desses exames. **METODOLOGIA:** As atividades são realizadas por 14 alunos aprovados em processo seletivo para o semestre 2021.2, sob supervisão da professora responsável pelo serviço. A logística consiste em um encontro semanal prático para realização das radiografias, sendo os alunos distribuídos em diferentes dias e turnos da semana. Além disso há dois encontros mensais à distância para discussão de artigos científicos e uma apresentação semestral de seminários sobre temáticas relevantes à imagiologia. A rotina dos encontros práticos dá oportunidade ao graduando de realizar tomadas radiográficas intrabucais, panorâmicas e tomográficas, realizar laudos de radiografias intrabucais e extrabucais bidimensionais, bem como acompanhar a professora na realização de laudos de imagens tridimensionais. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Com essas práticas os estudantes irão enriquecer suas capacidades relacionadas à aquisição de tomografias odontológicas, exame que geralmente não é praticado durante a graduação, análise de imagens e associação com repertório de indicações clínicas desse recurso. **CONCLUSÃO:** Diante disso, a experiência da extensão busca trazer maior conhecimento e segurança nas tomadas de radiografias e tomografias odontológicas, atualizando os discentes através do uso de tecnologia avançada e leitura de artigos científicos recentes, sobre assuntos relevantes à Imagiologia Odontológica.

**Palavras-chave:** Extensão universitária. Radiografia odontológica. Tomografia cone beam.



## REFERÊNCIAS

LIMA, Aleksandro Domingues de *et al.* Aplicações Endodônticas da Tomografia Computadorizada Cone-Beam. **Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research.**, v.6, n.3, p.30-39, mar./maio, 2014.

LIMA, Stella Maris de Freitas *et al.* **Benefícios de Exames Tomográficos na Endodontia:** Revisão de Literatura. **Oral Sci.**, v. 3, n. 1, p. 26-31, jan./dez., 2011.



## **ADAPTAÇÃO DA CLÍNICA ODONTOLÓGICA PARA MINIMIZAR A ANSIEDADE DURANTE O TRATAMENTO**

### **AUTORES**

Ana Beatriz Terra Alves  
Claudine Valeria Correia Sousa  
Emilly Lemos da Silva  
Jhorrara Araújo da Silva Lacerda  
Maria Elisa Seixas e Azevedo Mariz  
Thaís Paiva Capistrano Nunes

**RESUMO:** Verificar a eficácia da utilização da aromaterapia e inserção de janelas de vidro no consultório odontológico, como formas de minimizar a ansiedade durante o atendimento. Revisão da literatura por meio da coleta de dados disponíveis eletronicamente. A referida proposta se mostra promissora.

**Palavras-chave:** Ansiedade. Aromaterapia. Vitamina D.

**INTRODUÇÃO:** A ansiedade é um mal existente desde a Antiguidade Grega, identificada por Hipócrates e ainda presente na sociedade atualmente. Segundo o Ministério da Saúde, a ansiedade é o transtorno mental mais frequente na população durante a pandemia de Covid-19 (Barreto, 2020). Ainda, sabe-se que os consultórios odontológicos são, muitas vezes, gatilhos de ansiedade no paciente. Assim, é viável promover maneiras de minimizar tal aflição, como, a adaptação da clínica odontológica para o melhor acolhimento e experiência de pacientes ansiosos, utilizando-se da aromaterapia, e da inserção de janelas de vidro amplas. A aromaterapia é uma Prática Integrativa Complementar em Saúde que visa melhorar o bem-estar físico, mental e emocional do indivíduo pelo uso de óleos essenciais (OE) provenientes de plantas aromáticas. No Brasil, o uso dessa terapia é reconhecido pelo Sistema Único de Saúde (SUS) por meio da Portaria nº 971. Os OE atuam diversas formas no organismo, mais especificamente no Sistema Nervoso Central (SNC), podendo ser absorvidos por meio da inalação, por uso tópico ou ingestão (Gnatta, 2010). O projeto arquitetônico com uso de janelas de vidro ampliadas, tem o intuito de deixar a clínica odontológica com aspecto mais amplo e iluminado, proporcionando sensações de bem-estar e alívio de tensões. Além de ser uma exigência da ANVISA, para garantir a renovação do ar no ambiente, contribuindo assim com a biossegurança, a presença de janelas traz vários benefícios para o paciente ansioso, como isolamento térmico, isolamento acústico, integração entre os ambientes e iluminação natural. Dentre outros benefícios da inserção de janelas, a

presença e contato com a luz solar se mostra como importante mecanismo na estimulação para a produção vitamina D no organismo, tendo um papel significativo na regulação de diferentes aspectos comportamentais, incluindo a modulação do humor, ansiedade e cognição (Casseb, 2018). O objetivo deste trabalho foi verificar a eficácia da utilização da aromaterapia e dos benefícios do planejamento arquitetônico com a inserção de janelas, como formas de minimizar os efeitos do atendimento odontológico em pacientes que possuem o diagnóstico de transtorno de ansiedade.

**METODOLOGIA:** O processo metodológico para desenvolver este trabalho foi a revisão da literatura, por meio da coleta de informações e dados, disponíveis em meio eletrônico. Os temas pesquisados envolveram a relação da aromaterapia e vantagens das janelas de vidro amplas como fatores condicionantes na minimização dos efeitos do atendimento odontológico em pacientes ansiosos. Os critérios de inclusão dos trabalhos foram os artigos na língua portuguesa publicados a partir do ano 2010. A pesquisa foi feita a partir das bases de dados Google Acadêmico, PubMed e SciELO. Os descritores utilizados foram “ansiedade; aromaterapia; fobias específicas; vitamina D”. **RESULTADOS/DISCUSSÃO:** Lyra *et al.* (2010) apontam que, através de seu estudo, do tipo ensaio clínico, utilizando-se do OE de lavanda, verificaram que o tratamento proposto de aromaterapia foi eficaz na redução dos níveis de estresse e ansiedade (traço e estado) dos pacientes testados, tendo, mais especificamente, uma diminuição de 11% nos níveis de ansiedade. Diante de tais resultados, é favorável a utilização do OE de lavanda na sala de espera das clínicas odontológicas. No âmbito da relação entre a estrutura arquitetônica das clínicas odontológicas e ansiedade, Guimarães *et al.* (2015), tendo como base uma entrevista feita com 100 pessoas, alegam que a partir dos dados obtidos, observaram que a fobia do tipo altura, de animal, escuridão e de lugares fechados são as mais frequentes entre os participantes, sendo a última expressa por 9,4%. Ainda, nesse viés, Casseb (2018), aponta que dados clínicos e pré-clínicos têm comprovado o papel promissor da vitamina D nos transtornos de humor. Através de revisão da literatura, no que se refere aos efeitos da vitamina D no SNC e sua capacidade antidepressiva e ansiolítica em estudos de intervenção clínica, foi verificado que entre os trabalhos encontrados, 67% evidenciaram melhora de sintomas de ansiedade. Baseando-se nas constatações de Guimarães *et al.* (2015) e Casseb (2018), é viável a inserção de janelas de vidro amplas nos consultórios odontológicos com o objetivo de tornar o ambiente mais claro (luz solar) e tirar a sensação de clausura, proporcionando um melhor bem-estar ao paciente. **CONCLUSÃO:** Diante do objetivo proposto e dos resultados obtidos, a adoção de um novo formato de clínica odontológica que vise o bem-estar dos pacientes através da aromaterapia e inserção de amplas janelas de vidro, se mostra bem promissor na minimização dos efeitos do atendimento odontológico em pacientes ansiosos.

## REFERÊNCIAS

BARRETO, Clara. **Ansiedade é o transtorno mais comum entre os brasileiros durante a pandemia.** Pebmed, 2020. Disponível em:

<https://pebmed.com.br/ansiedade-e-o-transtorno-mais-comum-entre-os-brasileiros-durante-a-pandemia/amp/>. Acesso em: 27 abr. 2021.

CASSEB, Gleicilaine. **Estudo do Efeito Ansiolítico e Antidepressivo da Vitamina D**. Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.

Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/205270/PGNC0298-T.pdf?sequence=-1>. Acesso em: 13 maio 2021.

GNATTA, Juliana. **O uso da aromaterapia no alívio da ansiedade**. Scielo, 2010.

Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-21002011000200016](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002011000200016). Acesso em: 28 abr. 2021.

GUIMARÃES, Ana Margarida Voss *et al.* **Transtornos de ansiedade**: um estudo de prevalência sobre as fobias específicas e a importância da ajuda psicológica. Portal de periódicos do Grupo Tiradentes, 2015. Disponível em:

<https://periodicos.set.edu.br/index>. Acesso em: 03 maio 2021.

LYRA, Cassandra Santantonio de *et al.* **Eficácia da aromaterapia na redução de níveis de estresse e ansiedade em alunos de graduação da área da saúde**:

estudo preliminar. Scielo, 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/fp/v17n1/03.pdf>. Acesso em: 12 maio 2021.



## ULCERAÇÃO AFTOSA RECORRENTE: UMA REVISÃO ATUAL DA LITERATURA

### AUTORES:

Lucas Mateus do Nascimento  
Vinícius Luíz de Oliveira Silva  
Claudine Valéria Correia Sousa

**INTRODUÇÃO:** A ulceração aftosa recorrente (UAR) oral é uma condição comum, caracterizada pelo desenvolvimento periódico de úlceras solitárias ou múltiplas, na mucosa oral, de etiologia ainda pouco entendida, embora bastante discutida. Afeta cerca de 20% da população em algum momento da vida e pode gerar dificuldade na alimentação, influenciando em sua qualidade de vida. O diagnóstico da estomatite aftosa se dá, essencialmente, por anamnese. **OBJETIVOS:** Fornecer dados para ajudar o cirurgião dentista no diagnóstico e tratamento clínico das UAR. **METODOLOGIA:** Para esse resumo, foi realizado uma busca no banco de dados da Bireme e do Google Acadêmico, utilizando o descritor “ulceração aftosa”. Foram analisados as revisões de literatura entre os anos de 2015 a 2020. Nenhum critério foi adotado quanto ao idioma de origem do artigo. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** UAR é caracterizada por úlceras múltiplas, dolorosas, pequenas, ovoides, com margem circunscrita, halo eritematoso e fundo amarelo ou cinza, com aparecimento típico primeiramente na infância ou adolescência. Numerosos fatores têm sido propostos, tais como estresse, história familiar, trauma, hipersensibilidade alimentar, deficiências nutricionais, anormalidades hematológicas e um possível envolvimento bacteriano, porém a etiologia ainda permanece não totalmente esclarecida. Três subtipos clínicos da UAR têm sido estabelecidos de acordo com seu tamanho, número, duração e agudizações: menor, maior e herpetiforme. Os sintomas típicos são queimação ou desconforto na mucosa oral um a dois dias antes do aparecimento das úlceras. Como tratamento, são indicados variados agentes terapêuticos, dentre eles, medicamentos sistêmicos e agentes tópicos têm sido utilizados na redução dos sintomas e regeneração tecidual. **CONCLUSÃO:** É necessário um anamnese minuciosa para poder orientar corretamente o diagnóstico e, antes de chegar ao mesmo, devemos descartar outros quadros em que as úlceras orais são um de seus sinais frequentes. Os pacientes devem ser encorajados para a manutenção da boa higiene oral diariamente, e devem evitar alimentos e bebidas que exacerbam a dor e se necessário, fazer o uso de substâncias e/ou terapias para o tratamento da estomatite aftosa recorrente.

**Palavras-chave:** Ulceração aftosa recorrente. Manejo odontológico. Cavidade oral.

## REFERÊNCIAS

KOWALSKI, LAYZA; MATOS, BIANCA A.; KUPSKI, CAMILA; PAGNO, ANDRESSA R. Estomatites Aftosas: uma revisão da literatura, **Revista Interdisciplinar em Ciências da Saúde e Biológicas**, v. 4, n. 1, pág. 35-49, 2020.

SÁNCHEZ, J. *et al.* Aftosis oral recidivante. **Actas Dermosifiliogr**, p. 1-10.

VIEIRA, ANNA C. F.; CARMO, CADIDJA D. S.; VIEIRA, GLEUSA M. B.; LIMA, LEONARDO A.; CRUZ, MARIA C. F. N.; LOPES, FERNANDA F. Tratamento da estomatite aftosa recorrente: uma revisão integrativa da literatura, **RFO**, Passo Fundo, v. 20, n. 3, p. 384-392, set./dez., 2015.



## TRAUMAS EM PACIENTES PEDIÁTRICOS

### AUTORES:

Frederico Márcio Varela Ayres de Melo Junior  
Bruna Heloisa Costa Varela Ayres de Melo  
Julia de Souza Beck  
Milena Mello Varela Ayres de Melo Pinheiro  
Rodrigo Henrique Mello Varela Ayres de Melo  
Ricardo Eugenio Varela Ayres de Melo

**INTRODUÇÃO:** A ocorrência de fraturas faciais em pacientes pediátricos é incomum, porque crianças apresentam uma maior elasticidade óssea, extenso periósteo, maior resistência a tração dos ossos da face, redução da pneumatização e apresentam um proeminente corpo adiposo na bochecha gerando maior proteção da região malar. As fraturas em crianças apresentam uma consolidação óssea rápida e grande capacidade de remodelação. O objetivo do trabalho é realizar uma revisão da literatura, da etiologia, do tratamento e do acompanhamento pós-trauma em região Buco Maxilo Facial em pacientes pediátricos. **METODOLOGIA:** Realizou-se busca na base de dados Scielo, Embase e PubMed, utilizando os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): “Criança”, “Fraturas Ósseas” e “Ossos Faciais”, com um período de tempo de 2015 a 2020. Houve critérios de inclusão, quando no texto havia debate sobre fraturas maxilo faciais em pacientes pediátricos. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** As fraturas faciais em crianças exibem características importantes no que tange à prevalência, ao diagnóstico e ao tratamento, o que implica ser objeto de atenção especial no que diz respeito às condições psicológicas e fisiológicas, próprias da idade. Quanto mais jovem a criança é, mais sua face é protegida pelo tamanho relativamente grande do crânio, seus ossos são elásticos e por possuírem uma espessa cobertura de tecido mole. Apresentam maior prevalência no sexo masculino e o pico de fraturas faciais em crianças acontece com 10 anos. As regiões dos ossos da face mais atingidas são os processos alvéolo-dentários, seguidos da mandíbula, osso zigomático, ossos próprios do nariz e maxila. **CONCLUSÃO:** Verificou-se, portanto, que apesar de diversas opções de tratamento das fraturas faciais em crianças estarem à disposição do cirurgião, nenhuma delas traz um resultado altamente satisfatório. Com isso, existe a necessidade de conhecer a conjuntura do trauma bucomaxilofacial infantil, para ajudar a traçar medidas de prevenção e planos de tratamento mais eficazes.

**Palavras-chave:** Traumatologia. Face. Criança.

## REFERÊNCIAS

FIGUEIREDO, Cássio Messias Beija Flor *et al.* O paciente pediátrico frente ao trauma bucomaxilofacial e sua etiologia na cidade de Araçatuba: um estudo retrospectivo. **Archives Of Health Investigation**, v. 5, 2017.

GUERRERO, Gema Ruiz; CABALLERO, Eva Utrera; AGUILERA, Maria José Moreno. Abordaje Inicial Al Trauma Pediátrico. **Ciberrevista Enfermeriadeurgencias. com**, n. 56, 2017.

SILVA, G. Z. *et al.* Osteossíntese de fratura mandibular em paciente pediátrico: relato de caso. **ARCHIVES OF HEALTH INVESTIGATION**, v. 7, 2019.

SILVA, Maria Adelia Faleiro Santana *et al.* Trauma de alto impacto em paciente pediátrico e suas sequelas: relato de caso clínico. 2018.

TARDÁGUILA CALVO, A. R. *et al.* Actualización en politrauma pediátrico. **Bol. pediatr**, p. 61-67, 2019.



# **PEDAGOGIA**



## O PAPEL DO APOIO PEDAGÓGICO NA INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NA ESCOLA

### AUTORES:

Marcos de Oliveira Ferreira

Ana Edilza Aquino de Sousa

**RESUMO:** O avanço dos estudos sobre atrasos do desenvolvimento infantil propiciou a identificação das dificuldades cognitivas apresentadas por crianças em diversos contextos de interação social. Dentre eles, o espaço escolar apresenta situações em que estudantes com atrasos cognitivos necessitam de um suporte humano e de um planejamento individual que atendam às suas necessidades de aprendizagem. Este trabalho tem como objetivo refletir sobre o papel do apoio pedagógico a crianças com o transtorno do espectro autista. Configura-se como um relato de experiência que se pauta em vivências com este público em sala de aula na realização das atividades. Os resultados desta reflexão apontam que o auxiliar de apoio pedagógico desempenha um papel de extrema relevância para a instituição onde exerce suas atividades, pois, como um profissional, ele não é um cuidador, mas sim um acompanhante do desenvolvimento educacional do aluno necessidades educacionais especiais.

**Palavras-chave:** Apoio pedagógico. Autismo. Espaço escolar.

**INTRODUÇÃO:** O Transtorno do Espectro Autista foi descoberto e reconhecido pela medicina na década de 1940. Esse transtorno recebeu uma maior atenção quando um psiquiatra austríaco chamado Leo Kanner, em 1943, teve contato com um garoto que havia um comportamento peculiar. Através desse contato o médico estudou durante anos até identificar o que ele denominou de “Distúrbio autista do contato afetivo” (DONVAN, 2017). Segundo Rodrigues e Spencer (2010, p. 14), o autismo [...] é um distúrbio do desenvolvimento. [...] A pessoa com essa condição apresenta dificuldades de realizar mudanças em sua rotina diária, há, no entanto, a capacidade de refazer ações por imitação, de início, posteriormente por transformação, quando é trabalhado o espaço, casualidade e generalidades em suas ações. O autista apresenta características diversificadas que comprometem as suas relações sociais e afetivas com as outras pessoas. Desde os primórdios, quando surgiram as primeiras crianças com peculiaridades semelhantes, já se evidenciava as características e sinalização de necessidades de adaptação, como ilustra a citação a seguir: “a criança com autismo vive isolada, falta de linguagem (mutismo), obsessão a certos ruídos e alguns objetos, estereotípias e ecolalia”. (DONVAN, 2017). Hoje, as adaptações que

devem ser realizadas para incluir estes indivíduos são previstas de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nos Art. 58 e 59 da Lei nº 9.394/1996 que assegura o respaldo ao acesso à educação para a pessoa que apresenta necessidades educacionais especiais, estabelecendo assim uma educação igualitária e a permanência na escola de forma que possa atribuir no seu processo de ensino e aprendizagem. O trabalho do apoio pedagógico no espaço escolar significa oferecer condições adequadas para receber o aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA), podendo ser planejado e organizado para promover um ensino de qualidade, independente das peculiaridades do aluno. Nesse processo de sistematização, ocorrem desafios para as práticas pedagógicas a serem realizadas, tanto para os auxiliares pedagógicos como para os professores titulares como também para a família, resultando em uma inclusão educacional ainda tímida e ineficiente. Nesse contexto se insere a problemática desse estudo, surgida a partir de seguintes questionamentos: como se dá o processo de inclusão de um aluno com o TEA escola e qual é o papel do apoio pedagógico nesse contexto? Partindo desse questionamento é que buscamos compreender qual a importância do apoio pedagógico nas práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula, especificamente no processo de inclusão do aluno autista. Para tanto, o objetivo desta pesquisa é refletir sobre o papel do apoio pedagógico na inclusão de alunos com TEA nas atividades realizadas em sala de aula, possibilitando a aprendizagem e a interação deles. A escolha deste tema de pesquisa dá-se em virtude de uma experiência acadêmico/profissional na escola onde foi desenvolvido o trabalho de apoio pedagógico com crianças que têm o TEA. Sendo assim, este estudo se justifica pela necessidade de contribuição para a produção de conhecimentos que possam viabilizar uma maior qualificação para o Auxiliar de Apoio na facilitação do processo de ensino e aprendizagem de alunos com TEA na sala de aula no ensino regular.

Violar a identidade do autista ao tentar normalizar o processo de lecionar em sala de aula, adequando um aluno a uma realidade que não lhe integra, é o que tem, de fato, ocorrido, diante do despreparo dos educadores, com base em sua formação ou processo de qualificação profissional. Os cursos de licenciatura ou formação de professores precisam formar sujeitos que possam atuar nos diferentes contextos que compõem a escola. (SANTOS; VIEIRA, 2012, p.13).

Uma melhor formação não é apenas necessária, mas sim fundamental para todos os atores escolares na inclusão de alunos com TEA, e principalmente para os auxiliares de apoio pedagógicos ou professores auxiliares que precisam desta formação de qualidade para uma melhor interação destes com os alunos com TEA. **METODOLOGIA:** Esta pesquisa se caracteriza como sendo um relato de experiência, pois descrevemos e refletimos o que vivenciamos durante a prática pedagógica como auxiliar de apoio pedagógico de um adolescente com TEA. Refletimos sobre a nossa experiência no acompanhamento, como apoio pedagógico, de um aluno com TEA em situação de interação na sala de aula, especificamente no auxílio do desenvolvimento de atividades presente no material didático. As instituições em que se desenvolveram estas vivências foram duas escolas públicas e uma escola privada, cuja identificação

será preservada. Nas minhas experiências acadêmicas e profissionais já lido com crianças com TEA há 3 anos. Acompanhei duas crianças por 7 meses, ambas em escolas públicas. Atualmente, há 1 ano e 8 meses acompanho um aluno com necessidades educacionais especiais em uma escola privada, onde desenvolvo o acompanhamento pedagógico, sendo auxiliado pelo núcleo de orientação educacional. Nessas experiências, nossa atuação se deu não apenas como um mero auxiliar do professor. Ela vai além, pois tinha como foco a mediação, no espaço escolar, de crianças com dificuldades de aprendizagem em situação de interação social. A perspectiva inclusiva se fazia presente através de nossa intervenção, possibilitando ao meu aluno a autonomia necessária para realizar as atividades da vida escolar e auxiliá-lo para que se tornasse o mais independente possível neste contexto. **RESULTADOS:** Como estagiário de pedagogia e hoje como auxiliar de apoio pedagógico trabalho com um adolescente com TEA e há 8 meses desenvolvo o trabalho didático da melhor forma possível, que possa fazer meu aluno se sentir incluído não apenas auxiliando na confecção das matérias, mas sim fazê-lo se sentir incluído no processo de aprendizagem e com sua turma no geral. Quando temos atividades para serem feitas deixo ele tomar seu tempo de decisão, de quando quer começar a fazer as atividades, considerando o tempo que temos para fazermos as tarefas e tento não apenas fazer a atividade para ele, procuro explicar e ensinar as matérias para que aprenda a pensar por si só e assimilar o que está sendo ensinado. A esse respeito, Konkiewitz (2017, p. 32) diz que:

O conjunto de dificuldades em perceber seu entorno e em se expressar torna a socialização muito difícil e faz com que pessoas com EA – em sua maioria genuinamente bem-intencionadas, honestas, sinceras e muitas vezes inteligentes, amorosas e até divertidas – sejam isoladas e permaneçam sem a chance de se desenvolver plenamente e de oferecer ao mundo suas contribuições.

Em algumas instituições de ensino a nomenclatura do profissional que acompanha uma criança com necessidades educacionais especiais (NEE) é chamada em algumas escolas de Auxiliar de apoio pedagógico ou de Professor auxiliar, mas não há diferença entre as funções na essência, pois são basicamente há o desempenho da mesma função, isto é, de acompanhar uma criança NEE. Basicamente, um Auxiliar de apoio pedagógico desempenha um papel de extrema relevância para a instituição onde exerce suas atividades, pois, como um profissional, ele não é um cuidador, mas sim um acompanhante do desenvolvimento educacional do aluno NEE e principalmente do aluno com TEA. A sua função é de realizar o acompanhamento da criança, ensinar, fazer intervenções pedagógicas e, também, melhorar sua práxis, ao lidar com esse aluno. Ao realizar as devidas intervenções, o auxiliar de apoio pedagógico, junto aos professores titulares, desenvolve um ambiente pedagógico que promove o desenvolvimento cognitivo e socioemocional do aluno com TEA. **CONCLUSÃO:** O papel do Auxiliar de apoio pedagógico é extremamente importante no quadro dos profissionais de educação, pois apesar das dificuldades de trabalho com NEE e, principalmente, de alunos com TEA, procuram desenvolver seu trabalho ajudando o aluno em suas dificuldades, auxiliando, fazendo intervenções pedagógicas, empenhando-se ao máximo para que o aluno aprenda não só o conteúdo educacional mas preparando-o para a vida em sociedade, conforme

explicitam Silva, Gaiato e Reveles (2012) ao afirmar que a vida escolar é especial e todos têm o direito de vivenciar essa experiência. Afinal, é na instituição de ensino que se aprende a conviver em grupo, a se socializar, trabalhar em equipe e a conviver com as diferenças.

## REFERÊNCIAS

DONVAN, J; ZUCKER, C. **Outra Sintonia: a história do Austimo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

GROLLMUS, N. S; TARRÉS, J. P. **Relatos Metodológicos: difractando experiencias narrativas de investigacion**. Forum Qualitative Social Research, v. 16, n.2, mayo 2015. Disponível em: <https://www.ssoar.info/ssoar/handle/document/47405>. Acesso em: 02 ago. 2021.

KONKIEWITZ, C. E. **Espectro do Autismo, Criatividade e Emoções**. São José dos Campos: Pulso editorial, 2017.

SANTOS, R, K; VIEIRA, A. M. E. C. da S. Transtorno do espectro autista (TEA): do reconhecimento à inclusão no âmbito educacional. **Revista Includere**. v.3, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufersa.edu.br/index.php/includere/article/view/7413>.

SILVA, A. B. B; GAIATO, M. B; REVELES, L. T. **Mundo singular: entenda o autismo**. Rio de Janeiro: Fontanar, 2012.



## EDUCAÇÃO INFANTIL: A INDISSOCIABILIDADE ENTRE O CUIDAR E O EDUCAR

### AUTORAS:

Ana Isabel Guimarães Nobre  
Ana Edilza Aquino de Sousa

**RESUMO:** O presente trabalho pretende favorecer uma discussão sobre a compreensão da indissociabilidade entre o cuidar e educar. O trabalho em questão, traz estudos da área, apresentando uma breve contextualização da construção das crianças na educação infantil enquanto sujeito. Posteriormente, faz um breve levantamento de pensamentos de teóricos a respeito da Educação Infantil e por fim, reflete sobre o binômio cuidar/educar a partir de teóricos. Nossa pesquisa mostra que não há uma divisão entre o que é cuidar e o que é educar. Os resultados do nosso estudo apontam que cuidar e educar não consiste em uma nova prática pedagógica, mas em uma gama de conceitos que orientam, e que sem eles, o intuito de articular o pleno desenvolvimento humano e social da criança pode fracassar.

**Palavras-chave:** Educação Infantil. Cuidar. Educar.

**INTRODUÇÃO:** A justificativa desta pesquisa deu-se através do interesse da pesquisadora pelo tema. Interesse este, que surgiu a partir da realização de estágios profissionais nessa área. O objetivo é apresentar os diversos pontos de vista acerca da infância; e apontar as ações de cuidar e educar como práticas indissociáveis. Neste trabalho, pretende-se analisar sobre como o cuidar é inseparável do educar, tendo em vista que, atualmente, ainda nos deparamos na educação infantil com situações como: uma pessoa para cuidar e outra para educar. Porém, de acordo com as novas diretrizes “Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)”, sabe-se que tais práticas devem ser inerentes, pois todos que trabalham dentro de um ambiente escolar são educadores em potencial, cooperando de forma contínua com a tarefa do professor e da turma. É relevante que todos os envolvidos que almejam uma educação de qualidade voltem o olhar para a Educação Infantil, considerando e compreendendo suas especificidades. Sabendo que ela é a base para a formação do indivíduo na sociedade. Por isso, a formação docente precisa considerar as dimensões afetivas, cognitivas, motoras e sociais das crianças e direcionar suas práticas para a função indissociável de cuidar e educar. **METODOLOGIA:** Os tipos de pesquisa utilizados nesse trabalho foram a qualitativa e a bibliográfica. Segundo Minayo (2010) a pesquisa qualitativa é a mais adequada para a investigação de grupos humanos mais delimitados, na qual se leva em consideração a ótica dos agentes alvos da pesquisa.

Sobre o método qualitativo essa autora diz o seguinte:

[...]é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam. Embora já tenham sido usadas para estudos de aglomerados de grandes dimensões (...), as abordagens qualitativas se conformam melhor a investigações de grupos e segmentos delimitados e focalizados, de histórias sociais sob a ótica dos atores, de relações e para análises de discursos e de documentos. (MINAYO, 2010, p. 57).

De acordo com Severino (2007, p.122) “a pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc.”. O presente estudo trata-se de uma revisão de literatura. Pesquisa desenvolvida por meio de bibliografias, estruturada através de materiais já existentes, composto por artigos científicos. A coleta de dados foi realizada no Google Acadêmico, no período de 2015 a 2021, sendo selecionados somente artigos em língua portuguesa e artigos que mais se aproximavam da temática. Foram utilizadas as palavras-chave: educação infantil; cuidar e educar. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A filosofia provoca reflexões para entender que as concepções da infância modificam-se no desenrolar da história. Vale salientar que, a visão acerca da criança e a sua valorização na sociedade, não aconteceram sempre da mesma forma, mas de acordo com a estruturação de cada sociedade. Ariés (1981) enfatiza a infância como uma particularidade da criança, tornando-a o oposto do adulto. Ainda segundo Ariés (1981), os fatores que colaboraram para o desenvolvimento da formação do sentimento infantil foram diversos. O processo de escolarização evidenciou-se como objetivo principal, pois separava as crianças do ambiente onde elas conviviam apenas com os adultos. Outro fator importante, foi a fabricação de brinquedos especialmente para as crianças, e por fim, outro elemento também relevante, foi a valorização da família. Diante disso, finalmente a criança passou a ser vista como um ser educável. Para Comenius (1592-1670), a infância existe porque é obrigatoriamente um ponto de partida. Segundo o mesmo, a infância precisa ser educada integralmente. Ele abnegava da infância todas as suas características de gêneros, raciais e sociais, olhando todas as crianças com possibilidades iguais de serem educadas, ou seja, todas as crianças podem ser educadas pelo mesmo processo. Ao contrário de Comenius, Rousseau (1712-1778), o filósofo da liberdade como valor soberano, tinha como propósito o respeito ao desenvolvimento cognitivo e físico da criança, o retorno a natureza, e concordava com a ideia de que era necessário garantir a felicidade da criança durante a própria infância. Para ele, a infância não é um lugar de acesso para outros estágios, sendo necessário ser considerada como uma etapa com próprio valor. Segundo Froebel (1782-1852), a infância é uma fase de relevância indiscutível na formação de pessoas. De acordo com ele, o aprendizado depende das preferências de cada um e acontece por meio da prática. Froebel foi o criador dos jardins de infância e aprovava um ensino sem obrigações. De acordo com Sarmiento (2001), o mundo adulto compõe a fonte de experiência social e material das formas de expressão das crianças. É a partir das interações com os adultos, que a criança recebe, traduz, internaliza e reproduz valores e regras como expressões de verdade. Marita Redin (2007) defende que é a própria criança quem descreve a sua história, as suas descobertas e suas crenças. Segundo a mesma, o mundo em que vivemos atualmente é muito profundo, e a criança não é ouvida nos estudos onde averiguam "como é ser criança" ou "o que é ser criança". Kramer (1987) cita as relações culturais e sociais das crianças, garantindo que as mesmas não ocupam somente um espaço geográfico, mas também de importância. Conseqüentemente, o conceito de infância e criança no qual se crê, é a de que ela é um ser histórico, político e social, que descobre nos outros informações e padrões, que lhe permitem elaborar, interrogar, construir e reconstruir os espaços que a rodeiam. Sendo assim, podemos perceber que a infância é reconhecida de forma heterogênea, observando as diferenças apontadas e a influência da construção da infância. Essas incoerências nos levam a refletir como é compreendido o cuidar e o



educar. O cuidar e o educar são entrelaçados na ação pedagógica infantil. O cuidado na infância refere-se a uma atitude de responsabilidade e compromisso do educador com a vida da criança, isso envolve atenção, carinho e aceitação, entendendo que iremos lidar com um ser em processo de formação, cujo desenvolvimento está embasado principalmente nos primeiros anos. O papel principal da educação infantil passa a ser o cuidar/educar de forma integrada, o que demanda políticas públicas que possibilitem a ampliação do acesso e atendimento de qualidade para que ocorra a garantia dos direitos de milhares de crianças brasileiras de 0 a 5 anos. (FRONER; SUDBRACK, 2017, p.32). É necessário destacar que, educação e cuidado são inseparáveis, um não ocorre sem o outro. Ao educar estamos cuidando, e ao cuidar estamos educando. O trabalho do professor deve ser planejado com antecedência para que haja sentido educativo. Se o propósito compreende o cuidar e o educar como indissociáveis, é esperado que as ações dos educadores envolvidos, unam questões pedagógicas relacionadas a cuidados em geral, como higiene e alimentação, por exemplo. A mudança das ideias e opiniões a respeito da infância e todas as transformações sociais aliadas a criação de leis, possibilitam que haja, atualmente, uma visão na qual estas instituições possuem um amparo para cuidar e educar indissociavelmente, tendo a finalidade de facilitar a construção do conhecimento. O educar sem o cuidar não existe. Primeiramente porque desde que nasce, o ser humano precisa de apoio e condições de viver, de se estabelecer no mundo. O educador é o mediador entre a criança e o mundo, o saber, o conhecimento. A concepção do cuidar, é de se fazer presente, dando suporte e criando ocasiões oportunas para o crescimento e desenvolvimento, observando os pensamentos e as ações das crianças, acompanhando e acolhendo. Portanto, a educação infantil é a base de toda educação, não podendo ser realizada de qualquer maneira. É a partir dela que se criam condições apropriadas para aguçar e desenvolver habilidades e capacidades nos pequenos. **CONCLUSÃO:** Ao finalizarmos o presente trabalho de pesquisa, compreendemos as noções e as práticas do cuidar e do educar. Existe a preocupação em oferecer um serviço educacional em que os aspectos de educação e cuidado percorram juntos na educação infantil. Percebe-se que a função da educação infantil é primeiramente acolher e cuidar, para depois ser responsável pelo conhecimento das crianças. O cuidado é fundamental nos primeiros anos de vida. Dar atenção, carinho, amor, respeitar o ritmo da criança, higienizá-la, preocupar-se com o seu bem estar emocional e físico, e ensinar de forma lúdica, é essencial para atingir ou viabilizar o satisfatório desenvolvimento dos pequenos. É evidente que essa relação entre educação e cuidado é um ponto comum nas práticas pedagógicas. Nossa pesquisa mostra que não há uma divisão entre o que é cuidar e o que é educar. A pesquisa alcançou o seu propósito, ficando explícito que o cuidar e o educar na rotina da educação infantil ocorrem em uma continuidade de ações logicamente unidas, no qual um não existe sem o outro, e sem um deles, a prática pedagógica torna-se incompleta, pois são inseparáveis. Devemos levar em consideração que cuidar e educar são conceitos, termos ou aspectos da educação infantil sujeitos a ampliação e novas abordagens. Logo, cuidar e educar, não consiste em uma nova prática pedagógica, mas em uma gama de conceitos que orientam, e que sem eles, o intuito de articular o pleno desenvolvimento humano e social da criança pode fracassar.

## REFERÊNCIAS

MELO, K. E. S.; *et al.* **A rotina na educação infantil e a integração entre o cuidar e o educar.; congresso nacional de educação**, s.n, 2019. Disponível em: [http://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO\\_EV127\\_MD4\\_SA9\\_ID13690\\_24092019004042.pdf](http://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD4_SA9_ID13690_24092019004042.pdf). Acesso em: 01 set. 2021.

MELO, M. C. **Praticas docentes e o cuidar e educar na educação infantil.**; João Pessoa UFPB, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/15244/1/MCM31052019.pdf> Acesso em: 23 set. 2021.

MENEZES, L. A.; *et al.* **Um olhar sobre o cuidar na educação infantil. Educação e Linguagem.**, v. 3, n. 1, p. 32-34, 2016. Disponível em: [https://www.fvj.br/revista/wp-content/uploads/2017/05/4\\_EDUC\\_20161.pdf](https://www.fvj.br/revista/wp-content/uploads/2017/05/4_EDUC_20161.pdf) <acesso em: 01 set. 2021.

PANICI, E. J. **Educação infantil: O cuidar e o educar para desenvolvimento da criança.**; repositório URICER, 2017. <http://repositorio.uricer.edu.br/bitstream/35974/175/1/Edicler%20Josebe%20Panici.pdf>. Acesso em: 23 set. 2021.

REIS, A. L. E. P. **O trabalho pedagógico na concepção do cuidar e educar: perspectivas e desafios na educação infantil.**; Franca. s.n, 2018. Disponível em: [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/167565/Reis\\_ALEP\\_me\\_fran.pdf?sequence=3&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/167565/Reis_ALEP_me_fran.pdf?sequence=3&isAllowed=y). Acesso em: 01 set. 2021.

SILVA, A. J. H.; **Metodologia da Pesquisa: conceitos gerais.** Paraná, 2015. 56 p. Disponível em: <http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/bitstream/123456789/841/1/Metodologia-da-pesquisa-cient%C3%ADfica-conceitos-gerais.pdf>. Acesso em: 23 set. 2021.



## O PEDAGOGO NO ESPAÇO PRISIONAL

### **AUTOR (ES):**

Brunna Patricia do Nascimento Mourão  
Davi Cerqueira da Silva  
Jávyla Danyvia Amorim do Nascimento  
Kellyane do Amaral Santa Fé  
Lúcia de Fátima da Cunha

**RESUMO:** O objetivo deste artigo é evidenciar a importância do pedagogo como agente transformador na vida do aluno que está inserido no sistema prisional, assim como refletir as dificuldades que há no meio social que atinge tanto os docentes quanto aos alunos privados da liberdade. Desta forma, foi feita uma pesquisa qualitativa, com base em análise bibliográfica de trabalhos relacionados ao tema, na qual foi possível verificar que tanto o pedagogo quanto o aluno detento enfrentam desafios nesse ambiente, aparentemente, desfavorável à educação, mas que pode ser um ambiente de oportunidades para ambos. Quando se verifica que a sociedade é desigual em diversos aspectos do cotidiano, nota-se o quão difícil pode ser a reeducação do preso e sua reinserção na sociedade. Ao final, buscou-se trazer a reflexão das atividades dos pedagogos, superação e comportamento de ações do ensino-aprendizagem como resultado da discussão documentada e levantada com vigor sobre o contexto pedagógico prisional.

**Palavras-chave:** Pedagogo. Desafios. Reeducação.

**INTRODUÇÃO:** A educação no contexto de privação da liberdade é pautada por inúmeros desafios, seja no âmbito político ou no âmbito pedagógico, as condições e efeitos dessas pautas sempre atingem a sociedade, o que inclui os profissionais de educação. Por isso, trabalhar a construção de ações voltadas à garantia do direito de professores e educandos, se faz essencial para a conformidade de movimentos que se inclinam para a construção de um país mais justo, igualitário e de qualidade em sua educação, de forma geral. Diante de uma realidade tipicamente não formal e em um cenário descontextualizado à realidade do sujeito e sob a tutela do Estado, é fundamental e de suma importância continuar garantindo os direitos e deveres constitucionais, assumindo também a prática de políticas públicas do ensino aprendizagem, nesse caso, mediada pelo pedagogo. Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 a educação é um direito fundamental, e o seu ensino gratuito é direito público.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno

desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

Assim, o sistema carcerário deve garantir ao que perdeu o direito à liberdade, não tenha negado o seu direito à educação, tendo em vista, que esta irá contribuir para o formação do apenado, oferecendo-lhe possibilidade de acesso à uma profissão e ao mercado de trabalho, colaborando ainda para a sua valorização pessoal e social, além de diminuir a ociosidade e melhorar a qualidade de vida desse preso e o preparar para reinserção na sociedade com mais conhecimentos, atitudes e valores. Sendo assim, GUIDINI (apud BONETI, p. 74, 2007) afirma que as políticas públicas podem ser compreendidas como o “resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelece no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil” (GUIDINI, 2013). É evidente que no processo educacional, o objetivo maior é preparar a estudante a conviver e construir-se de forma ética e moral a constituição social com as outras pessoas que convivem com sua presença, por isso, acredita-se que a educação muda as pessoas, transformando-as e tentando retirar as marcas estruturais históricas. Assim, Oliveira; Freita (2020, p. 3) destaca que:

“A grande maioria dos indivíduos presos não tiveram melhores oportunidades ao longo de suas vidas, principalmente a chance de estudar para garantir um futuro melhor. Nesse sentido, o tempo que despenderá atrás das grades pode e deve ser utilizado para garantir estas oportunidades que nunca teve, por meio de estudo e paralelamente, de trabalho profissionalizante. Além de ajeitar as celas, levar corredores, limpar banheiros etc., os detentos precisam ter a chance de demonstrarem valores que muitas vezes se encontram obscurecidos pelo estigma do crime. Oliveira; Freita (2020, p. 3)”.

O pedagogo, como profissional da educação, no desenvolver de suas atividades neste ambiente deve ser visto como um mediador, dando ênfase ao conhecimento prévio dos alunos/detentos e também introduzindo suas vivências práticas, ou seja, gerando uma relação de troca epistemológica, quebrando o paradigma tradicional de que somente o professor detém o saber na sala de aula, pois é necessário que esse aluno detento também se sinta parte do processo formativo, sentindo-se estimulado. Esse profissional desenvolve atividades pedagógicas relacionadas ao Ensino de Jovens e Adultos (EJA) e sua maior responsabilidade no âmbito prisional é a busca de uma cidadania que se perdeu quando o interno entra no presídio e é privado de sua liberdade. Mesmo assim, quando se trata desse tipo de currículo pedagógico, salienta-se uma deficiência muito grande quando o assunto é a formação de professores pelo EJA, desta forma, cabe o questionamento trazido por Penna, Carvalho e Novaes (2016, p. 115):

São poucos os cursos de formação de professores, entre eles o de Pedagogia, que trazem em seu currículo disciplinas ou atividades voltadas à EJA. Ao ignorar as especificidades que envolvem a EJA, a atenção a esta população é negligenciada no processo de formação, restringindo-a, geralmente, às ofertas irregular e esporádica de disciplinas que se organizam em torno de tal enfoque. Se a discussão acerca da EJA, amplamente debatida na produção acadêmica, ainda encontra resistência no sentido de integrar os currículos dos cursos de formação docente, o que dizer da educação escolar realizada em ambientes não escolares, como é o caso dos estabelecimentos penais? Penna, Carvalho e Novaes (2016, p. 115).

Ao passo que os cursos de pedagogia pouco abordam espaços não escolares durante o curso, causando, de certa forma, um desconhecimento pelo próprio pedagogo de outras áreas que ele pode atuar. Concomitantemente, da forma que a educação penal faz parte de um espaço de contradições, também é um espaço de possibilidades (PENNA; CARVALHO; NOVAES, 2016, p.112). Depreendendo-se nisso, e com base em autores como Penna (2016), Carvalho e Novaes (2016), Freitas (2020), Boneti (2007), Julião (2010 e 2011), Santos (2015), Freire (2001) e Nunes (2020), pretende-se trazer uma análise documental dos suportes intermediários da funcionalidade do pedagogo dentro do sistema prisional e como a educação é libertadora e renovadora na vida do aprendiz, de forma a causar ações de mudanças na vida do jovem que antes, recluso, passa a enxergar sua liberdade e sua condição de forma diferente. Aliado a isso, o texto também traz a discussão da maneira que o pedagogo trabalha e o suporte que é garantido pelas políticas públicas educacionais. Nesse sentido, o presente trabalho busca demonstrar e trazer a reflexão acerca da educação que torna possível uma reinserção do apenado e o papel transformador do pedagogo não escolar que atua no sistema prisional. Além disso, traz dados bibliográficos que, pelo estado, mostra como a ação fundamental dos órgãos são efetivas na luta pela desigualdade educacional do Brasil, visto que, quando há práticas de políticas públicas educacionais o apenado sai conhecendo e reproduzindo seus direitos, graças a contribuição governamental que possibilitou o professor pedagogo a agir de maneira construtiva naquela relação. **METODOLOGIA:** Para o desenvolvimento do presente estudo, foi necessário a busca e utilização de alguns métodos de pesquisa. O vídeo, publicado pelo Canal Futura, que traz a entrevista de Vanuza Maria de Melo, levou ao interesse e busca do conhecimento necessário para a criação de um ponto de vista sobre o assunto que pouco é falado na sociedade, inclusive na área acadêmica. Por isso, foi utilizado o método documental e bibliográfico, com observação das leituras como ponto de reflexão. A pesquisa bibliográfica e documental, com observação de leituras e utilização de entrevista realizada pelo Canal Futura e disponibilizada na plataforma digital YouTube, foi utilizada como maior embasamento para esta pesquisa. Na bibliografia foi realizada a análise de autores sobre o conteúdo abordado nesta pesquisa, com a finalidade de apresentar respostas que contribuam com os estudantes e docentes, para promover uma melhoria educacional dentro do ambiente social. Além das leituras e análise de trabalhos relacionados como as obras “A Atuação do Pedagogo na Educação Prisional”, de Maria Freitas e Karla Lima e “Os desafios das práticas do pedagogo no sistema prisional”, de Maria Freitas e Ana Oliveira, que mostram a quão importante e necessária é a educação dentro do sistema prisional para dar àqueles que ali estão, uma chance de ser um novo cidadão perante a sociedade, embasando ainda a importância do pedagogo que atua fora do ambiente escolar e os desafios enfrentados por esse profissional da educação. A pesquisa proporcionou conhecer, investigar, problematizar, analisar e refletir sobre a atuação da professora Vanuza Maria de Melo, que leciona para a população carcerária desde o ano de 2007 e ajuda a reintegrar ex-detentos à sociedade. Assim, o cerne deste artigo, se inclina para condicionar o pensamento crítico em torno da importância que é levar a educação para dentro dos muros dos presídios e assim, se consiga, de fato, uma ressocialização dos internos para que estes tenham perspectiva de futuro ao ultrapassar os portões da unidade prisional. **REVISÃO DA LITERATURA:** Seguindo a linha de raciocínio, cabe ao pedagogo na unidade prisional, promover, através da educação, que aquele detento, ao sair, tenha alguma perspectiva do seu futuro, tendo

ainda como responsabilidade prepará-los e desenvolvê-los para serem inseridos novamente na sociedade, viabilizando uma aprendizagem significativa, dando ao aluno uma educação profissionalizante. Sendo assim, o professor agindo como o verdadeiro agente de transformação que é, é meio garantidor do direito à educação que o aluno detento tem e, que mesmo privado de liberdade, não lhe pode ser negado, cabendo às autoridades governamentais promovê-lo. Oliveira; Freitas, 2020; apud Núñez (2020, p. 3) explica que:

No Brasil, em meados de 1950, a educação prisional é iniciada no sistema penitenciário a fim de preparar os detentos no retorno à sociedade. Anos após, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 20 de dezembro de 1.996, Lei nº 9.394/96 reforça o que é previsto 3 constitucionalmente em relação à educação como direito obrigatório de ser oferecido e, de forma gratuita.

Entretanto, a realidade é outra. A falta de investimento nesse campo de atuação faz com que decorram dele outros problemas, como o preconceito relacionado à classe social de onde a maioria dos apenados saem, devido a falta de políticas públicas na sociedade além dos muros dos presídios. Com isso, o preconceito se expande e atinge o pedagogo com o interesse por essa área, pois infelizmente a sociedade não acredita e, na maioria das vezes, não possibilita o retorno desse indivíduo ao meio social. Por esse motivo, a presença do professor tem como desafio também a quebra de paradigmas.

Julião (2010) afirma que:

A educação em espaços de privação de liberdade pode ter principalmente três objetivos imediatos que refletem as distintas opiniões sobre a finalidade do sistema de justiça penal: (1) manter os reclusos ocupados de forma proveitosa; (2) melhorar a qualidade de vida na prisão; e (3) conseguir um resultado útil, tais como ofícios, conhecimentos, compreensão, atitudes sociais e comportamento, que perdurem além da prisão e permitam ao apenado o acesso ao emprego ou a uma capacitação superior, que, sobretudo, propicie mudanças de 14 valores, pautando-se em princípios éticos e morais. (JULIÃO, 2010, p.5).

Freire (2004, p.35) diz acreditar que através do trabalho do educador trabalhando com a realidade e utilizando alguns métodos é possível fazer com que esses 'oprimidos' revelem a realidade que está inserida:

Acredito que seja nosso dever criar meios de compreensão de realidades políticas históricas que dêem origem a possibilidades de mudanças. Penso que seja nosso papel desenvolver métodos de trabalho que permitam aos oprimidos (as), pouco a pouco, revelarem sua própria realidade.

A educação, por si só, tem o poder de socialização e resguardo dos direitos e deveres que devem ser seguidos e colocados em prática, isso porque quando o processo de ensino-aprendizagem acontece de forma correta a atingir todos os envolvidos, os ex-detentos saem com a sensação de inclusão e aprendizado, assim como a sociedade está preparada para recebê-lo, pois todos foram educados de forma igualitária. Diante de todas as atribuições do pedagogo para com este ambiente, Julião (2010) afirma que é de extrema responsabilidade do mesmo: "a formação de indivíduos autônomos,

na ampliação do acesso aos bens culturais em geral, no fortalecimento da autoestima dos sujeitos, assim como na consciência de seus deveres e direitos, criando oportunidades para seu reingresso na sociedade". (JULIÃO, 2010, p.47).

**RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A entrevistada pela reportagem do Canal Futura, que foi utilizada como embasamento teórico para esta pesquisa, é doutoranda em Educação pela PUC-Rio, mestra em Educação pela PUC/RJ, tendo defendido dissertação sobre experiências com cinema em escolas localizadas em prisões do Rio de Janeiro, e Graduada em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2003). Tem especialização em Letramento (s) e Práticas educacionais (CEFET/RJ) e atua no projeto "Do cárcere à universidade", vinculado à coordenação de Extensão da Faculdade de Educação da UERJ, projeto cuja prática está voltada para a garantia de acesso e permanência na universidade dos internos do sistema prisional aprovados no vestibular ou no ENEM. Além de ser pesquisadora do GEPEP, Grupo de Pesquisa em Educação nas Prisões, da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), através do qual desenvolve oficinas de escrita criativa com servidores do DEGASE e adolescentes da unidade feminina PACGC, via projeto Escrevivendo a Liberdade, e coordenar cursos de extensão para formação em Educação em espaços de privação de liberdade. Ela afirma que a educação dentro dos presídios não é benefício, mas um direito constitucional. Devendo o sistema carcerário garantir que a pessoa que perdeu o direito à liberdade, não tenha negado o seu direito à educação. A educação prisional é uma importante garantia de um recomeço, pois através da sala de aula é possível garantir aos alunos privados de liberdade, a dignidade. Haja vista os espaços dos quais eles fazem parte é de total desprezo pela vida, na sala de aula, o apenado sente-se gente de novo, sente-se apto para enfrentar os desafios da vida e até mesmo retomar uma vida íntegra na sociedade. Ao detento, deve ser garantido que a educação lhe seja ofertada de forma plena, com base no currículo educacional, para que ele, independente do crime que cometeu, seja incentivado para que comece, ou até mesmo que haja um recomeço, que também termine os estudos tendo uma perspectiva para que fora daquele ambiente inóspito, ele consiga ser um cidadão com senso crítico e conhecimento científico para que consiga ser, de fato, reinserido na sociedade. De acordo com o vídeo exibido pelo Canal Futura (2019), com a participação do Programa Conexão, que tem como temática: "Os desafios da população carcerária no Brasil", apenas 12% procuram a escola prisional para estudar, inclusive, porque quando um aluno que está inserido no sistema carcerário passa em uma universidade, seja ela pública ou privada, há o estigma, inclusive para a justiça, que isto é um motivo para a evasão do presídio, um motivo para fuga. Desta forma, Novo (2017), afirma em dados que:

Menos de 13% da população carcerária tem acesso à educação. Dos mais de 700 mil presos em todo o país, 8% são analfabetos, 70% não chegaram a concluir o ensino fundamental e 92% não concluíram o ensino médio. Não chega a 1% os que ingressam ou tenham um diploma do ensino superior. Apesar do perfil marcado pela baixa escolaridade, diretamente associada à exclusão social, nem 13% deles têm acesso a atividades educativas nas prisões.

Ao pedagogo, que atua na unidade prisional cabe quebrar os estigmas sociais e romper os preconceitos presentes no sistema, buscando garantir a educação, que é um direito de todos, respaldado pela Constituição Federal (1988) e Lei de Execuções

Penais (1984), pois comumente, a pessoa que é condenada, independente do crime que venha cometer, é instantaneamente excluída da sociedade. Nessa perspectiva, Foucault (1987, p. 224) ressalta que “a educação do detento é por parte (dever) do poder público, ao mesmo tempo uma precaução indispensável no interesse da sociedade e uma obrigação para o detento”. Não é desconhecido que um dos principais motivos da inserção de jovens na criminalidade é a falta de acesso à escola. Gerir alunos em cárcere requer uma gestão em sala que saiba ouvir, compreender as especificidades e trazê-los para perto, incumbi-los o desejo pelo aprender, pelo se libertar além das grades, pois quando seus pensamentos se voltam à transformação que a educação traz, o apenado se liberta da sua ignorância, permitindo a esperança, e tornando o processo de liberdade física, mais amplo e com outros propósitos. Assim, a educação é um dos meios de promover a integração social e a aquisição de conhecimentos que permitam aos reclusos assegurar um futuro melhor quando recuperarem a liberdade. O encarceramento tem uma finalidade que vai além do castigo, da segregação e da dissuasão, ele tem um caráter reformador.

**CONCLUSÃO:** Considerando a abordagem realizada nesta pesquisa, inclina-se para que haja um maior entendimento e criação da percepção do pensamento crítico em torno dos temas discutidos que envolvem a pedagogia e o pedagogo atuante no espaço não escolar. Desta forma, as atividades realizadas e a relação com o perfil do profissional, está diretamente ligada a ação pedagógica que busca pela excelência do aprendizado, além dos desafios enfrentados para reeducar os criminosos e auxiliá-los a ter uma visão mais ampla do mundo, fazendo com que busquem outras formas de inserção da sociedade através do estudo e do trabalho. A dimensão pedagógica, responsável pela busca de produzir conhecimentos, é vista de forma concreta no trabalho. O objetivo é entender o sujeito, utilizar de artifícios como empatia, compreensão e compaixão, faz com que a fluidez demarque a produção do conhecimento e traga resultados que apontem tanto para a construção acadêmica do estudante ali priorizado, como o crescimento pessoal que engaje-o na corrente justa de comportamento social estabelecidas perante a criação ética e moral. Conclui-se que é fundamental investir em políticas públicas voltadas para o regresso do apenado à sociedade, pois a privação de liberdade não favorece o processo de ressocialização e ocasiona marcas por toda sua vida. Mas, salienta-se que a educação poderá possibilitar ao condenado ter chances de uma vida digna, com perspectivas concretas na sua vida profissional e conseqüentemente na vida pessoal, mas para que isso ocorra efetivamente é necessário um trabalho em conjunto entre o Estado, profissionais prisionais e pedagogos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Saraiva. São Paulo. 1996.



\_\_\_\_\_. Lei de execução Penal. **Lei nº 7210 de 11 de julho de 1984**. BRASIL.

EDUCAÇÃO PRISIONAL, 2019. 1 vídeo (25m e 50s). Publicado pelo canal Futura. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yFHa1DfWlrs>. Acesso em: 27 set. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir, Nascimento da Prisão**. Tradução de R. Ramallete. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

GUIDINI, Fernando. **Política pública e políticas educacionais: discussões a partir da formação de professores para a educação básica**. EDUCERE. Curitiba, 2013.

JULIÃO, E.F. **Uma visão socioeducativa da educação como programa de reinserção social na política de execução penal**, 2010.

PENNA, Marieta; CARVALHO, Alexandre; NOVAES, Luiz. **A formação do pedagogo e a educação nas prisões: reflexões acerca de uma experiência**. Universidade de São Paulo. Campinas, v.26, n.98, p.109-122, jan. /abr. 2016.

SANTOS, Jussara. **Políticas públicas de educação nos presídios: o papel do pedagogo em novos espaços como agente de transformação social**. Universidade Católica de Brasília. Brasília, 2009.

SANTOS, Willian. O papel do pedagogo dentro do sistema penitenciário. **Revista Científica FASETE**. [s./], 2015.

LIMA, Karla; FREITAS, Maria. A Atuação do Pedagogo na Educação Prisional. [s.l.], 2016. Disponível em: 4438-Texto do artigo-6171-1-10-20190628.pdf. Acesso em: 28 set. 2021.

MELO, Veruza. **Aproveitando Brechas: experiência com cinema em escolas prisionais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Puc, 2014.

NOVO, Benigno. A educação prisional no Brasil. **Revista jurídica portugalense law journal**. Teresina/PI. n.22. p. 182-197. 2017.

OLIVEIRA, Ana; FREITAS, Maria. **Os desafios das práticas do pedagogo no sistema prisional**. [s./], 2020.

OHNESARGE, Rui. A educação no sistema penitenciário, e sua importância na ressocialização. Brasil Escola, [s./]. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/direito/a-educacao-no-sistema-penitenciario-sua-importancia-na-ressocializacao.htm>. Acesso em: 03 nov. 2021..



## PALCO CULTURAL E HISTÓRICO

### **AUTORES:**

Cassiane Maria Vieira Frutuoso  
Lucas Souto De Oliveira  
Mirele Xavier Costa  
Naiara Ataíde  
Lúcia de Fátima d Cunha

**INTRODUÇÃO:** O presente trabalho tem a finalidade de apresentar um estudo sobre o Teatro Alberto Maranhão como turismo pedagógico, que se faz importante na educação do nosso país. O Teatro Alberto Maranhão é símbolo da história e cultura da cidade do Natal, nomeado patrimônio histórico e artístico do Rio Grande do Norte, no qual é de grande importância seu estudo no ambiente escolar. **OBJETIVO:** Apresentar a história do Teatro Alberto Maranhão para os alunos da educação infantil, proporcionando "o despertar" histórico-cultural nas crianças. **MÉTODO:** Foi utilizado o método de pesquisa exploratória com o objetivo de coletar dados relevantes sobre o Teatro Alberto Maranhão, como também de análise bibliográfica. **RESULTADOS:** Tomando como referência a BNCC no Campo de Experiência escuta, fala, pensamento e imaginação que valoriza a linguagem ampliando as diferentes formas de comunicação da sociedade e conhecimento do patrimônio histórico e cultural estudamos a história do Teatro Alberto Maranhão, fundado no início do século XX, em 1904. O Teatro foi oficialmente declarado Patrimônio Histórico e Artístico do Rio Grande do Norte. Desde então, o espaço se tornou um importante marco na história potiguar, está localizado no centro histórico de Natal, no bairro da Ribeira. **CONCLUSÃO:** Diante do exposto, este estudo apresenta a história do Teatro Alberto Maranhão, com ênfase na educação infantil. Sabe-se que o estudo da cultura local durante a educação básica é uma das existências da BNCC, com isso, faz-se necessário essas apresentações desde educação infantil. A escolha do Teatro Alberto Maranhão como objeto de estudo vai de encontro com sua importância e relevância para a história, cultura e arte.

**Palavras-chave:** Teatro. Cultura. História.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Base nacional comum curricular. Brasília: MEC/SEB, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 04 nov. 2021.

FUNDAÇÃO José Augusto - RN. Ipatrimônio. Disponível em:  
<http://www.ipatrimonio.org/natal-teatro-alberto-maranhao/#!/map=38329&loc=-5.779572138730639,-35.20471406318935,17>. Acesso em: 5 out. 2021.



## **A FUNCIONALIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO BÁSICO: O ENCADEAMENTO DA BNCC E DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS NO CONSTRUCTO SOCIAL**

### **AUTOR :**

Davi Cerqueira da Silva

**RESUMO:** O texto objetivou trazer uma abordagem sobre as políticas públicas de educação no Brasil e sua função perante a sociedade brasileira, destacando o funcionamento dos órgãos públicos e documentos políticos pedagógicos que são responsáveis em tornar prático e justo o sistema de direitos educacionais ativos, salientando como esses direitos funcionam no sistema populacional. Para isso, foi feita uma análise sobre o ministério da educação e os outros programas que fazem parte da conjunção de políticas nacionais do arcabouço judicial, assim como, os investimentos do governo federal nas escolas, trazendo nos resultados os destaques de cada nível de ensino e como eles se comportam no meio social, tanto constitucionalmente como na prática do cotidiano estudantil. Para isso, levantou-se dados sobre cada área de ensino (berçário, ensino fundamental e ensino médio) e o comportamento de cada discente nessa série, como reflexão de consequências do resultado da reprodução prática de políticas públicas educacionais. A intenção na leitura textual é interligar ao raciocínio de que há a reprodução de ações estatais nos comportamentos sociais, ressaltando como a prática justa na busca pelo ensino de qualidade em escolas públicas e privadas, igualmente, é importante. Para finalizar, alinhou-se também, a formação da BNCC e a atividade de professores em sala de aula com estrutura adequada provida pelos ministérios e órgãos responsáveis, sendo levantada com vigor dentro da discussão para funcionalidade do território.

**Palavras-chave:** Reprodução. BNCC. Sociedade.

**INTRODUÇÃO:** Definida como o processo de ensino-aprendizagem de um sistema gerenciado pela hierarquia governamental, a educação se torna uma das características definitivas para o andar social na conquista de conhecimentos sobre a história nacional e de direitos conquistados através da movimentação no proceder de atividades educacionais, além da formação como ser social que segue as leis e diretrizes constitucionais corretamente. Seguindo a linha de raciocínio, política pública é denominada uma expressão que define a situação específica da política e permite que benefícios sejam ofertados à população de forma igualitária e justa, como o direito à saúde, água, educação de qualidade etc. Deprendendo-se nisso e com base em

teorias de Canotilho (2003), Boneti (2007), Delgado (2011), Ribeiro (1999) e Oliveira (2010), Bonetti (2007), Martins, (2010), Kuenzer, (1999), Santos (2010), Freitas (2003), Saviani (2000), iremos trabalhar na configuração de como as políticas públicas educacionais se tornam funcionais no processo de ensino na escola, seguindo como diretrizes a BNCC (2017), LDB (1996) e o trabalho dos órgãos responsáveis (MEC, Governo Federal), resultando na consequência disso em cada área escolar. Com a expansão de um novo corpo social, que advém de orientações e influências tidas da terceira revolução industrial, a sociedade se inclina a um comportamento digital/virtual que condiciona a facilidade de informações e determinações obtidas nas áreas de atuação da gestão responsável por mobilizações constitucionais que abrangem o andamento das pessoas, no caso específico deste artigo, corpo escolar, que inclui a família, alunos, professores e direção, abrindo novas oportunidades de saber sobre os seu direito de forma mais rápida e prática, a internet no período atual do mundo se torna a chave para o suporte educacional de crianças e adolescentes. Dessa forma, estudar sobre isso se torna crucial para um bom crescimento da escola e do movimento populacional total. Boneti (2007, p. 74) afirma que as políticas públicas podem ser compreendidas como o “resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelece no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil”. A atuação de políticas públicas educacionais traz à tona diversas consequências positivas, visto que a função da escola é preparar o aluno para poder refletir com bons estudos, costumes, qualidade de profissionalismo e saber dos direitos de forma correta, que corra atrás dos seus direitos e aja conforme as leis constitucionais justas foram-lhe apresentadas, por isso ter perspectivas sobre isso desde os anos iniciais da escola, é importante. As políticas reforçam o quão importante se faz ter toda a sua grade de ensino escolar de forma positiva e de qualidade conforme a lei permite e proporciona.

Os direitos sociais são compreendidos como autênticos direitos subjetivos inerentes ao espaço existencial do cidadão, independentemente da sua justicabilidade e exequibilidade imediatas. Assim, [...] o direito à educação e cultura (art.73º), o direito ao ensino (art.74º), o direito à formação e criação cultural (art.78º), o direito à cultura física e desporto (art.79º), são direitos com a mesma dignidade subjetiva dos direitos, liberdades e garantias. (CANOTILHO 2003, p.476).

Tendo em vista que as citações supracitadas servem como parâmetro para a disponibilidade de ações práticas na área, formulações e continuação do ensino-aprendizagem, até mesmo da estruturalização da BNCC, o art. 205 da constituição brasileira resume bem como a política nacional pública de educação é primordial para o bom andar da sociedade e entrelinhas governamentais que destacam as potências locais e suas gerações futuras, através da preparação por obtenção de leis postas em práticas. 'A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.'

Compreender a função que esse direito possui, torna claro a posição e formação da sociedade brasileira, sabendo que a organização do sistema educacional brasileiro, bem como, as constituições, adaptações e rupturas são caracterizadas pelas políticas públicas de diversos períodos. Não obstante, o sentido desses processos se faz presente de acordo e conforme as atualidades de globalização andam, expondo acesso, situações e dados reais em torno, especificamente, das escolas públicas brasileiras. Segundo o autor Xavier Ribeiro (1999, p. 278), o estado procura instrumentos de aproximação e de incorporação das massas populares, mostrando a intenção de diminuir desigualdades e de assistir os desprovidos. A educação passa a representar uma das estratégias destinadas a realizar a justiça social. Se “políticas públicas” é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer, políticas públicas educacionais é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação. Porém, educação é um conceito muito amplo para se tratar das políticas educacionais. Isso quer dizer que políticas educacionais é um foco mais específico do tratamento da educação, que em geral se aplica às questões escolares. Em outras palavras, pode-se dizer que políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar (OLIVEIRA, 2010). Desta forma, a partir da metodologia documental e da bibliografia supracitada sobre o tema, foi realizado uma ligação histórica-constitucional entre o estado e a sociedade, na qual, a partir da análise de documentos das políticas públicas e modelo da sua relação com a população, especificamente a que compõe escolas públicas espalhadas no país, resultados foram obtidos e discussões iniciadas acerca do processo em vigor. **METODOLOGIA:** A metodologia para esta pesquisa é de caráter bibliográfico, qualitativo e documental, tendo como justifica-se a oportunidade de análise profunda em torno dos dados e indagações de autores da educação que buscam, através de suas falas, mais qualidade e garantia dos direitos de políticas públicas de educação. O cerne da questão está na garantia do exercício livre e democrático da atividade prática docente por parte da atividade de que o professor deve ter total liberdade, tanto na cobrança quanto nos elogios, por parte da prática profissional do estado em atuar com políticas públicas no local, deve ser respeitada e preservada. Esse tipo de pesquisa suscita ao leitor e pesquisador, maior abrangência de análise e fatos informacionais em torno do assunto e área de campo utilizada. O uso do espaço para compreender como é o papel das políticas públicas de educação em meio às novas tecnologias digitais informacionais, que fortalecem a acessibilidade de resultados na procura de informações, ao entender como o direito educacional se torna importante para o exercício da escola em meio a tantas atualidades mundiais, foi o que incitou a criação desta pesquisa. O cenário prático das escolas será representado a partir do desenvolvimento e acolhimento de dados estatísticos apresentados por fontes jornalísticas verídicas, que mostram os fatos a todos os interessados na área. A partir disso, é constatado a comunidade escolar que articula partes de um processo globalizacional de mundo, nas áreas de inclusão, atividades informacionais, totalidade de discursos da diversidade e a sua gestão como precursora de exercícios futuros que serão pertencentes da atuação de como está sendo utilizado a disseminação de ideais que as políticas públicas governamentais proporcionam no ambiente institucional de educação. **REVISÃO DA LITERATURA:** As políticas públicas de educação se dividem nas 4 áreas escolares que contribuem para o sucesso social do discente, entre elas estão o Berçário, fundamental 01, Fundamental 02 e Ensino Médio, que são composições das colocações de políticas públicas dentro das instituições de ensino e se formam através de uma diretriz

principal chamada BNCC. Algumas políticas públicas podem ser exemplificadas como: FUNDEB, Piso Salarial Nacional do Magistério, IDEB, REUNI, IFET, entre outras iniciativas. Todas essas ações contribuem para a colocação do docente dentro de sala de aula, sua situação estrutural física de suporte para as aulas dentro do colégio, como ser ativo dentro de projetos curriculares e direção de ensino com qualidade para todos os alunos, além da sua presença no âmbito pedagógico na formação do aprendiz.

As políticas públicas se propõem a provocar alterações, no interior da escola, em especial, nos seus princípios e, por decorrência, na forma de organização e desenvolvimento do trabalho escolar, portanto, interferindo diretamente nas práticas dos professores e em sua cultura ... a construção de uma nova cultura escolar, com outras práticas, normas e concepções, não depende apenas de mudanças legais, mas, sobretudo, da criação de condições efetivas para tal, o que incide em alterações das condições de trabalho oferecidas ao professor, estrutura do PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. 11 escola e preparo técnico e pedagógico aos docentes. (DELGADO, 2011, p. 3)

Os órgãos governamentais principais nesse ramo, MEC e Governo Federal, trabalham unidos para que verbas e ações de movimentação dos direitos garantidos aos estudantes sejam cumpridas na prática. Eles formam a base estrutural das escolas e avaliações nacionais de entrada em universidades públicas, assim como avaliação anual do sistema de ensino determinado pelas conjurações próprias da gestão governamental. Compreender a necessidade de qualidade na educação e buscar a construção desta qualidade somente ocorre quando a escola cumpre com seu papel social e educacional, pois, quando a escola não cumpre efetivamente seu papel (SAVIANI, 2010).

Dentre os processos que envolvem o desencanto com a educação pública, tem-se o fato de que: Crianças de 5ª série que não sabem ler nem escrever, salários baixos para todos os profissionais da escola, equipes desestimuladas, famílias desinteressadas pelo que acontece com seus filhos nas salas de aula, qualidade que deixa a desejar, professores que fingem que ensinam e alunos que fingem que aprendem. O quadro da Educação brasileira (sobretudo a pública) está cada vez mais desanimador. [...] (BENCINI, 2006).

Ao tratar sobre a educação à luz da Constituição Federal, tem-se que segundo a: “[...] legislação brasileira, o direito à educação engloba os pais, o Estado e a comunidade em geral e os próprios educandos, mas é obrigação do Estado garantir esse direito, inclusive quando o assunto é qualidade. [...]” (CABRAL, 2012). Em consonância com a Constituição Federal de 1988 a educação pública de qualidade é obrigação do Estado, sendo ainda o acesso ao ensino fundamental obrigatório e gratuito, um direito público subjetivo (BRASIL, 1988). Diante destes aspectos tem-se que as Políticas Públicas se voltam para o enfrentamento dos problemas existentes no cotidiano das escolas, que reduzem a possibilidade de qualidade na educação. No entanto, somente o direcionamento destas para a educação não constitui uma forma de efetivamente auxiliar crianças e adolescentes a um ensino de melhor qualidade, posto que existam outros pontos que também devem ser tratados a partir das Políticas Públicas, como

os problemas de fome, drogas e a própria violência que vem se instalando nas escolas em todo o Brasil (QUADROS, 2008). **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Ao avaliar, bibliograficamente, como os processos públicos se concentram na atuação de atividades escolares, é sabido total o caminho que leva a resultados obtidos por meio da gestão governamental fortalecedora de novas aberturas para o desenvolvimento otimista das quatro séries, berçário, ensino fundamental 1, ensino fundamental 2 e ensino médio, fundamentais para o crescimento do cidadão que posteriormente fará parte ativa dos processos de crescimento do país e de atividades que destaquem seu espaço por meio de sua ação. Desde a criação da LDB em 1961, as séries mudaram, as idades de entrada na escola se modificaram, e o sistema de ensino se transformou para que pudesse andar conforme os períodos que a sociedade estava se adaptando, isso tudo implicou em processos de mudanças nas políticas públicas que equilibram o andamento de desdobramento processual educacional e qualificam ainda mais o setor. As mudanças trouxeram novos investimentos e criação de departamentos para que os direitos dos estudantes pudessem ser atendidos, MEC, CNE, CEE, SEE, SME E CME são siglas de departamento representativos das ações de políticas públicas que ingressam com o objetivo de suporte educacional para os discentes. Visto isso, há a divisão das 4 faixas de aprendizado, apresentaremos como cada uma delas tem sua importância na formação de crianças e adolescentes do século atual. **BERÇÁRIO:** A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/9394/96) em seus artigos 29 e 30, definiu a educação infantil como primeira etapa da educação básica e o tipo de oferta, creche e pré-escola, para as crianças de até seis anos. Com promulgação da Lei nº 11.274/2006, que dispõe sobre a duração de nove anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos seis anos de idade, a educação infantil passou a ser de zero a três anos (creche) e quatro a cinco anos (pré-escola). É sabido comumente o quão importante as séries iniciais do indivíduo são importantes, atuam na criatividade da criança, desenvolvimento de ações da formação de seu próprio crescimento e habilidades corporais presentes no desenvolver de atividades pedagógicas intuitivas a isso. É dessa forma que o ponto de políticas públicas se torna tão importante para a manifestação de saberes que resultarão em potencialidades futuras beneficiadoras de apoio para a própria progressão do território nacional. A garantia dos direitos educacionais infantil perpassa como importância de excelência no conjunto de ações produtivas no século 21, tendo em vista que em meio às tecnologias desenvolvidas de forma rápida, a ameaça de dependência nesse suporte no meio infantil é muito comum, quando não há um conjunto de ações que possibilitem o conhecer pedagógico de atividades auxiliaadoras da formação intelectual, há graves problemas psicológicos consideráveis graves.

“[...] à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, dos direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” (MARTINS, 2010, apud, BRASIL, 1988, p. 66).

Dessa forma, a colocação das políticas públicas no meio social que constrói espaços colaborativos para o progresso do espaço brasileiro, é demonstrativo a partir disso, como os espaços devem ser ocupados pela prática de políticas públicas. **ENSINO FUNDAMENTAL 1 E 2 -** A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº



9.394 de 20 de Dezembro de 1996. “[...] pelo seu caráter geral, possibilitou um conjunto de reformas que foi se processando de forma isolada, mas que correspondia a um bem elaborado plano de governo, que, articulando os projetos para as áreas econômicas, administrativa, previdenciária e fiscal, foi dando forma ao novo modelo de Estado.” (KÜENZER, 1999, p.10). Tal legislação ao ser sancionada, ainda não admitia a obrigatoriedade da entrada de crianças no ensino fundamental a partir dos seis anos. A lei nº 10.172, de 9 de Janeiro de 2001, que aprova o Plano Nacional de Educação (2001-2011), com a sinalização na LDB lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996, institui entre outras medidas os objetivos e metas do ensino fundamental: Ampliar para nove anos a duração do ensino fundamental obrigatório com início aos seis anos de idade, à medida que for sendo universalizado o atendimento na faixa de sete a quatorze anos. Tendo em vista que o percurso inteiro de ensino-aprendizagem no ensino fundamental 1 e 2, para a idade de crianças e adolescentes, é crucial para entender sobre as relações nacionais, modo de vida, descobrir posicionamentos e movimentos que repercutem todo o mundo, e por fim, crescer como cidadão de entendimento plausível para as relações de seleção para a entrada de universidades quando estiver no ensino médio, atender da melhor maneira esses discentes é dever do estado e das políticas públicas. No levantamento bibliográfico deste módulo de ensino, foram obtidos resultados que apontam a importância de um processo saudável e de excelência, tendo em vista as políticas públicas já em vigor. É necessária uma visão baseada na contemplação de direitos e práticas que tornem o aluno alvo principal de atividades sociais e ser crítico pensante em meio às adversidades extraordinárias que fazem parte do crescimento de todo o cidadão brasileiro. Corroborando com essa ideia, Conforme Ferreira (2014) revela também que ao se tratar de qualidade na educação, deve-se levar em conta também “a estrutura física do local de ensino, a organização escolar, além do aporte metodológico e didático que possibilite aos docentes oferecer um processo de ensino e aprendizagem com qualidade e eficiência. “As políticas públicas educacionais devem centralizar seus esforços para a melhoria dessa qualidade no ensino, proporcionando meios adequados para que as instituições possam exercer seu papel com autonomia pedagógica, administrando da melhor forma possível com uma gestão 73 FABE em Revista, Bertoga, Vol.8, 2018. escolar forte e segura, contando com o apoio do Estado, transmitindo assim maior segurança a sociedade. (Schneider, s/d). É importante ressaltar que se há falhas diante do processo político educacional, o déficit desse problema será totalmente refletido na vida do corpo pedagógico escolar. Conforme Santos (2010) entende-se que “a educação de qualidade é um desafio persistente visto que o Sistema Educacional Brasileiro nem sempre é capaz de desenvolver habilidades cognitivas de importância essencial para a vida cotidiana e evidencia debilidades no fomento à formação de valores que capacitem os cidadãos a uma participação ativa na sociedade e na promoção do desenvolvimento humano sustentável. **ENSINO MÉDIO:** Tendo em vista que o ensino médio demanda uma alta carga de princípios demonstrativos da reflexão e atuação de adolescentes e jovens que irão terminar o colégio e lidar com as divergentes vertentes existentes na sociedade, é necessária a atuação de políticas públicas que preparem o discente de forma qualificadora para ter conhecimento em como encarar a realidade adulta fora da escola. Isso pode ser feito através da prática de implementação de diversas políticas públicas já em vigor. A pauta principal deste ponto, não é a formulação de novas leis, mas sim a construção da prática política nas escolas, principalmente pelo

fato da globalização ter contribuído para o processo de maior informação. É sabido por todos que a escola reproduz diversas coisas, entre elas, as diferenças sociais existentes no território, seja ela na vivência dos alunos ou no conteúdo de estudos programáticos das disciplinas, é dessa forma que a política pública entra em ação. O Ensino Médio, obrigatório, gratuito e, portanto, direito de todo cidadão, tem como finalidades, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 9.394/96): I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (BRASIL, 1996, sem paginação). Partindo das orientações definidas pela LDB de 1996, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), no entanto, parecem secundarizar tais finalidades indicando que, no Ensino Médio, “o que se deseja é que os estudantes desenvolvam competências básicas que lhes permitam desenvolver a capacidade de continuar aprendendo” (BRASIL, 2000, p.14). É através das políticas públicas que os alunos destes anos se preparam para diversos exames seletivos de entrada na universidade, entre eles, o principal é o ENEM, que se destaca por ser o processo seletivo de jornada na universidade pública. Sobre isso, Saviani destaca: ‘Portanto, a educação integral do homem, a qual deve cobrir todo o período da educação básica que vai do nascimento, com as creches, passa pela educação infantil, o ensino fundamental e se completa com a conclusão do ensino médio por volta dos dezessete anos, é uma educação de caráter desinteressado que, além do conhecimento da natureza e da cultura envolve as formas estéticas, a apreciação das coisas e das pessoas pelo que elas são em si mesmas, sem outro objetivo senão o de relacionar-se com elas.’ (SAVIANI, 2000). No contexto de citação das políticas públicas durante esse processo do ensino médio, é destacado: a aprovação do Fundeb (Lei nº 11.494, de 2007) e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que contêm, entre outros: o Plano de Metas Compromisso de Todos pela Educação (Decreto nº 6.094/2007), a nova Capes (PL nº 7.569 aprovado em 2007), o Brasil Profissionalizado (Decreto nº 6.302/2007) e o desenvolvimento de programas e ações para os diversos elementos estruturantes da política educacional: financiamento (Fundeb/Repasse voluntários da União através do Plano de Ação Articulado/ Programa Dinheiro Direto na Escola); gestão democrática (Escola de Gestores/Pró- Conselho); formação de professores (Política Nacional de Formação/ Planos Estratégicos Estaduais /Fóruns Estaduais/ Plataforma Freire/Nova CAPES/ Universidade Aberta do Brasil); material didático (Programa Nacional do Livro Didático do Ensino Médio/ Programa Nacional de Bibliotecas Escolares); profissionalização (Expansão de Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica/ Programa Brasil Profissionalizado/Pronatec); inclusão digital (Banda Larga nas Escolas/ Um Computador por Aluno); transporte e alimentação no ensino médio (Programa Atenção aos Alunos/Caminhos da Escola); educação integral (Programa Mais Educação no Ensino Médio); currículo do ensino médio (Programa Currículo em Movimento/ Programa Ensino Médio Inovador/Atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio); etc. É através da atuação desses processos cognitivos

de políticas públicas que há a condição de criação para novas construções metodológicas de ensino-aprendizagem que repercutem como algo positivo no espaço daquele local, é nítido o impacto da educação na gestão e organização social, entretanto, falta promover meios que condicionem ainda mais a acessibilidade e estrutura que a nova era informacional pode, estrutura essa que é voltada à informação, suporte digital e internet vinculada ao aprendizado, onde é possível igualar ações de atividades extensivas denotativas ao que mais os discentes utilizam: celular, internet e redes sociais. Freitas (2003, p.57): [...] um projeto histórico enuncia o tipo de sociedade ou organização social na qual pretendemos transformar a atual sociedade e os meios que deveremos colocar em prática para a sua consecução. [...]. É concreto, está amarrado a condições existentes e, a partir delas, postula meios e fins. **CONCLUSÃO:** Tendo em vista o processo de políticas públicas como suporte da garantia de direitos para estudantes e professores, há a visibilidade de necessidade no cumprimento explícito do que foi abordado, visto que são ações precisas que abarcam a geração de frutos pedagógicos na vida dos alunos que terão como resultado o seu destaque na sociedade, elevando o nível de educação oferecido e comprovando a eficácia de ações que já são constitucionais mas muitas das vezes não é colocada em prática. É diante deste princípio de utilizar a globalização a favor e revitalizar o quadro de ensino pedagógico que o exemplo de diversos países desenvolvidos é visto como alternativa de melhoria para um país em desenvolvimento, como o Brasil. A partir disto, as diretrizes que orientam o planejamento de vias públicas educacionais, devem se gerir no processo de capitalização das leis apresentadas e levar aos ministérios responsáveis que utilizam do meio pedagógico para poder consolidar os estudos dos alunos de forma satisfatória a todo o quadro populacional. A era informacional é exatamente esse reflexo da demanda de informações que podem ser utilizadas na pedagogia das séries escolares, apresentando visibilidade e utilização de uma pauta muita das vezes minimizadas por parte dos brasileiros. Os resultados apresentados no artigo, demonstram que cada área se remota a uma idade e tipos de personalidades que vão crescendo conforme os princípios que a escola, possibilitada por recursos de programas beneficentes, traz. Se não há essa ligação, não há evolução suficiente. Sobre esse ponto, os elementos bibliográficos apresentados no texto, demonstram a eficiência do poder docente, a importância desse processo ligado às políticas públicas e como a era da informação que foi possibilitada pela globalização tem um poder transformador na vida de estudantes que utilizam do suporte escolar, gerido pelo estado. É dessa maneira que há a regularização de conceitos estabelecidos e como estes podem ser precursores na vida das famílias brasileiras.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Sérgio de. **Políticas públicas:** discutindo modelos e alguns problemas de implementação. *In:* SANTOS JÚNIOR, Orlando A. dos *et al.* Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BONETI, L. W. **Políticas públicas** 2007

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. MEC/SEESP; 2001.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica:** Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. São Paulo: Ed. Esplanada.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Constituição Federal.** Brasília; Imprensa Oficial.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Ministério da Educação.** Secretaria de Educação Especial. Plano de Desenvolvimento da Educação. MEC; 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Política Nacional de Educação Infantil:** pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação. Brasília: MEC, SEB, 2006.

\_\_\_\_\_. Plano Nacional de Educação (n.10.172). Brasília, 2001. Lei n. 11.274 de 06/02/2006 – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm) Lei n. 11.494 de 20/06/2007 - Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm). Lei n. 12.796 de 04/04/2013 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm) Resolução CNE/CEB 5/2009. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2009, Seção 1, p. 18.

DELGADO, Adriana Patrício. **O impacto das políticas públicas nas práticas escolares sob a ótica da avaliação de aprendizagem.** Espaço do Currículo, v. 4, n. 2, p.162-171, setembro de 2011 a março de 2012. <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec162>

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 33. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007

FREITAS, L. C. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática.** 6.ed. Campinas: Papirus, 2003.

OLIVEIRA, Adão F. de. Percalços da escola e desafios da educação. *In:* OLIVEIRA, Adão F. De; NASCIMENTO, Claudemiro G. do (orgs.). **Educação na alternância:** cidadania e inclusão social no RN.

**PEDAGOGIA DA EXCLUSÃO:** o neoliberalismo e a crise da escola pública. Petrópolis: Vozes, 1995

SAVIANI, D. **As concepções pedagógicas na história da educação brasileira.** Texto elaborado no âmbito do projeto de pesquisa “O espaço acadêmico da pedagogia no Brasil”, financiado pelo CNPq, para o “projeto 20 anos do Histedbr”. Campinas, 25 de agosto de 2005.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações.** 10 ed. Campinas – SP: Autores Associados, 2008a.

SOUZA, C. **Estado da arte da pesquisa em políticas públicas.** In: HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. (orgs). Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007, p. 65-86

SOUZA, C. **Políticas públicas:** questões temáticas e de pesquisa. Caderno CRH, Salvador, n. 39, jul./dez. 2003.



## **POR UMA EDUCAÇÃO GEROGRÁFICA DEOCOLONIAL: EXPERIÊNCIA DOCENTE NO ENSINO BÁSICO**

### **AUTOR:**

Davi Cerqueira da Silva

**RESUMO:** O referido trabalho teve como relevância trazer a reflexão acerca da história da população indígena e sua reprodução nas escolas, tendo em vista que na disciplina de geografia, esse ato é de extrema importância para enfatizar conceitos como paisagens, região, espaço e cultura. No estágio, realizado em uma escola pública na cidade de Natal/RN, salientado que a realização foi por um discente que está em estágio remunerado não obrigatório, onde foi desenvolvido um trabalho conjunto entre a professora supervisora e o acadêmico de Geografia, juntos colocaram em prática uma atividade teórica de explicação da história indígena, o desenho da representação da comunidade e uma palestra com um indígena remanescente do município de Touros/RN, onde ele se comunicou interagindo com a turma e inserindo-os na cultura primordial do Brasil. O trabalho evidenciou uma reflexão em torno da importância do conhecimento sobre a cultura supracitada na educação básica através do relato de experiência docente na atividade prática desse contexto realizada em sala de aula.

**Palavras-chave:** Indígena. Ensino. Aluno.

**INTRODUÇÃO:** O presente trabalho vem com intuito de relatar uma experiência de ensino e aprendizagem vivida por intermédio do Estágio Remunerado em uma escola de Ensino Fundamental da cidade de Natal-RN. Tendo em vista que o processo de ensino-aprendizagem é de suma importância para a construção social de qualquer espaço territorial do mundo, tem-se em primeiro momento a necessidade de definir o conceito de educação. De acordo com o dicionário formal, 'A educação é o processo de facilitar o aprendizado ou a aquisição de conhecimentos, habilidades, valores, crenças e hábitos. Os métodos educacionais incluem o ensino, treinamento, narração de histórias, discussão e pesquisa direcionada'. Tendo isto em vista, vê-se a educação indígena como ações de representatividade e demonstração de conhecimento em torno das primeiras manifestações culturais a serem concebidas no Brasil. Mediante as atividades vivenciadas na escola onde o subprojeto foi realizado, o acadêmico juntamente com o professor orientador da escola, realizaram aulas de visibilidade 1 Graduando do Curso de Geografia da Universidade Federal - RN, davicerqueira583@gmail.com; indígena para os alunos da instituição de ensino, da série do 5º ano, onde o referido programa oportunizou os discentes em formação a descobrir o dinamismo no ensino e aprendizagem em geografia e como a representatividade e inclusão da população estudada e apresentada para a turma, é quantioso na construção social de cada criança presente na aula. Como recursos

de uma história que veio a se desenvolver espacialmente antes de uma construção de nacionalidade e que, posteriormente, portaria a ótica de interpretação e subjugamento das sociedades europeias e sua concepção de desenvolvimento, os povos indígenas carregam em sua cultura e ancestralidade as raízes do espaço tornado território brasileiro. Assim, e de modo a ressaltar o ensino como ponte à formação do aluno em sociedade, vê-se a necessidade enfática da introdução da história e organização socioespacial indígenas no ensino básico para a consolidação de uma educação inclusiva e representativa. Em contrapartida os acadêmicos sentiram-se gratificados em virtude da participação na atividade, o estagiário bolsista presente na atividade e a acadêmica pesquisadora do conteúdo da população indígena, nesses momentos foram compartilhando não só conhecimentos teóricos, mas a existência de atitudes humanas que muda o espaço e o tempo vivido na prática, em um meio concreto de se inter-relacionar com os fatos já acontecidos. De acordo com o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas – RCNEI (1998) existem hoje cerca de 180 línguas indígenas, 150 para Moore, Galúcio e Gabas Jr. (2008), aqui observamos o intervalo de uma década entre um trabalho e outro. Porém, apesar da discordância dos números de línguas indígenas existentes na atualidade, o que se tem como certo é que ainda há uma diversidade muito rica, e isso chama a atenção de estudiosos para o assunto. As políticas públicas que defendem a condição da população indígena e entornam o direito a ensino nas escolas públicas e privadas, reafirmado pela BNCC/PNE, foram colocadas em formalidades para que fossem atendidas como meio de representação, inclusão e conhecimento de um grupo que participou da construção de áreas importantes no meio geográfico brasileiro. A construção de cultura, território e espaço foram iniciadas por pessoas indígenas, não tratar deste assunto na escola é tirar das mãos de descendentes vivos, a história de povos que antecederam em suas gerações. Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação (PNE – 2011/2020). O estudo da história e da cultura indígena na escola está regulamentado por uma lei federal. Trata-se da Lei no 11.645/2008 que cria a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura dos povos indígenas nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio do país (BERGAMASCHI e GOMES, 2009). A trajetória da raça indígena no Brasil é marcada por desigualdade, exclusão, escravidão e diversos abusos sexuais que demarcou as relações entre colonizadores e tribos indígenas. Foram inúmeras injustiças e lutas para que, no meio social, houvesse inclusão dessa população, como depois disso tudo ainda não há uma ascensão fixa da história desse povo nos livros didáticos e nas aulas educativas de estudantes brasileiros? A representação e inclusão desse processo é uma forma de inserir e fazer com que conheçam ainda mais sobre essa parcela que hoje compõem todo o social territorial brasileiro. A base de um novo olhar para a causa indígena, algo que fez com que houvesse a prática de diversos direitos representativos a esta parte populacional do Brasil, tem fundamento nos movimentos não-governamentais que surgiram entres os anos de 1980 e 1990 e que trouxeram à cena nacional os debates sobre a educação, a questão cultural e a autonomia dos povos indígenas. Em um dos aspectos discutidos, o respeito à formação de professores indígenas é considerado como formação fundamental para a preservação dos repertórios culturais das comunidades indígenas. Nesse sentido, o artigo busca trazer um relato docente de como os projetos de inclusão da população indígena são benéficos para a inserção de informações acerca dos primórdios a habitar no território brasileiro. Tendo em vista que sua cultura, em diversas comunidades, é remanescente até os dias atuais,

expandir essas informações ao aluno coloca-o como agente reprodutor de conhecimento, a sua experiência em sala de aula chega de forma cognitiva a outras pessoas que estão ao seu redor. Por isso, a importância de discutir esse processo tanto em sala de aula como no projeto político pedagógico da escola. Como diz Castrogiovanni, (2000, p.81): “no ensino da Geografia o local e o global formam uma totalidade” A partir das representações dos lugares, o aluno forma o ideário que envolve a totalidade indissociável do espaço geográfico. **METODOLOGIA:** Como citado anteriormente, trabalho foi desenvolvido na cidade de Natal-RN, na Escola Municipal Adelina Fernandes, localizada na zona norte da cidade, em um dos bairros periféricos da região e com a sociabilidade de paisagens de forma bem diversa, tendo em vista a pluralidade de pessoas e condições financeiras existentes no local. A turma trabalhada por eles foi uma do 5º ano, com média de crianças entre 10 a 13 anos. Nesse sentido, é evidenciado a crença de que cabe à escola, garantir que o ensino da geografia possibilita aos estudantes aprenderem a ler e interpretar o mundo, tenham confiança em si no meio em que vivem, compreenda e respeite o espaço dos outros, enfim, construam seu lugar no mundo e saibam agir nele de uma forma responsável. Segundo Oliveira (2010, p.217):

“ensinar é provocar situações, desencadear processos e utilizar mecanismos intelectuais requeridos pela aprendizagem, que permitirá aos professores empregarem métodos ativos, para engendrar a ação didática em bases sólidas, evitando tentativos ou ensaios e práticas infrutíferas, demasiadamente perigosas sobretudo quando as ações são exercidas sobre crianças e adolescentes”.

Mediante a prática em sala de aula, foram desenvolvidas atividades dinâmicas, incentivando a pesquisa e mostrando que a aprendizagem se dá pela mediação do espaço, podendo assim se pensar que os diferentes saberes interagem para produzir outros. Para a realização dessa atividade, foi ofertado aos alunos dois horários de cada dia de aula, em dois dias, para apresentar a proposta pedagógica sobre a população indígena. A professora orientadora e o estagiário pensaram em integralizar a disciplina de Geografia e História, já que as duas nesse sentida andavam juntas, para conseguir atingir o nível de saber da turma, visto que as crianças são do 5º ano ensino fundamental, foi pensado em falar na teoria, conforme o livro, pedir um desenho sobre o conteúdo e nas duas aulas do segundo dia, trazer um indígena para palestrar com as crianças e inserir elas em sua cultura, de forma mais prática ainda. Esse propósito na atividade partiu de análises críticas sobre os moldes sócio espacial da comunidade indígena e do recorte pedagógico necessário para que os alunos aprendessem sobre o conteúdo e saíssem de lá reprodutores de comunicação em torno da conexão que deve haver entre a integralidade do urbanismo social do século XXI, com a modernidade, ações contemporâneas, e a inserção do respeito a história da população indígena, sabendo que todas merecem respeito e conviver em harmonia. Foi dessa forma que foi possível criar a percepção da adoção de correntes do pensamento no paradigma educativo que contribua para a construção do pensamento ávido nesse contexto da população supracitada, seu comportamento no espaço e a forma de comunicação deles, por isso as opções de atividades descritas foram colocadas em prática na sala de aula, através do desenho os alunos representam e se comunicam trazendo ao docente como foi o entendimento do conteúdo teórico, se divertem e despertam seu senso criativo, as cores, o papel...Na



palestra de prática e integralidade do palestrante com os discentes, ensinando palavras, mostrando brinquedos e interagindo com os alunos, traz ao público-alvo a memorização do entendimento já fixado e reprodução do comportamento ativo em casa, comunicando com a família e amigos como aquele dia foi diferente e o motivo de ser diferente, expandindo o respeito e companheirismo. **REVISÃO DA LITERATURA:** De acordo com Freire (2008), em qualquer modalidade educativa, deve existir na educação o respeito à identidade cultural, mas também o reconhecimento de cada indivíduo em assumir suas culturas e tradições. Isso porque a escola tem como função preparar o aluno, eticamente, para viver em sociedade de forma justa e de qualidade, ao conhecer sobre a cultura do povo originário de seu próprio país, automaticamente há a reprodução de pensamentos críticos que fortalecem sua conduta como cidadão e o tornam seres sociais pensantes e comunicantes. Seguindo a linha de raciocínio, percebe-se que nos artigos 78 e 79 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96, de 20/12/96), é função de o Estado fornecer educação escolar bilíngue aos indígenas, ou seja, em português e nas línguas indígenas. É possível compreender que já existem leis ativas que contribuem para o acesso a este tipo de educação, sendo totalmente contributivas a representação de alunos que se encontram no conteúdo e começam a enxergar respeito a sua cultura, isso denota a uma política pública que, se respeitada, é demonstrado que a democracia está sendo respeitada. Sobre as relações sociais e suas raças, entre elas a indígena, Passo fala: 'Se a escola reflete o modelo social no qual está inserida, isso significa que nela também estão presentes práticas das desigualdades sociais, raciais, culturais e econômicas [...]. A vivência da diversidade étnico-racial no espaço escolar exige que professores, gestores da educação, concebam a escola como um campo de lutas e a pedagogia uma forma de política cultural voltada para um projeto de cidadania, democracia e emancipação. Isso significa mexer com os valores, crenças e culturas consideradas como verdades, significa mencionar as práticas pedagógicas escolares que ainda se pautam por uma concepção colonialista, racista, conservadora e excludente que banalizam e tornam insignificantes as práticas culturais populares.' (PASSOS, p.56-57) Rodrigues (2003) estima que só na Amazônia brasileira havia 700 línguas indígenas antes da penetração europeia. Se essa quantidade de línguas representa de fato uma aproximação da realidade amazônica daquela época, isso significa dizer que mais da metade das línguas indígenas existentes antes da colonização europeia em terra brasileira se perdeu, o que denota totalmente uma desculturalização e maus tratos a diversidade, intolerância estruturada até os dias atuais. Para Rodrigues (2003), apesar da redução quantitativa ainda é possível afirmar que a Amazônia, na atualidade, continua sendo uma das regiões de maior diferenciação linguística do mundo, com mais de 50 famílias linguísticas. De acordo com o Parecer 14/99 do Conselho Nacional de Educação, a educação indígena "diz respeito ao aprendizado de processos e valores de cada grupo, bem como aos padrões de relacionamento social introjetado na vivência cotidiana dos índios com suas comunidades" (BRASIL, 1999 apud BRASIL, 2007, p.94). A educação indígena já existia, de forma informal, mesmo antes da colonização. A atitude dos europeus ao chegarem no Brasil foi de mudar totalmente o percurso da história e criar um entorno novo que demonstrasse a atitude deles como primárias em diversos meios sociais, entre estes, a educação. Segundo Grupioni (2006, p. 43), a escola chegou para os indígenas impondo-se por meio de diferentes modelos e formas, cumprindo objetivos e funções diversas. Ela sempre

esteve presente ao longo de toda história de relacionamento de povos indígenas com representantes do poder colonial e, posteriormente, com representantes do Estado-nação. A primeira fase da educação escolar para indígenas e da Educação Brasileira inaugurou-se em 1546 com a chegada dos Padres Jesuítas. Esses, segundo Simas e Pereira (2010, p. 4), assumiram sozinhos a educação escolar por 210 anos, até sua expulsão pelo marquês de Pombal em 1759. Uma década depois, implantou-se o ensino público oficial. A imposição do modelo escolar e retirada do modelo que a população existente no Brasil já tinha, é uma retirada de costumes e andamento da existência cultural indígena, não ter representatividade em grande escala no ensino escolar do século XXI, é um tratamento de exclusão comparado ao comportamento dos portugueses quando chegaram em solo brasileiro, tendo em vista que essa não inclusão faz com que diversos índios continuem resistindo e lutando por algo que deveria ser direito deles em forma de reparação histórica. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Atendendo para o que o projeto integrado ao ensino proporcionou, a participação do estudante com um papel docente em sala de aula, possibilitou a fomentação do papel profissional do educador em mediar o processo na busca de sempre utilizar os conhecimentos prévios dos alunos, atualizar eles e contextualizar em atividades pedagógicas de fixação e integralização da inserção do educando dentro do tema, de forma saudável e marcante, a ponte de desenvolver o objetivo na elevação de qualidade do ensino na educação básica de escolas públicas. Segundo Carlos (2003, p. 86-87) diz que: “O espaço geográfico é um produto histórico e social onde o homem não se relaciona simplesmente com a natureza, mas a partir dela, pelo processo de trabalho, apropria-se da natureza transformando-a em produto seu, como condição do processo de reprodução as sociedades”. Na concepção de aprendizagem acadêmica, perceber as ações, metodologia e didática de como conduzir uma sala de aula, como ter estratégias para que o aluno preste atenção no conteúdo dado e tratar de forma coerente a abordagem para que não haja interpretações deturpadas, foram as reflexões entre várias que o acadêmico ao realizar a atividade no estágio teve. A importância da geografia em sala de aula se contornou perfeitamente com essa prática, salientando a sua união com outros conteúdos, utilidade social e investimento em construir ações necessárias para avivar a reprodução de comportamento social justo e correto dos alunos em fase de crescimento intelectual e físico. O lugar caracterizado como localização espacial, mas sobretudo como o espaço vivido, é uma dimensão da geografia humanística onde se procura resgatar a experiência espacial do aluno. Na palestra a principal coisa abordada foi essa, o lugar e seus espaços fragmentados, a cultura remanescente, as paisagens e seus adornos, como elas se comportam no processo de regionalização e a construção de ações meio a vida e tradição indígena. A proposta aos alunos é transformarem o desenho em conhecimento e o que ouviu na palestra em reprodução do conhecimento representado no desenho, ao se tratar da origem do espaço, cultural e condições de vida o aluno se sente ator do momento e começa a entender que a diversidade e continuidade do respeito deve ser entrelaçada, também, por ele. Segundo o autor O’Sullivan, “Uma transformação acontece, ao mesmo tempo emocionante e assustadora.” (2004, p. 25). Ao longo do desenvolvimento do trabalho, foi obtido um resultado espetacular e grandioso. Além da construção de ações entre paisagens, espaço e região diferente apresentada ao aluno, tendo em vista a explicação supracitada da palestra, o aluno sai da atividade ciente da diversidade, de um conceito correto sobre a vida dos indígenas e não mais com a imagem de fantasia do mesmo

na cabeça e por fim, a reprodução do comportamento em sala de aula expandida no seu cotidiano familiar e de amigos e amigas, o olhar novo sobre uma sociedade nova, para eles, fez total diferença no processo de crescimento pessoal e acadêmico. **CONCLUSÃO:** Contudo o presente trabalho foi bastante vantajoso e construtivo para a construção do saber docente e aspecto de vivência dentro de sala de aula, a ciência que busca interagir multidisciplinaridades no espaço geográfico deve ser pautada cada vez mais na condição de mostrar e transformar o conhecimento teórico e prático dos meios educacionais. A criança em torno destes procedimentos se sente atingida educacionalmente quando a sua volta é exportada a diversidade de vivências, regiões, pessoas e meios de habitação. Para o graduando na licenciatura, a atividade se torna mais que importante, se torna fundamental para atingir o seu meio de comportamento e escolhas, tendo em vista que a prática em sala de aula é de extrema satisfação para saber se irá querer seguir ou não na área profissional, e se escolher trilhar esse caminho, se movimentar para o desenvolvimento do educador.

## REFERÊNCIAS

**AUTORES INDÍGENAS refletem sobre literatura.** São Paulo: Estadão Conteúdo, 23 ago. 2020. Disponível em: <https://istoe.com.br/atores-indigenas-refletem-sobre-literatura/>. Acesso em: 03 jun. 2021.

CASTRO GIOVANNI, Antônio Carlos *et al.* **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões.** Porto Alegre: Ed. da Universidade / UFRGS / Associação dos Geógrafos seção. 1999.

CAVALCANTE, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção do conhecimento.** Campinas: Papyrus, 2003.

GOMES, N. C.; GOMES, G. C.. A importância da Educação Escolar Indígena no Processo de Valorização da Identidade Indígena. *In: XI CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. EDUCAÇÃO SIRSSE.* Curitiba- PR. XI Congresso Nacional de Educação. EDUCERE, 2013.

LACOSTE, Yves. **A Geografia serve, em primeiro lugar para fazer a guerra.** 3. ed. São Paulo: Papyrus, 1993.

NAZARENO, ELIAS; ARAÚJO, O. C. G.. **História e Diversidade Cultural Indígena na Base Nacional Comum Curricular (2015-2017).** TEMPORIS [AÇÃO], v. 18, p. 35-60, 2018.

O'SULLIVAN, Edmund. **Aprendizagem transformadora: uma visão educacional para o século XXI.** São Paulo. Cortez: Instituto Paulo Freire, 2004. (Biblioteca Freiriana, v.8).

**OLHAR INTEGRAL para os saberes tradicionais e do território.** Pará: Ingrid Matuoka, 2018. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/educacao-indigena-olhar-integral-para-os-saberes-tradicionais-e-doterritorio/>. Acesso em: 03 abr. 2021.

OLIVEIRA, Lívia de. **Estudo metodológico e cognitivo do mapa.** Tese de livre docência. Rio Claro: Igce/Unesp, 1977.

PETRUCCELLI, J. L.; SABOIA, A. (Org.). **Características Étnico-Raciais da População: Classificações e Identidades.** Rio de Janeiro: IBGE, 2013. v. 1. 203p.

SILVA, E. **Povos indígenas no Nordeste:** contribuição a reflexão histórica sobre o processo de emergência étnica. Mneme (Caicó. Online), Natal - RN, v. 4, n.7 – fev./mar., 2003.



## CONTOS DE UM POVO DA CIDADE DE EXTREMOZ

### **AUTOR (ES):**

Ângela Maria do Livramento Silva  
Daniela Kaline Ribeiro da Silva Machado  
Diana Monique  
Letícia Rocha

**INTRODUÇÃO:** O presente trabalho tem por finalidade de pesquisar a cultura popular da cidade de Extremoz/RN, com o intuito de fazer o leitor refletir e perceber acerca das lendas existentes na região como forma de conhecer o folclore dessa região.

**OBJETIVO:** Resgatar as lendas que deram origem da cidade de Extremoz.

**METODOLOGIA:** A metodologia foi uma pesquisa bibliográfica em que buscamos os recursos culturais da cidade em especial as lendas que fazem parte da oralidade cultural do nosso povo. Para que os alunos conheçam sobre a cidade, de uma maneira diferente, por meio de lendas, entendendo que os contos de um povo podem mostrar quão importante e cheia de histórias fascinantes e de mistérios permeiam nesta cidade e ao mesmo tempo servirá para os nossos alunos no processo educativo valorizem a cultura regional.

**RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Conforme os autores Balandier (1997), Eliade (1972), Geertz (2004), e Merleau-Ponty (1999), as narrativas místicas explicam muitas teorias desde o passado até os tempos atuais em nossa sociedade contemporânea. Muito importante no processo de ensino e aprendizagem pois, “as maneiras de pensar e agir de um povo, preservadas pela tradição popular e pela imitação, e que não sejam influenciadas pelos círculos eruditos” são um fato folclórico (Brandão, 1984, p.31). **CONCLUSÃO:** Vale ressaltar que os contos populares no processo educativo muito contribuem para o ensino e aprendizagem dos alunos já que há uma participação ativa da comunidade escolar na oralidade dos contos e histórias contadas pelos antepassados garantindo a preservação das nossas raízes culturais no cenário da educação.

**Palavras-chave:** Educação. Cultura. Aprendizagem.

## REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é Folclore. São Paulo: Brasiliense, 1984, p, 31.

MARIA, Ângela. KALINE, Daniela. MONIQUE, Diana. ROCHA, Letícia. **Contos de um povo.** R. Orlando Silva, 2897–Capim, Natal – RN, 59080-020 Disponível em: <https://sites.google.com/view/cidade-de-extremoz/origem-da-cidade>. Acesso: 05 nov. 2021.

**WERNECK**, Adriana. **SATO**, Michele. **A importância do mito na aprendizagem: Outra possibilidade de ensinar.** R. Educ. Públ. Cuiabá, v. 23, n. 54, p. 833-851, set./dez. 2014.



## A INCLUSÃO NO PERÍODO DA PANDEMIA

### **AUTORES:**

Edilson Varela da Silva

Joseane Maria Araújo de Medeiros

**RESUMO:** O trabalho abordará o relato de experiência desenvolvido no estágio no período de grande desafio para a educação escolar, especialmente na perspectiva da inclusão. No estágio realizamos o acompanhamento de dois estudantes da educação especial, para superar as barreiras existentes, através do apoio pedagógico planejado. No início do processo foi muito difícil para eles e para o próprio corpo docente que precisou se adaptar às novas ferramentas de sala de aula, atendendo as exigências do afastamento social. No entanto, superada essa etapa inicial, fomos aprimorando as estratégias metodológicas e aproveitando para trabalhar outros conhecimentos importantes no ambiente virtual, percebendo que é possível enfrentar os desafios quando a escola e a família trabalham em conjunto em prol da aprendizagem e da inclusão.

**Palavras-chave:** Estágio. Inclusão. Aprendizagem

**INTRODUÇÃO:** No contexto da pandemia foi necessário o afastamento social, impedindo que a prática pedagógica fosse realizada no ambiente da sala de aula convencional, exigindo das escolas novas estratégias para continuar com o trabalho. Desse modo, as instituições de ensino aderiram a modalidade remota, inicialmente, e posteriormente seguiram com a modalidade híbrida, utilizando uma plataforma virtual de trabalho. Temos como objetivo compartilhar a experiência de aprendizado no estágio na perspectiva da inclusão. Nessa perspectiva, muitos questionamentos foram levantados considerando as especificidades dos estudantes da educação especial e as condições de acompanhamento de uma aula virtual. Assim sendo, algumas estratégias foram adotadas, respeitando a particularidade dos estudantes e tendo como objetivo incluir e desenvolver a sua aprendizagem utilizando as ferramentas digitais. Na Constituição Federal (1988), especificamente no artigo 205, temos a educação como: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Nesta direção, constituiu-se alguns decretos do Ministério da Educação e do Governo do Estado, permitindo a continuidade das atividades pedagógicas através do ensino remoto, respeitando o afastamento social e a formação dos estudantes na educação básica e no ensino superior. O estágio tem

sido uma oportunidade importante que também passou por alterações para atender os protocolos das escolas. A experiência aconteceu em uma escola privada que possibilitou o momento de aprendizado no contexto de pandemia. Segundo Pimenta (2010) o estágio não é meramente um momento de conhecer exemplos técnicos para o exercício da profissão, mas oportunidade para refletir a prática com base na teoria, reafirmar o papel do professor e a função da escola na sociedade. Assim sendo, “A profissão docente é uma prática social, ou seja, como tantas outras, é uma forma de se intervir na realidade social, no caso, por meio da educação que ocorre, não só, mas essencialmente nas instituições de ensino” (LIMA; PIMENTA, 2006, p.11).

**METODOLOGIA:** A experiência foi desenvolvida no estágio com base no estudo de caso, refletindo as condições e necessidades dos estudantes, com o objetivo de superar ou minimizar as barreiras existentes. Entendemos que o estudo de caso “é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo no seu contexto da vida real, mesmo que os limites entre o fenômeno estudado e o contexto não estejam claramente definidos” (CLEMENTE JR, 2012). Os dois estudantes que acompanhamos no processo estavam matriculados no ensino fundamental dos anos finais de uma escola privada na capital do Rio Grande do Norte. A escola, campo do estágio, atende a clientela da classe média e alta, situada no bairro privilegiado da região. A estrutura física e equipamentos de qualidade; bem como, as condições materiais dos familiares para oferecer aos estudantes as ferramentas necessárias para o desenvolvimento das ações planejadas pela escola. Os estudantes possuem laudo de síndrome de Asperger e Síndrome de Down, com visitas semanais a suas respectivas psicólogas e suporte clínico com os especialistas, que também atuam de forma colaborativa com a escola. O planejamento colaborativo, acompanhado pela coordenação pedagógica, permitiu a participação efetiva do estagiário na reflexão sobre as necessidades e potencialidades dos estudantes, na sugestão da organização sequencial dos conteúdos que os professores estavam trabalhando em suas aulas e com a adequação do material didático. A escola adquiriu algumas ferramentas virtuais que permitiram o desenvolvimento, não apenas de aulas remotas/híbridas, mas da possibilidade de trabalhar conteúdos através da gamificação com o auxílio da plataforma Word Wall, permitindo a retomada de conteúdos abordados no início da semana nos momentos de revisão nas sextas-feiras, abordando todas as áreas do conhecimento. Também, vimos a necessidade de trabalhar os aspectos sócio-emocionais, pela dificuldade deles saber lidar com suas emoções, contando com as famílias e com os colegas de sala, possibilitando um maior engajamento e entendimento dos estudantes. Neste trabalho, utilizamos algumas estratégias e dentre elas a plataforma Diversa, que nos permitiu motivar mais no processo. Nesta plataforma temos uma variedade de sugestões direcionadas aos educandos com necessidades educacionais especiais, que foram compartilhados por professores, coordenadores pedagógicos, psicopedagogos, e outros profissionais da educação. Na plataforma é possível encontrar atividades, relatos de experiências, pesquisas e vários outros materiais de auxílio para se trabalhar com os educandos; adaptando no que for



preciso. **RESULTADOS:** Os estudantes se adaptaram, de forma positiva, a modalidade de ensino remoto/híbrido com o apoio pedagógico sistematizado e didaticamente adaptado às necessidades deles. No início do ano letivo eles estavam dispersos, com baixa concentração nas aulas e nas atividades. Para redimir essa questão, adotamos outros recursos para auxiliar melhor na concentração deles. Passamos a utilizar áudios-visuais, ou melhor, vídeos educativos da plataforma do youtube e youtube kids com temas que permitiram associar ao assunto estudado, permitindo a introdução da aula ou mesmo sua continuação. Observamos que eles conseguiam entender melhor ao utilizarmos na atividade escrita um vídeo didático explicativo sobre o assunto abordado. Então, vimos que o recurso da linguagem visual tinha contribuído bastante, para adaptação deles na aprendizagem. Eles também, se mostravam interessados pelas aulas de apoio pedagógico, participando das atividades propostas sem resistências e com confiança em colocar suas dúvidas e entendimento, pois nem sempre este comportamento era presente. É importante mencionar que a cada dois meses foi elaborado um relatório com os significativos avanços destes estudantes, relacionando também os pontos que estavam tendo mais dificuldades com as atividades e as aulas, repassando esse relatório para a coordenação. **CONCLUSÃO:** A experiência destacou a relevância do estágio no processo de formação do pedagogo, permitindo a reflexão sobre a associação teoria e prática. Além do mais, entender a dinâmica de um trabalho pedagógico, em contexto adverso, como da pandemia, limitando as condições de acompanhamento do coletivo presencial de uma sala de aula regular. Destacamos também, a importância do pedagogo estar aberto para aprender e reinventar sua prática, principalmente no que se refere à inclusão, pois ela por si própria, exige um ensino que extrapola os padrões aplicados por várias décadas e que se mantém como modelo na educação tradicional, pois nem todos aprendem no mesmo ritmo e forma. Outra questão que evidenciamos nessa experiência são as condições materiais: recursos e tempo para planejar de forma colaborativa, pois nem tudo depende apenas do professor, mas somasse as possibilidades de investimento da própria escola, organizando a dinâmica do trabalho e carga horária desse profissional o tempo destinado. A família também exerceu um papel primordial no processo desse investimento da escola, participando e contribuindo no que for necessário orientado pelos professores e outros profissionais, para permitir que os estudantes possam se desenvolver em todas as áreas do conhecimento.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 31 out. 2021.

CLEMENTE JR., Sergio dos S. Estudo de Caso x Casos para Estudo: esclarecimentos acerca de suas características. **Anais do VII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul**, Caxias do Sul – RS, 2012.

LIMA, Maria Socorro Lucena; PIMENTA, Selma G.. Estágio e docência: diferentes concepções. **Revista Poíesis**, v. 3, números 3 e 4, p.5-24, 2005/2006.

PIMENTA, Selma Garrido. **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez Editora, 2010.



## ELUCIDAÇÕES AO ATO DE BRINCAR NA INFÂNCIA

### AUTOR:

Gabriela Cristina Vieira

**INTRODUÇÃO:** A brincadeira pode ser formada ao longo de nossa existência, baseada na forma em que cada sujeito utiliza para designar o seu brincar (PIAGET, 1995). Ela é importante no crescimento e desenvolvimento da criança, no campo educacional, ela é vista como um instrumento de aprendizagem e não somente como algo que gera entretenimento, deve ser considerada como fundamental no desenvolvimento infantil, nesse viés, a pesquisa tem como temática a importância da brincadeira para o desenvolvimento da criança e como objetivo perceber a relevância e influência que a brincadeira exerce no desenvolvimento infantil. **METODOLOGIA:** Pesquisa qualitativa, revisão de literatura em obras de Piaget (1995), Vygotsky(1984), Chateau (1987), Dantas (2017), Wajshop (1995), Queiroz, Maciel e Branco (2006). **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Percebe-se que a brincadeira é um fator determinante no processo de desenvolvimento da criança, pois a brincadeira pode ter sinônimo de prazer, mas também, para dominar algum sentimento retraído dentro de si, como a raiva, o medo, a angústia, além de ser condição para comutação de seu comportamento. A Brincadeira bem aplicada no contexto escolar poderá contribuir de maneira significativa no ensino dos alunos, de forma qualitativa e crítica no desenvolvimento e pode melhorar o relacionamento dos alunos frente à sociedade, pois é uma forma de inserção de forma espontânea e simples. **CONCLUSÃO:** Constata-se que o brincar é sinônimo de aprender, pois concebe a criança o espaço de pensamento, é a partir da brincadeira que a criança consegue reproduzir situações vivenciadas no seu dia a dia, referente a experiências já passadas e novas interpretações. A brincadeira atrelada às práticas educacionais auxilia a criança no descobrindo e conhecimento de si mesma, tornando-se cidadã crítica e autônoma no mundo, contribuirá também de forma eficaz no aprendizado de resolução de problemas e no desenvolvimento das capacidades e habilidades no meio social. **Palavras-chave:** Brincadeira. Desenvolvimento infantil. Instrumento de Aprendizagem.

### REFERÊNCIAS

CHATEAU, Jean. **O jogo e a criança**. São Paulo: Summus, 1987.

DANTAS, Gisarla Pereira. **O brincar no desenvolvimento infantil**. São Paulo: Senac, 29 set. 2017.

PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

QUEIROZ, Norma Lucia Neris de; MACIEL, Diva Albuquerque; BRANCO, Angela Uchôa. Brincadeira e desenvolvimento infantil: um olhar sociocultural construtivista. **Paidéia** (Ribeirão Preto) [online]. 2006, v. 16, n. 34, pp. 169-179. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2006000200005>. Acesso em: 02 nov. 2021.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

WAJSHOP, Gisela. **Brincar na pré-escola**. São Paulo: Cortez, 1995.



## A ORIGEM DA CIDADE DO NATAL

### **AUTORES:**

Luciana Isbelo dos Santos Araujo

Milene de Oliveira Lima

Quelly Flavianny Ribeiro Gonçalves Freitas

Thaynara Silva de Lima Souza

**INTRODUÇÃO:** Este estudo apresentar a origem da cidade do Natal a sua história e seu surgimento nas margens do Rio Potengi em 1599, tudo começou com as capitanias hereditárias quando o Rei de Portugal Dom João III, em 1530 dividiu o Brasil em lotes. **OBJETIVO:** Refletir e conhecer a história do Rio Grande do Norte como um marco importante na construção da história de um povo. **METODOLOGIA:** Para realização do presente trabalho foi feita uma pesquisa exploratória, tendo como fonte de pesquisa sites e dados da prefeitura do Natal. Nos quais buscamos fomentar a importância de conhecer a história da capital do Rio Grande do Norte. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Segundo dados do IBGE constatamos que antes da primeira expedição portuguesa os franceses já aportavam por aqui para contrabandear o pau-brasil que resultou no fracasso à primeira tentativa de colonização dos franceses em terras potiguares. Uma nova expedição comandada Por Mascarenhas Homem e Jerônimo de Albuquerque em 25 de dezembro de 1597 veio para afugentar os franceses das terras e retoma a capitania, após o ataque dos índios e os corsários franceses os portugueses começaram a construção do forte (Fortaleza dos Reis Magos) tendo em vista o dia de Santos Reis. O nome da cidade do Natal tem duas origens relaciona ao dia que a esquadra entrou na barra do Potengi ou a data da demarcação do sítio efetuada por Jerônimo de Albuquerque no dia 25 de dezembro de 1599. **CONCLUSÃO:** Ao concluir a pesquisa sobre a origem da cidade do Natal, percebemos a importância de conhecermos nossa história e mediar esse conhecimento com nossos alunos de modo que eles conheçam de fato como se deu a história de Natal e conseqüentemente do nosso estado e dos pontos turísticos que são relevantes na construção da história do povo, pois possibilita uma reflexão como também a interação com o espaço geográfico no qual estão diretamente inseridos, contribuindo assim com o conhecimento, tanto sobre o motivo da criação da cidade, bem como sobre as mudanças que ocorreram até os dias de hoje.

## REFERÊNCIAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **História da Natal**. Disponível em:  
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/natal/historico> Acesso em: 05 nov. 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL. **Anuário**. Disponível em:  
<https://natal.rn.gov.br/cidade-de-natal-rn>. Acesso em: 05 nov. 2021.

.



## A EDUCAÇÃO INFANTIL E AS ADVERSIDADES NA PANDEMIA

### AUTORES:

Glauciane Timbó Ferreira

Jeossana Gleizer Ribeiro de Araújo Souza

Arashely Araújo de Medeiros

**INTRODUÇÃO:** O trabalho pedagógico na educação infantil tem as suas particularidades e sua importância para o desenvolvimento da criança. Deste modo, temos o objetivo de refletir sobre a experiência pedagógicas na pandemia nessa etapa da educação básica. No período do risco da proliferação do vírus se fez necessário o afastamento social, provocando muitos conflitos no exercício da profissão e desafios para tornar possível as ações pedagógicas. Os recursos tecnológicos na prática educativa foram muito importantes para minimizar as barreiras existentes pelo afastamento. **METODOLOGIA:** A experiência foi desenvolvida em um CMEI - Centro Municipal de Educação Infantil, atendendo o público infantil dos 2 aos 5 anos e 11 meses, na perspectiva de contribuir nas aprendizagens das crianças através dos campos de experiências, estabelecidos pela BNCC - Base Nacional Comum Curricular, contemplando os direitos de aprendizagens com objetivos específicos para o desenvolvimento de habilidades e competências. **RESULTADOS:** No momento inicial fomos surpreendidos pelo vírus, exigindo a superação dos desafios na pandemia em realizar uma prática pedagógica, atendendo às especificidades da educação infantil e enfrentando as limitações das famílias para contribuir com as ações diferenciadas. As crianças na prática presencial se apropriam da rotina escolar, se adaptam às professoras, colegas e as atividades pedagógicas, mas no contexto da pandemia elas ficaram impedidas do seu direito de aprender através da experiência da sala de aula. As professoras precisaram se reinventar nas suas práticas, buscando adquirir conhecimentos de recursos tecnológicos para minimizar as barreiras existentes. O papel do professor é imprescindível, considerando que a “escola hoje deve possuir um caráter formador, aprimorando valores e atitudes, desenvolvendo desde a educação infantil, o sentido da observação, despertando a curiosidade intelectual das crianças, capacitando-as a serem capazes de buscar informações, onde quer que elas estejam a fim de utilizá-las no seu cotidiano (KREFTA, 2011, p.25). As famílias foram convocadas para participar mais intensamente do processo, fazendo o papel das professoras nas atividades encaminhadas. Para atender essa necessidade as professoras participaram de formações, prepararam vídeos, atividades impressas, entre outras ações pedagógicas lúdicas, possibilitando às crianças terem, mesmo que limitadas, momentos relacionados às práticas da escola. **CONCLUSÕES:** As experiências foram transferidas para o espaço das residências das crianças, permitindo outros aprendizados que à distância também foram importantes, como por exemplo, se comunicar através dos recursos virtuais. Porém, ainda temos a questão das interações sociais que ficaram prejudicadas, por não

permitir a criança aprender a dividir e esperar a vez; entre outros conhecimentos que são importantes no eixo eu e o outro da BNCC. Segundo Rego (2011, p.61) “o desenvolvimento do sujeito humano se dá a partir das constantes interações com o meio social em que vive, já que as formas psicológicas mais sofisticadas emergem da vida social [...] mediado pelo outro (outras pessoas do grupo cultural), que indica, delimita e atribui significados à realidade”. Portanto, podemos afirmar que diante das adversidades da pandemia o papel e atuação das professoras foram importantes no estabelecimento de vínculos, mesmo que virtuais, com as crianças e as famílias. E que os aspectos e conhecimentos que não foram possíveis de se investir pedagogicamente deverão ser priorizados nos planejamentos do retorno presencial.

**Palavras-chave:** Educação infantil. Pandemia. Aprendizagem

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: 09 out. 2021.

KEFTA, Silvana. **Metodologia de Ensino e Educação Infantil**: algumas considerações sobre a trajetória da escola infantil no Brasil. São Paulo: vozes, 2011.

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky**: uma perspectiva histórico-cultural da educação. 22.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.





## O PALÁCIO POTENGI

### **AUTORES:**

Iza Airdes Gomes da Rocha Silva  
Jeremias Kim Cardoso da Rocha Chacon  
Júlia Erotildes Silva de Oliveira  
Maria Luiza Varela Bezerra  
Sabrina Izarely da Silva Pegado

**INTRODUÇÃO:** Este estudo tem como intuito apresentar a história do Palácio Felipe Camarão que fica localizado em Natal (Rio Grande do Norte) que hoje funciona como a sede do poder executivo do município de Natal e recebeu o nome de Palácio Felipe Camarão através da Lei 359/A, de 1955, em homenagem ao índio Poti, que era o chefe dos Potiguares, tribo que habitava as margens do Rio Potengi. O prédio do Palácio Felipe Camarão foi construído no ano de 1922, pelo construtor Miguel Micussi, sendo inaugurado no mesmo ano no dia 7 de setembro, marcando o Centenário da Independência do Brasil, na administração do governador Antônio José de Melo e Souza (1920-1924) e do intendente municipal Teodósio Paiva. Antes, havia no local um casarão de linhas coloniais onde funcionava a Presidência da Intendência Municipal. **OBJETIVO:** Resgatar a história do Palácio Felipe Camarão como patrimônio histórico e cultural da nossa cidade e sua importância para o turismo pedagógico. **METODOLOGIA:** A pesquisa tem como caráter exploratório sendo realizadas através de pesquisas consultando sites na internet na página da prefeitura Municipal de Natal, ressaltando a história e a evolução do palácio Felipe camarão, retratando a cultura e as lutas do Antônio Felipe camarão conhecido como índio Poti que se destacou nas lutas para expulsão dos invasores holandeses na capitania de Pernambuco. O palácio fica localizado no bairro Cidade Alta, na Zona Leste da cidade. Nesse sentido, enfocamos a importância do turismo pedagógico para o processo de ensino aprendizagem. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** É importante para o docente conhecer sua cidade para produzir vivências e saberes fora do ambiente escolar com o turismo pedagógico para que os alunos adquiram conhecimento sobre a história da cidade e passe a valorizar o nosso patrimônio cultural. **CONCLUSÃO:** Concluímos que o trabalho nos proporcionou conhecimentos históricos em relação ao Palácio Felipe Camarão, proporcionando vivências culturais, através desse marco histórico que transformou a história da política do município de natal.

**Palavras-chave:** Educação. Aprendizagem. Cultura.

## REFERÊNCIAS

PESSOA, Udymar. **Palácio Felipe Camarão**. Disponível em:  
<https://www2.natal.rn.gov.br/natal/ctd-670.html>. Acesso em: 03 nov. 2021.



## EXTENSÃO: ESPAÇO DE PROTAGONISMO ESTUDANTIL

### AUTORES:

Brunna Patrícia do Nascimento Mourão

Edilson Varela da Silva

Jávyla Danyvia Amorim do Nascimento

Joseane Maria Araújo de Medeiros

Lúcia de Fátima da Cunha

**INTRODUÇÃO:** A atividade de extensão faz parte do processo de formação do discente, constituída no tríplex relação ensino, pesquisa e extensão. Essa finalidade formativa encontra-se amparada na resolução nº 07, 18 de dezembro de 2018, baseada no Plano Nacional de Educação (2014-2024) e na Lei nº 13.005/2014, que estabelece as diretrizes fundamentais para a sua concretização. Neste trabalho, temos o objetivo de compartilhar uma prática extensionista, destacando a atuação do discente como protagonista do processo. O campo de aprendizagem não se limita mais ao espaço da sala de aula convencional e os conhecimentos são construídos também nas experiências que os discentes participam. No contexto acadêmico as oportunidades de envolver os discentes no planejamento e execução das ações de extensão tem sido necessária, colocando-os na condição de protagonistas no processo, principalmente no curso de Pedagogia que prepara os profissionais para atuarem no ensino. **METODOLOGIA:** A experiência aconteceu em formato de minicurso baseado nos princípios: do diálogo, do respeito aos saberes dos discentes na condição de autores e não reprodutores, da inclusão e democratização do conhecimento; fundamentados pela defesa de Freire (2019). A ação de extensão foi desenvolvida com os discentes de Pedagogia atuando como protagonistas, no espaço da plataforma virtual da IEs (instituição de Ensino Superior) e contando com a participação de discentes de vários cursos interessados nas temáticas. Realizamos no total três ações com temas diversos, mas que contemplavam a necessidade da comunidade interna e externa. Nos minicursos abordamos o uso da plataforma virtual e atividades complementares, orientações de organização de estudo, o trabalho com as emoções através das LIBRAS. **RESULTADOS:** A experiência foi inovadora, permitindo um maior envolvimento e aprendizagem dos discentes envolvidos no processo de planejamento pedagógico de um minicurso. A função de ministrante também promoveu aprendizados que geralmente limitavam-se a executantes, trazendo o discente para o protagonismo, para que ele saiba interagir com os participantes, abordando os conhecimentos de forma segura. **CONCLUSÕES:** A atividade de extensão promoveu uma reflexão sobre a prática pedagógica. No contexto da experiência percebe-se a importância da utilização das mídias educacionais, entendendo que deverá fazer parte da futura atividade profissional. Na oportunidade os discentes foram desafiados a superar as barreiras, motivados a ser proativo, para estudar, planejar e executar com autonomia as ações planejadas. O

professor, não deve atuar como detentor do saber único e imutável e sim como aprendiz, que permanece em constante crescimento. Nesse sentido, compreende-se que por meio dessas ações de extensão os discentes puderam expandir seus conhecimentos, ensinando e aprendendo, como defende Freire (2014). Dessa forma, espera-se que outras ações possam contribuir ainda mais para quebrar o paradigma em relação as práticas da extensão, transformando barreiras em possibilidades de crescimento para todos os envolvidos.

**Palavras-chave:** Extensão. Protagonismo. Aprendizagem.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Resolução nº 7, 18 de dezembro de 2018.** Diretrizes para Extensão na Educação Superior Brasileira. Disponível em:  
[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category\\_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 31 out. 2021.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz & Terra, 2019.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido.** São Paulo: Paz & Terra, 2014.



## ROTEIRO DE TURISMO PEDAGÓGICO, NOS PONTOS TURÍSTICOS DO BAIRRO DA RIBEIRA NATAL - RN

### AUTORES:

Jeise Freire do Nascimento

Lúcia de Fátima da Cunha

**INTRODUÇÃO:** O presente trabalho, destaca a importância do centro histórico da cidade de Natal-RN situado no bairro da Ribeira, palco de grandes acontecimentos sociais, econômicos e culturais da cidade. Como também resgatar sua importância na história local tendo em vista todos os fatos que ocorreram no bairro da Ribeira em períodos em que Natal era uma cidade muito importante no cenário mundial. O presente trabalho, discutirá a necessidade que esses fatos sejam resgatados como base para o turismo pedagógico, como recurso didático para aprendizagem e construção do conhecimento. **OBJETIVO:** Refletir e conhecer a história de Natal-RN, tendo o bairro da Ribeira como base desse resgate cultural como também conhecer os pontos turísticos da cidade que é capital do estado, que teve em sua história momentos de glamour, resistência e negociações importantes para o país. **METODOLOGIA:** Para fazer o trabalho, foi preciso fazer pesquisa exploratória sobre o bairro da Ribeira, como também visitar seus principais pontos turísticos, análise de fotografias antigas de fatos que passaram neste bairro, onde foi necessária explicação histórica de cada imagem contida nessas fotografias, como também um olhar antropológico sobre o que isso representa da nossa cultura. Além de pesquisa bibliográfica da história de Natal-RN. **RESULTADOS:** O resultado da pesquisa exploratória nos mostrou que, no bairro da Ribeira, temos diversos pontos turísticos que mesmo se tratando de construções antigas, resistem até os dias e hoje, sendo aptos a visitação na forma de turismo pedagógico. Como principais pontos histórico-culturais incluídos nesse estudo temos: O Grande hotel, começou a funcionar em setembro de 1939, conhecido por hospedar os soldados norte-americanos que ficaram em Natal durante a segunda guerra mundial, além de grandes figuras da sociedade brasileira. Em dezembro de 1991 foi tombado como patrimônio histórico a nível estadual. Igreja Bom Jesus construída na metade do Sec. XVIII, onde se batizou Luiz da Câmara Cascudo, grande folclorista e pesquisador da cultura brasileira; Museu da rampa, rampa para hidroaviões no rio Potengi, foi ponto de parada para aviadores que atravessavam o atlântico sul entre as décadas de 1920 e 1940, mais tarde durante o conflito mundial abrigou a maior base militar dos E.U.A. fora daquele país, devido sua posição estratégica. **CONCLUSÃO:** É necessário que os alunos,

possam conhecer a história do seu Estado e de sua cidade como também de seus pontos turísticos, que se apropriem da história do nosso povo, saibam da importância desses fatos para nossa cidade, aprendam a ter uma participação ativa na construção de seu próprio conhecimento.

## REFERÊNCIAS

GURGEL, Geraldo. **Museu da rampa**: um presente para o turismo potiguar. Disponível em: [www.gov.br](http://www.gov.br). Acesso em: 08 nov. 2021.

MEDEIROS, Rostande. **As nossas velhas igrejas de Natal**. Disponível em: [tokdehistoria.com.br](http://tokdehistoria.com.br) acesso em: 08 nov. 2021.

PAIVA, Lara. **O que foi o grande hotel de natal?** Disponível em: [brechando.com](http://brechando.com) acesso em: 08 nov. 2021.



## O PAPEL DA ESCOLA NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

### AUTORES:

Davi Cerqueira da Silva  
Kellyane do Amaral Santa Fé  
Selma de Oliveira Benicá

**RESUMO:** A violência de gênero é um problema mundial e antigo e está presente praticamente em todos os países considerados civilizados. Ao longo da história, matar, agredir e estuprar mulheres tornou-se cada vez mais comum, logo com a chegada das escolas para a sociedade em geral, os estudantes se modificaram junto com a história, se tornando reprodutores de pensamentos críticos, fomentando o ensino como um poder decisivo para a redução da violência contra a mulher. O texto objetivou trazer uma análise reflexiva sobre o papel da escola na aprendizagem, visando contribuir na desconstrução de uma cultura preconceituosa que envolve a mulher. Para ilustrar e embasar o raciocínio, o artigo trouxe a percepção e construção de documentos enfatizados dos órgãos responsáveis pela educação dos cidadãos brasileiros, para a reflexão crítica da construção de informações empíricas em torno do conteúdo que está sendo e que deve ser trabalhado no ambiente educativo das crianças e adolescentes.

**Palavras-chave:** Gênero. Instituição de ensino. Violência.

**INTRODUÇÃO:** Haja vista o papel escolar presente no meio social, a atualidade e suas funções como corpo escolar que modifica e integra as ações extensivas do discente, a violência doméstica se torna um tema presente a fim de conscientizar e cumprir com o papel de ensino aprendizagem crítico, onde em maior evidência, o movimento de formação individual do indivíduo também é tido na instituição de ensino. Para Saffioti (2001), a violência de gênero é proveniente de um exercício da função patriarcal do homem, levando ao entendimento de que, diante da necessidade de garantir a obediência da sua vítima potencial, este tenderia a fazer uso da violência. Tal relação de poder, em se tratando da violência doméstica, teria fundamento na ideia de que o macho seria o provedor das necessidades materiais da família. Ainda, nesse sentido, o próprio gênero acaba por se revelar numa camisa de força: o homem deve agredir, porque macho deve dominar a qualquer custo; e mulher deve suportar agressões de toda ordem, porque seu “destino” assim determina” (SAFFIOTI, 1999. P.88). No Brasil, a Lei Maria da Penha, considera violência contra a mulher, os seguintes tipos de violência: Art. 7º: São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

- I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;
- II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;
- III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;
- IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;
- V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. (BRASIL, 2006.).

Desde a criação da LDB em 1961, a escola mudou, as idades de entrada na escola se modificaram, e o sistema de ensino se transformou para que pudesse andar conforme os períodos que a sociedade estava se adaptando. Isso tudo implicou em processos de mudanças nas políticas públicas que equilibram o andamento de desdobramento processual educacional e qualificam ainda mais o setor. Nas ações extensivas que há no método de ensino escolar, na função das oito inteligências, no meio corporativo de métodos conscientes para a luta pela equidade social, no que tange ao caso de violência contra a mulher, a escola tem um papel crucial. Na contemporaneidade, o papel da escola é “atenuar, em parte, os efeitos da desigualdade e preparar cada indivíduo para lutar e se defender, nas melhores condições possíveis, no cenário social”. Da mesma forma, envolve, também, preparar os educandos para refletir criticamente e conduzir-se democraticamente em uma sociedade não democrática (GIMENO SACRISTÁN & PÉREZ GOMÉZ, 1998, p. 22-24). Consta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDBEN 9.394/96, Art. 32º, que o Ensino Fundamental tem como objetivo a formação básica do cidadão. Destacamos alguns pontos, entre o primeiro e quarto incisos, onde diz que o aluno ao cursar o Ensino Fundamental deve ser desenvolvido na capacidade de compreensão do ambiente natural e social, formado nas atitudes e valores, fortalecido nos vínculos de família, nos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. No Brasil, sob o pretexto do adultério, o assassinato de mulheres era legítimo antes da República. O Código Criminal de 1830 atenuava o homicídio praticado pelo marido quando houvesse adultério. Observe-se que, se o marido mantivesse relação constante com outra mulher, esta situação constituía concubinato e não adultério. Posteriormente, o Código Civil (1916) alterou estas disposições considerando o adultério de ambos os cônjuges razão para desquite. Entretanto, alterar a lei não modificou o costume de matar a esposa ou companheira. A sala de aula é o espaço em que pode haver a diminuição da distância entre a



desinformação e o conhecimento que ajuda na clarificação e criação de pensamentos reflexivos, críticos e práticos de uma atitude necessária ao progresso social, é por isso que o docente e a escola entram, também, como atores principais em casos como o da pesquisa, tendo em vista a contribuição necessária para se fazer presente na prática o direito educacional garantido pelo estado. Appiah (2012), ao estudar como ocorrem as revoluções morais nas sociedades, a partir da análise dos códigos de honra, deixa claro que a luta para superar a violência contra a mulher continua e que ainda está distante de ocorrer uma revolução moral desse sentido, mediante as concepções de que ainda é possível se matar mulheres em diversas partes do mundo em nome de uma honra, da mesma forma que eram aceitos os duelos e a escravidão atlântica. Segundo o autor, “a morte por questão de honra só findará quando for considerada uma desonra”. **METODOLOGIA:** Foi utilizado o método de pesquisa qualitativa com a finalidade de analisar teorias de autores a violência contra a mulher no espaço escolar e como isso tudo pode refletir na vida dos alunos. A finalidade é apresentar respostas que contribuam com os estudantes e docentes e permeiam em torno da educação em poder promover uma melhora dentro do ambiente escolar. Para isso, a pesquisa será baseada em estudos de autores como por exemplo, Oliveira (2012), Rocha (2007), Filomena (2020), Queiroga e Diniz (2014), Freire (1968), Appiah (2012), Gimeno Sacristán & Pérez Gómez (1998), Feldmann (2009), Saffioti (2001 e 1999) e Brasil (2006 e 1997). Assim sendo, o trabalho transcorrerá a partir do método conceitual destes autores, para a construção de uma análise científica embasada corretamente nos preceitos educativos e cerne deste artigo, que se concentra em analisar as ações escolares diante da violência contra a mulher. O estudo terá caráter quantitativo, com ênfase na observação, pesquisas bibliográficas e pesquisa qualitativa ao mesmo tempo que transmite ao leitor a importância do estudo e o quão importante pode ser na vida do discente a contribuição de todos nesse estudo. Este trabalho foi desenvolvido numa perspectiva sócio cultural e educativa, por entender o quão é importante o processo de aprendizagem pelo qual cada discente passa e que a partir desse processo pode haver consequências dentro e fora da sala de aula. Antes mesmo da criação da lei Maria da Penha, o Estado Brasileiro, já havia percebido, ainda que aos poucos, a necessidade de se tratar do tema da violência contra a mulher, ratificando tratados como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher em 1979, e em 1994 a convenção Interamericana Para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher. (OLIVEIRA, 2012). Sob esse enfoque, é inferido que é na escola que muitas crianças e adolescentes começam a se achar e perceber que há um recorte social e estrutural no ambiente, tendo a escola como alvo de segurança para entender, se conscientizar e pensar criticamente como aquilo pode atingir ele de alguma forma. Em segunda análise, no processo de crescimento somos influenciados por pessoas e pelo meio social, nesse caminho passamos a ter uma concepção negativa das gerações anteriores, e vice-versa, onde é concluído uma imagem negativa também a diversidade cultural representada, também, pelo gênero. “Porém, leis sozinhas não bastam. Nessa luta, o papel do docente é fundamental. O professor deve possuir informações, formação, discernimento e sensibilidade sobre a situação da realidade racial e social no país, para contribuição do preconceito e discriminação.” (BRASIL. MEC, 1997 p.4). **REVISÃO DA LITERATURA:** Feldmann (2009) aponta que formar professores, na realidade atual, é deparar se com incertezas e inseguranças; “o professor se vê muitas vezes inseguro, com muitas incertezas diante de seu papel e

da própria função social da escola e do trabalho docente a ser realizado” (p. 77). Tonet considera que:

A educação deve formar (...) indivíduos capazes de pensar com lógica, de ter autonomia moral; indivíduos que se tornem cidadãos capazes de contribuir para as transformações sociais, culturais, científicas e tecnológicas que garantam a paz, o progresso, uma vida saudável e a preservação do nosso planeta (2006, p. 15).

Paulo Freire (1968), diz que “Não há diálogo, porém, se não há um profundo amor ao mundo e aos homens. Não é possível a pronúncia do mundo, que é um ato de criação e recriação, se não há amor que o funda. Sendo fundamento do diálogo, o amor é, também, diálogo. Daí que seja essencialmente tarefa de sujeitos e que não possa verificar-se na relação de dominação”. Quando se estuda a o processo de ensino aprendizagem na escola, é perceptível como o papel pedagógico é de extrema importância para o êxito no corpo escolar, tendo em vista todo esse ciclo, a forma de agir com as demandas de conteúdos passados em sala de aula, assim como, atuações práticas de forma a coagir e encorajar para denúncias no aspecto de violência, nesse caso, contra a mulher, também se faz importante para que o papel escolar seja cumprido de forma completa no quadro institucional. Para Saffioti (2004), a violência de gênero é um fenômeno democrático, pois não escolhe classe social, cor, idade, país ou religião. Inseridas nas relações antagônicas fundamentais formadas pelo nó das contradições de classe social, raça/etnia e gênero, as mulheres vivenciam diversas formas de violência. Todavia, admite-se que aquelas oriundas das classes trabalhadoras, com condições precárias de vida, e as negras, atingidas pelas diversas formas de racismo, estão mais suscetíveis à violência. Falar de violência de gênero não significa, *a priori*, violência do homem contra a mulher, mas ela pode ocorrer da mulher contra o homem, entre homens ou entre mulheres.

Nesse sentido Queiroga e Diniz sinalizam que:

Aliando-se a essas questões, acrescentem-se as problemáticas que particularizam as mulheres numa sociedade permeada pela cultura machista e sexista, cujas expressões se materializam a partir do controle da sua sexualidade, da exploração do erotismo, da mercantilização do corpo e, fundamentalmente, da persistência da violência perpetrada contra esse segmento, cujos números no Brasil são bastante preocupantes, apesar da aprovação da Lei Maria da Penha (2014, p. 96).

No entanto, estas são comprovadamente as maiores vítimas quando a violência se manifesta no seio familiar e o principal agressor é o companheiro, o qual mantém uma relação de afetividade e intimidade. Esta forma de violência "ultrapassa as relações interpessoais do casal, não se caracterizando como um problema privado. Suas raízes sexistas e sua magnitude exigem a interferência do Estado e da sociedade para o seu enfrentamento" (ROCHA, 2007, p. 49). Sobreposto isto, é visto como os autores são reflexivos e diretos ao contribuir com o movimento de garantia educacional de qualidade à todos, que conversem e se baseiam em defender os preceitos sociais contaminados pela sociedade, a fim de abrir a mente crítica do estudante e torná-lo avante no procedimento de reprodução correta perante as leis igualitárias para

homens e mulheres do Brasil. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A violência de gênero é um problema mundial e antigo e está presente praticamente em todos os países considerados civilizados. Ao longo da história, matar, agredir e estuprar mulheres tornou-se cada vez mais comum. Com o advento da industrialização e urbanização do Brasil durante o século XIX, as mulheres tiveram a vida modificada, pois passaram a ocupar o espaço das ruas, a trabalhar fora de casa, a estudar, etc. Com isso, a escola também se modificou, tornando-se um centro de reprodução crítica do posicionamento da mulher na sociedade. Entretanto, apesar das mudanças na posição sócioeconômica destas, a violência contra a mulher continua se fazendo presente na realidade brasileira.

“(…) Assim como o opressor, para oprimir, precisa de uma teoria da ação opressora, os oprimidos, para libertar-se, necessitam igualmente de uma teoria de sua ação. O opressor elabora a teoria de sua ação, necessariamente sem o povo, pois que é contra ele. O povo, por sua vez, enquanto esmagado e oprimido, introjetando o opressor, não pode, sozinho, constituir a teoria de sua ação libertadora. Somente no encontro com a liderança revolucionária, na comunhão de ambos, na práxis de ambos, é que esta teoria se faz e refaz.” (FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.)

Seguindo essa linha de raciocínio, percebe-se que para a construção de uma sociedade mais igualitária, com mais respeito e melhoria das condições de vida das mulheres é fundamental a educação. Nota-se ainda, que na escola, o machismo e o patriarcado se fazem presente, portanto, é fundamental trabalhar a educação com igualdade de gênero para prevenir a violência, caso contrário, será reproduzido o ciclo do pensamento vicioso e violento, da ‘coisificação’ da mulher, que é quando o homem pensa que a mulher é um objeto dele.

Para Filomena (2020, p.1):

“é necessário que comecemos falando em Educação para a igualdade de gênero, pois é o primeiro passo para a prevenção da violência contra as mulheres, visto que a partir da perspectiva machista de que o homem é dono da mulher, gera-se a violência, pois a mulher é coisificada e não sujeito de direito. A Educação possibilita a quebra dessa coisificação da mulher e o entendimento de direitos iguais, de respeito a quem ela é, aos sonhos e objetivos a que ela tem direito, respeito ao seu corpo e a suas escolhas”.

Por exemplo, de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) na Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (Pense), realizada em 2019 com estudantes entre o 7º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio, uma em cada cinco meninas (20,1%) entre 13 e 17 anos já sofreu violência sexual. Assim, é importante ressaltar que o papel da escola não é só disseminar conhecimento, mas contribuir na prática para a formação de uma geração mais esclarecida, consciente e menos preconceituosa. Linda Gordon, apud Saffioti (2004), afirma que a violência não é expressão unilateral do temperamento violento, ela origina-se conjuntamente no seio familiar, ou seja, é formada por elementos que emanam do próprio pensamento social. É fato que a violência de gênero, como fenômeno social, encontra-se presente em todas as classes e “tipos” de cultura. A violência de gênero é vista como um problema de saúde pública, sendo uma das maiores causas do adoecimento,

principalmente de mulheres, meninas e demais integrantes das famílias que vivenciam esta problemática. Atualmente, este tema está sendo debatido cada vez mais em diversos espaços, necessitando se integrar, também, nas escolas como alvo precursor de correntes que quebrem os paradigmas estruturais machistas e no tratamento desigual do gênero. A educação como forma de prevenção e coibição da violência doméstica e familiar contra a mulher, é uma das ferramentas que pode ser utilizada nas escolas para falar sobre a temática e deve ser trabalhada com elementos cotidianos, formando assim, crianças mais conscientes e menos violentas no futuro. O papel da escola é possibilitar aprendizagens significativas que promovam a transformação e a eliminação das grandes diferenças sociais e conflitos existentes na sociedade, buscando contribuir na desconstrução de uma cultura preconceituosa, além de incentivar a reconstrução de uma sociedade mais justa e igualitária, que trabalhe o respeito, a justiça, a igualdade de direitos e equidade de gêneros dentro das escolas e nas comunidades. Freire afirma que dentro de cada pessoa oprimido existe um opressor e para que seja construída a pedagogia da libertação se faz necessário que o oprimido tenha consciência que existe um opressor dentro dele para quando deixar de ser um oprimido não se tornar um opressor, sendo papel da escola e do docente mostrar essa perspectiva ao aluno, ou seja:

O grande problema está em como os oprimidos, que “hospedam” o opressor em si, participar da elaboração, como seres duplos, inautênticos, da pedagogia de sua libertação. Somente na medida em que se descubram “hospedeiros” do opressor poderão contribuir para o partejamento de sua pedagogia libertadora. Enquanto vivam a dualidade na qual ser é parecer e parecer é parecer com opressor, é impossível fazê-lo. A pedagogia do oprimido que não pode ser elaborada pelos opressores, é um dos instrumentos para esta descoberta crítica – a dos oprimidos por si mesmos e a dos opressores pelos oprimidos, como manifestação da desumanização. (FREIRE, 1987, p. 32).

A fim de corroborar com a conscientização das futuras gerações sobre os impactos e consequências da violência contra a mulher em nossa sociedade, recentemente foi sancionada a Lei nº. 14.164 que inclui a prevenção à violência contra a mulher no currículo escolar e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, alterando assim, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

“A Lei recém-publicada tem uma importância muito significativa para a conscientização das futuras gerações sobre os impactos e consequências da violência contra a mulher em nossa sociedade. Nós, do Governo Federal, acreditamos que por meio da educação conseguiremos transformar a realidade de violência em respeito”, afirma a secretária nacional de políticas para as mulheres, Cristiane Britto. (2021).

A Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, deverá ser realizada todos os anos em março, em todas as instituições públicas e privadas de ensino da educação básica e tem como principal proposta contribuir para a divulgação da Lei Maria da Penha, além de impulsionar a reflexão crítica entre estudantes, profissionais da educação e comunidade escolar sobre a prevenção e o combate à violência contra a mulher. Durante o período também serão abordados os mecanismos de assistência

à mulher em situação de violência doméstica e familiar, seus instrumentos protetivos e os meios para o registro de denúncias. Segue o trecho da Lei acima mencionada:

Art. 2º. Fica instituída a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, a ser realizada anualmente, no mês de março, em todas as instituições públicas e privadas de ensino da educação básica, com os seguintes objetivos:

I - Contribuir para o conhecimento das disposições da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha);

II - impulsionar a reflexão crítica entre estudantes, profissionais da educação e comunidade escolar sobre a prevenção e o combate à violência contra a mulher;

III - integrar a comunidade escolar no desenvolvimento de estratégias para o enfrentamento das diversas formas de violência, notadamente contra a mulher;

IV - abordar os mecanismos de assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar, seus instrumentos protetivos e os meios para o registro de denúncias;

V - capacitar educadores e conscientizar a comunidade sobre violência nas relações afetivas;

VI - promover a igualdade entre homens e mulheres, de modo a prevenir e a coibir a violência contra a mulher; e

VII - promover a produção e a distribuição de materiais educativos relativos ao combate da violência contra a mulher nas instituições de ensino.

Dessa forma, pode-se concluir que as escolas ao incorporarem ao seu currículo ações sistemáticas de sensibilização e que promovam acesso à informação, fomentam uma transformação cultural e social, reduzindo as desigualdades de gênero, a violência doméstica e em especial, a violência às mulheres por meio da informação. **CONCLUSÃO:** Ao longo da pesquisa, verificou-se que a educação brasileira ainda é primitiva e detentora de um tradicionalismo estrutural machista que corrobora para a prática cotidiana de desigualdade de gênero nas escolas. A mulher precisa ter seu papel respeitado, sua identidade preservada e garantia de direitos morais escolares condicionantes ao tratamento justo. Por isso, em virtude dos argumentos e fatos que foram estudados, foi visto a necessidade de refletir e repensar a educação brasileira no sentido de contribuir para a conscientização unificada dos exercícios de movimentos da base de defesa da mulher, pois a partir do momento que é trabalhado na escola o pensar sobre a igualdade de tratamento, a sociedade se inclina para constituir uma geração sábia e sem preconceito por gênero. Faz-se necessário incentivar e atuar em todo o ambiente escolar aberto ao diálogo sobre o "empoderamento" feminino, em programas lúdicos ou pedagógicos, e onde se reúnam informações, esclarecimentos e propostas para a erradicação dos casos de agressão contra meninas, jovens e adultas, uma situação dramática e intolerável observada mundialmente, por conta dos altos índices desse tipo de ocorrência. É incoerente na escola haver casos de violência se lá deve ser um lugar de abrigo, acolhimento e preparação para convivência social perante as diretrizes básicas de comportamento éticos do indivíduo.

## REFERÊNCIAS

APPIAH, Kwame Anthony. O código de honra: como ocorrem as revoluções morais / tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006**. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/lei-no-11-340-de-07082006-lei-maria-da-penha/>. Acesso em: 20 jul. 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Fac símle digitalizado (Manuscritos). São Paulo: Instituto Paulo Freire, 1968.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

FREIRE, Paulo. Pedagogy of the oppressed. New York: Herder and Herder, 1970.

FREIRE, Paulo. AGIMENO SACRISTÁN, J; PÉREZ GOMÉZ, A. I. Compreender e transformar o ensino. Porto Alegre: Artmed, 1998.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. Maria da Penha: Quem é Maria da Penha. Sem data. Disponível em: 27 jul. 2015.

SAFFIOTI, H. I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. Cadernos Pagu. Campinas, n. 16, p. 115-136, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a07.pdf>. Acesso em: 25 out. 2021.»  
<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a07.pdf>.

TORNET, Ivo. Educação e formação humana. *In*: **Revista UNIOESTE**. Foz do Iguaçu, v. 8, n. 9, 2006.



## INVASÕES HOLANDESAS NO RIO GRANDE DO NORTE

### AUTORES:

Bruna Letícia Ribeiro Alves  
Jéssica Joicy Pontes de Paiva  
Lídia Gabriela da Silva Barros  
Ruth Domingos Cortez  
Lúcia de Fátima da Cunha

**INTRODUÇÃO:** O presente trabalho tem por finalidade apresentar a história do período do domínio Holandês no Rio Grande do Norte, que ocorreu no período de 1633 – 1654. As invasões ocasionaram diversos atos de violência que culminaram nos massacres de Ferreiro Torto, Cunhaú e Uruaçu, liderados por Jacob Rabbi com apoio dos indígenas. Esses acontecimentos fizeram parte da nossa história e resultaram na construção sociocultural do nosso estado. **OBJETIVO:** Conhecer e compreender a história do RN. **METODOLOGIA:** Para realização do presente trabalho foi feita uma pesquisa bibliográfica à luz de artigos científicos, textos de *blogs* e *sites* jornalísticos. Nos quais buscamos suscitar a relevância dos aspectos histórico culturais do nosso estado. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Baseado na pesquisa bibliográfica realizada compreende-se como se deu o processo da invasão Holandesa no RN. Sendo assim, o interesse Holandês pelas terras do Rio Grande – como o estado era conhecido na época – foi provocado pelo desejo de conquistar outras capitanias. Além disso, o Rio Grande era um ponto estratégico em termos geográficos e grande produtor da cana-de-açúcar. Um personagem importante dessa passagem histórica chamava-se Jacob Rabbi, um judeu Alemão, que exerceu grande influência sobre os indígenas para impor a religião dos Holandeses aos povos do Rio Grande. Desta forma, o resultado dessas invasões desencadeou nos massacres de Ferreiro Torto, Cunhaú e Uruaçu. **CONCLUSÃO:** É de primordial importância de estudar os acontecimentos histórico-culturais da sua região. Em especial a ocupação holandesa no Rio Grande do Norte para mediar conhecimento a respeito dos povos originários e da intolerância religiosa que se sucedeu no nosso Estado. Sem conhecer nossa história fica impossível trabalhar como educador na formação das próximas gerações.

**Palavras-chave:** Invasões. História. Educação.

## REFERÊNCIAS

A PRESENÇA HOLANDESA no RN. **Tribuna do Norte**. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/a-presna-a-holandesa-no-rn/359307>. Acesso em: 28 set. 2021.

CENTRO CULTURAL Luso Brasileiro. **Massacres de Ferreiro Torto, Cunhaú e Uruaçu**. Disponível em: <http://cclbdobrasil.blogspot.com/2013/04/massacres-de-ferreiro-torto-e-cunhau.html>. Acesso em: 29 set. 2021.

FATOS HISTÓRICOS do Brasil (2012). **Jacob Rabbi, algoz do nordeste holandês**. Disponível em: <http://fatoshistoricosdobrasil.blogspot.com/2012/02/jacob-rabbi-algoz-do-nordeste.html>. Acesso em: 27 set. 2021.





## RENDEIRAS DA VILA DE PONTA NEGRA: NOSSAS RAÍZES E NOSSA CULTURA

### **AUTORES:**

Ângela Maria de Miranda Pereira  
Ana Carla do Nascimento Tenório  
Cleide Késia de Góis  
Marcus Vinicius Ferreira da Silva  
Milane Priscila dos Santos  
Lúcia de Fátima Cunha

**INTRODUÇÃO:** Este trabalho apresenta um resgate histórico sobre resistência cultural das rendeiras da Vila de Ponta Negra. Tendo como análise teórica do conhecimento popular. Tendo como objetivo reconhecer a cultura e a arte das rendeiras da Vila de Ponta Negra. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa e exploratória, os dados coletados foram de forma secundária, através de entrevista não-estruturada, onde permitiu uma maior flexibilidade na formulação das perguntas, como Lakatos (1999) ressalva “Encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações de um determinado assunto.” Utilizando como forma de apresentação do trabalho a ferramenta do podcast, e um mural interativo (Padlet), a fim de partilhar, registrar e guardar conteúdo. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** No resultado da entrevista percebemos odesânimo por parte das rendeiras com diminuição dos interesses dos jovens em dar continuidade a esta arte provocado pelo choque de gerações, tendo como resultado a desapropriação da herança cultural. Segundo Singly (2009) “Isso ocorre por oscilar entre aobediência e a espontaneidade em um movimento de transições de gerações.” Outra consequência é a desvalorização da cultura por parte dos órgãos públicos. **CONCLUSÃO:** A desconstrução da história brasileira é decorrente da transformação da cultura com a invasão de produto do mercado, pois, a indústria cultural produz hábitos e ideologias que serão comercializados e absorvidos completamente pelos indivíduos. Seguindo esse pensamento, percebe-se que a cultura popular é relegada a segundo plano para privilegiar uma cultura produzida pelo capitalismo. Assim, o Brasil vai perdendo a sua identidade nacional. Sendo assim, se faz necessário que sejam implementados nos currículos das escolas medidas de valorização da cultura popular. É importante que os alunos conheçam a diversidade cultural do país para defini-lo como nação.

**Palavras-chave:** Educação. Valores Culturais. Herança.

## REFERÊNCIAS

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas. 2019.

LAKATOS, E.M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

**MOMENTO CULTURAL**: Rendeiras de Ponta Negra. Disponível em: <https://youtu.be/Wg6qd8kA4hM>. Acesso: 01 out. 2021.

SINGLY, François. **Educação e realidade**: a apropriação da herança cultural. 34(1): 9-32. Jan./abr., 2009.



## RIQUEZAS ORIUNDAS DA PRAIA DE PIRANGI

### AUTORAS:

Raiane Maria Lima dos Santos  
Clara Renata Moreira Barbosa  
Paula Vidal de Negreiro Oliveira de Souza  
Larissa Oliveira de Andrade

**INTRODUÇÃO:** O presente trabalho o intuito conhecer a história da praia de Pirangi que é dividida pelo rio Pirangi em que denomina sua divisão em Norte e Sul, sendo o foco deste trabalho o Pirangi do Norte que está situado no distrito litoral do município de Parnamirim. Destacaremos no discorrer da escrita a economia e a culinária. Ressaltando o Maior Cajueiro do Mundo que está encravado em suas terras e representa o ícone do turismo brasileiro, assim como os passeios aos Parrachos. A gastronomia regional é marcada principalmente por barracas à beira mar. Evidencia a atividade turística como o grande motor de geração de emprego e renda no território.

**OBJETIVO:** Resgatar a história dos principais pontos turísticos da Praia de Pirangi localizada no litoral do Rio Grande do Norte. **METODOLOGIA:** A pesquisa sucedeu-se em caráter exploratório com um levantamento bibliográfico sobre as informações da origem de Pirangi. Por meio da pesquisa bibliográfica sobre os pontos explorados foram: os principais pontos turísticos, a economia e a gastronomia. Realizamos pesquisa in loco onde foi visitado o Maior Cajueiro do Mundo, que coletamos diversas informações com o guia do Cajueiro, tais como: as hipóteses de como foi plantada a árvore, o motivo de sua anomalia, sua grande produção de fruto. Visitamos a Feira de Artesanato que possui como patrimônio imaterial importantíssimo: o Junco. Adquirimos informações por meio de uma entrevista com uma artesã que contribui e sobrevive daquele comércio comunicando-nos que o Junco (material vendido e confeccionado pela artesã) é uma palha que é retirada da lagoa em sua própria região. Ato contínuo, entrevistamos alguns pescadores de Pirangi que relataram a sua sobrevivência por meio da pesca e a grande importância dessa atividade para a economia da região. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os resultados obtidos em nossa pesquisa, destacamos; “O cajueiro segue crescendo, em média meio metro ao ano, ele tomou metade da pista pois foi proibido a poda em 2004, um dos projetos é deixá-lo crescer, tomar a pista e realizar um desvio para os carros - disse o guia turístico dado importante para o turismo pedagógico, para nos motivar a conhecer nosso lugar e nossa cultura. No estudo realizado, vimos que a origem da cidade surgiu quando os terrenos dos pescadores locais foram gradualmente vendidos e as casas de veraneio começaram a ser construídas. A vila de Pescador e o Maior Cajueiro do Mundo, foram pontos de destaques no povoamento dessa região e na movimentação

da economia, tornando Pirangi um dos principais pontos turísticos. Nesse sentido, o turismo pedagógico é uma ferramenta fomentadora de mudança no currículo escolar. A presença da temática “patrimônio cultural” constitui-se no reconhecimento de que a escola é uma instituição que deve fazer parte das políticas de educação patrimonial. **CONCLUSÃO:** Constatamos que o trabalho foi de suma importância possibilitando uma sucessão de informação sobre a temática, visto que foi possível atingir o objetivo; vivenciamos de forma significativa todo o processo possibilitando a conhecer e valorizar os principais pontos turísticos do nosso estado. A metodologia da Educação Patrimonial tem um amplo campo de atuação e propõe não somente uma nova maneira de utilização dos bens culturais do passado e do presente, como também uma nova postura por parte do educador, no sentido de incorporar os bens culturais ao processo de aprendizado e como auxiliares no desempenho das funções de transmitir o conhecimento.

**Palavras-chave:** Educação. Aprendizagem. Turismo pedagógico.

## REFERÊNCIAS

- GRUNBERG, E. **Educação Patrimonial**. Utilização dos Bens Culturais como Recursos Educacionais. Disponível em: [http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo4\\_tutores/estudos\\_sociais/materiais/edu\\_cacao\\_patrimonial.pdf](http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo4_tutores/estudos_sociais/materiais/edu_cacao_patrimonial.pdf). Acesso em: 05 nov. 2021.
- PLANO PLURIANUAL Participativo. **Parnamirim**, 2017. Disponível em: [https://parnamirim.rn.gov.br/pdf/ppa\\_numeros/ppa\\_relatorio\\_completo.pdf](https://parnamirim.rn.gov.br/pdf/ppa_numeros/ppa_relatorio_completo.pdf). Acesso em: 05 nov. 2021.

# **PSICOLOGIA**



## INTERVENÇÃO PRÉVIA NO DESENVOLVIMENTO DA FALA NA PRIMEIRA INFÂNCIA

### AUTORES:

Anna Lygia Neves de Oliveira Ratis

Helton Rubiano de Macedo

João Paulo dos Santos e Andrade

Julia Carmo Bezerra

**INTRODUÇÃO:** O trabalho foi realizado com objetivo de conhecer as fases do desenvolvimento infantil e foi realizado por meio de estudo de caso, com o intuito de identificar uma possibilidade de intervenção em algum aspecto do desenvolvimento da criança. A criança em estudo, tinha 1 ano e 7 meses de idade. **METODOLOGIA:** Os dados foram obtidos pela aplicação do formulário de Anamnese Psicológica, sendo feita com a mãe da criança, forma online, pela plataforma *Google Meet*. As perguntas contemplaram diversos aspectos do desenvolvimento infantil. **REVISÃO DA LITERATURA:** Embora a divisão do ciclo da vida em períodos seja uma construção social (PAPALIA & FELDMAN, 2013), concordamos que tal divisão é importante, sobretudo, as fases da infância. É importante, também destacar a diferença entre crescimento e desenvolvimento, que segundo Villachan-Lyra *et al.* (2017, p. 7), crescimento é um processo biológico e natural, caracterizado, por exemplo, pelo aumento de peso e pela altura. Já o desenvolvimento se refere à aquisição de novas habilidades ou aumento da capacidade do indivíduo na realização de atividades, como a linguagem, por exemplo. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Foi identificado que a criança apresentava atraso na fala, então esse foi o ponto de partida para a construção de um recurso digital para estimular o desenvolvimento da criança. Verificou-se que é possível trabalhar o processo da produção da fala por meio do estímulo e do reforço da autonomia da criança. Assim, no recurso criado, constam propostas de brincadeiras para serem executadas entre a criança e seus cuidadores. **CONCLUSÃO:** Devido à limitação de tempo, não foi possível a aplicação prática do instrumento, mesmo assim, destacamos que a anamnese, o planejamento e o desenvolvimento de um recurso digital, possibilitaram uma experiência que impacta positivamente na formação de psicólogos, pois propicia um encontro real entre teóricos e sujeitos concretos com seus problemas cotidianos.

**Palavras-chave:** Criança. Desenvolvimento. Psicologia.

## REFERÊNCIAS

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. Desenvolvimento Humano. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

VILLACHAN-LYRA, P.; QUEIROZ, E. F. F; MOURA, R. B.; GIL, M. **Entendendo o desenvolvimento infantil**: contribuições da neurociência e o papel das relações afetivas para pais e educadores. Material complementar do Programa pela Primeira Infância. NINAPI/UFRPE: Recife, 2017.



## **IMPACTOS DO ENSINO REMOTO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DE GRADUANDOS EM PSICOLOGIA DO UNIFACEX**

### **AUTORES:**

Adriana Pereira dos Santos  
Anna Lygia Neves de Oliveira Ratis  
Helton Rubiano de Macedo  
João Paulo dos Santos de Andrade  
Pryscylla Fideles de Miranda  
Valdênia Maria Miranda Barboza

**RESUMO:** Esse trabalho objetivou identificar impactos do ensino remoto no processo de aprendizagem no curso de Psicologia (UNIFACEX). Entre os 104 participantes, observou-se que 45,9% não tiveram dificuldades para participar das aulas e 42,4% não sentiram alteração na rotina após o ensino remoto.

**Palavras-chave:** Ensino remoto. Covid-19. Psicologia

**INTRODUÇÃO:** O presente trabalho expõe resultados de pesquisa realizada com graduandos do curso de Psicologia do Unifacex para conhecer os impactos do ensino remoto emergencial em decorrência das restrições impostas pelo enfrentamento da COVID-19. A ideia da temática surgiu como proposta de trabalho para a disciplina de Práticas Integrativas em Psicologia II – PIPSI II, que tem como objetivo fazer articulação com os outros componentes curriculares obrigatórios para o segundo período do Curso, que foram: Processos de Aprendizagem, ministrado pela Professora Waleska Lima; Motivação e Emoção, com a Professora Tassiana Figueiredo e Sistemas e Teorias I: Campo Comportamental, com a Professora Raniele Epissara. A princípio a pesquisa foi realizada apenas com os graduandos do segundo período do curso de Psicologia, que cursavam a disciplina no mesmo semestre, e após apresentação do relatório final e exposição dos resultados em sala de aula, teve-se a ideia de expandir para um número maior de estudantes. Como se sabe, o ensino remoto foi alternativa imposta como uma forma de substituição das aulas presenciais, que foram suspensas em vários países devido a pandemia. E neste contexto, tivemos como objetivo de identificar na pesquisa impactos do ensino remoto no processo de aprendizagem dos discentes do curso de Psicologia. A relevância da temática escolhida, portanto, justifica por ser bastante atual e pelo fato de ainda serem limitadas as discussões acerca dos impactos do ensino remoto emergencial nas universidades e centros universitários. Embora não tenhamos o intuito de aprofundar o tema nesse relatório, posta a sua complexidade, acreditamos que os dados coletados podem nortear novas medidas a serem tomadas pela Instituição de Ensino, com vistas a garantir uma formação de qualidade, sobretudo, para os alunos do curso de



Psicologia. **METODOLOGIA:** O roteiro de perguntas da entrevista foi organizado, em eixos que foram pensados a partir de dois critérios: 1. dialogar com o tema escolhido; e 2. com os componentes curriculares cursados ao longo do semestre, Processos de Aprendizagem, Motivação e Emoção e Sistemas e Teorias I: Campo Comportamental. No aplicativo *Google forms*, foi elaborado um formulário com 18 questões divididas em 6 seções:

- Eixo 1: Dados sociodemográficos (composto por 5 questões);
- Eixo 2: Acessibilidade - Ensino remoto (composto por 3 questões);
- Eixo 3: Isolamento Social (composto por 2 questões);
- Eixo 4: Processos de aprendizagem (composto por 4 questões);
- Eixo 5: Motivação e emoção (composto por 2 questões);
- Eixo 6: Campo comportamental (composto por 2 questões);

O questionário foi divulgado em grupos de *WhatsApp* das turmas de graduação do curso de Psicologia e também por meio de visitas às salas de aula realizadas pelo *Google Meet*, durante o período de 06/05 a 24/06/21. **REVISÃO DA LITERATURA:**

Em 31 de dezembro de 2019, foram registrados, na província de Hubei, na China, os primeiros casos de uma doença respiratória causada por um vírus identificado como o novo Coronavírus. Essa enfermidade foi nomeada como COVID-19 e rapidamente se alastrou pelo mundo. Em consequência disso, poucas semanas depois do surgimento dos primeiros casos, algumas ocorrências também foram registradas no Brasil. Em 4 de fevereiro de 2020, o governo brasileiro decretou estado de emergência para conter a disseminação do vírus no país. Um pouco mais de um mês depois, em 11 de março, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia, isto é, uma epidemia em escala global, e recomendou o isolamento e o distanciamento social como medidas de enfrentamento da doença, uma vez que esta se caracteriza por ser muito contagiosa e por seu alto índice de letalidade. As medidas adotadas, por sua vez, geraram inúmeros impactos sociais e econômicos, e repercutiu, especialmente, nas rotinas escolares e acadêmicas de todos os países infectados, haja vista que as atividades consideradas não-essenciais foram interrompidas. Vivencia-se, pois, um cenário de muitas incertezas, o qual é provocado pelo fato do vírus ainda não ser totalmente conhecido, pela impossibilidade de determinar um prazo de volta à rotina pré-pandemia e pela falta de um tratamento, cuja eficácia tenha sido comprovada, de combate à doença. Em meio a isso, as pessoas tiveram que se adaptar aos novos comportamentos: uso de máscaras, constante higienização das mãos, ausência de contato físico com outros indivíduos, sair de casa apenas para o essencial, entre outros. Esses novos hábitos deram origem ao termo “novonormal”, uma vez que, durante o período do isolamento, não foi possível manter o mesmo *modus operandi* que se tinha antes da COVID-19. Nesse contexto, o sistema educacional, em seus diversos níveis, precisou se ajustar de forma emergencial para que o isolamento social não trouxesse tantos prejuízos aos estudantes. Assim, para enfrentar esse período de crise, especificamente na educação, o governo brasileiro, através do Ministério da Educação, publicou a portaria nº 343 que regulamenta a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia. Esse primeiro documento norteou os próximos passos a serem dados pelas Instituições de Ensino Superior (IES), sejam elas públicas ou privadas, pois normatizou a utilização de ferramentas digitais apenas para a realização de aulas teóricas e suspendeu, momentaneamente, as disciplinas práticas (BRASIL, 2020). De

acordo com Gusso *et al.* (2020), 78% das IES privadas brasileiras mantiveram as aulas remotas, as quais se aproximam da educação a distância (EAD), uma modalidade de ensino prevista nas leis brasileiras que já fazia parte da realidade dos estudantes universitários. A título de exemplificação, pode-se mencionar a portaria n. 2.117, de 06 de dezembro de 2019, a qual estabelece que o limite máximo de carga horária para a realização de atividades no formato EAD seja de 40% sobre a composição total das atividades desenvolvidas nos cursos de graduação, desde que salvaguardadas as indicações nas diretrizes curriculares de cada curso (BRASIL, 2019). Apesar de utilizarem ferramentas digitais e de aparecem como equivalentes no período de isolamento, o ensino remoto e a EAD apresentam características substanciais. Enquanto nas aulas remotas a interação professor-aluno ocorre em tempo real, por meio de uma sala virtual e no mesmo horário em que aconteceriam as aulas presenciais, na EAD as aulas são gravadas e o aluno organiza o seu tempo para assistir e desenvolver, de forma assíncrona, as atividades propostas. Além disso, o professor nessa modalidade quase não tem contato com o aluno, já que todo o processo fica sob a responsabilidade de um tutor, cuja função é tirar dúvidas ou resolver qualquer outra demanda envolvida na aula (GUSSO *et al.*, 2020). Diante dessa nova realidade, muitos professores e estudantes de todos os níveis de ensino precisaram se ajustar. Toda essa mudança, que implicava uma grande adaptação, possivelmente causou muita sensação de estresse, de medo, de angústia, de ansiedade. Afinal, o momento envolvia e ainda envolve muitas questões que interferem tanto na aprendizagem como no convívio em sociedade. O medo da morte, a incerteza de quando e se a vida voltará ao que era antes ainda são questões comuns para a maioria das pessoas e que podem ter reflexos sobre o processo educacional (SARAIVA; TRAVERSINI; LOCKMANN, 2020).

**RESULTADOS E DISCUSSÃO:** No tocante aos dados sociodemográficos, coletamos informações gerais sobre o grupo em estudo. Desse modo, as perguntas feitas incluíam atributos como gênero, idade e autodeclaração de raça. Com base nos resultados obtidos, trata-se de um público predominantemente do sexo feminino, pois 79,8% (83 pessoas) identificam-se com o sexo feminino, ao passo que 17,3% (18 pessoas) se reconhecem como pertencentes ao sexo masculino, 1,9% (2 pessoas) não se identifica nem como homem e nem como mulher e 1% (1 pessoa) não quis responder. Com relação à faixa etária, embora identificado que a idade do público varia entre 18 e 55 anos, a maior parte é formada por pessoas jovens, possuindo entre 18 e 25 anos, correspondendo ao percentual de 43,3% (45 pessoas), 27,9% (29 pessoas) estão entre 26 e 35 anos, 21,2% (22 pessoas) na faixa de 36 a 45 anos, 6,7% (7 pessoas) entre 46 e 55 anos, apenas 1% (1 pessoa) acima dos 55 anos. Sobre a autodeclaração de raça, 49% (51 pessoas) se autodeclararam da raça branca, 41,3% (43 pessoas) da raça parda, 6,7% (7 pessoas) da raça negra e 2,9% (3 pessoas) se consideram da raça amarela. No que tange à acessibilidade no contexto do ensino remoto, foi questionado acerca do equipamento usado para acompanhar as aulas e sobre a existência de dificuldades para participar dos encontros virtuais. Sobre o tipo de equipamento utilizado para participação das aulas no formato remoto, nessa questão apenas 85 dos 104 estudantes responderam, sendo 61,2% (52 pessoas) informaram que usam *notebook*, 29,4% (25 pessoas) usam *smartphone*, 8,2% (7 pessoas) utilizam computadores de mesa (*desktop*), e 1% (1 pessoa) fazia uso de *tablet*. Sobre a principal dificuldade para participar das aulas remotas, também respondida por 85 dos participantes, 45,9% (39 pessoas) responderam que não tinham dificuldades, 23,5% informaram que

o impasse vivenciado não se encaixava entre as opções apresentadas, 12,9% (11 pessoas) indicaram que necessita de apoio interativo de docentes e/ou tutores, para 7,1 % (6 pessoas) era de disponibilidade de equipamento adequado, 5,9% (5 pessoas) optaram pela dificuldade relacionada ao acesso à internet e 4,7% (4 pessoas) mencionaram a dificuldade de uso das plataformas online de aprendizagem. Pode-se inferir que o motivo pelo qual parte expressiva dos entrevistados não apresenta problema em participar das aulas no formato remoto seja pela utilização de equipamentos de boa qualidade, como por exemplo, o *notebook*. Com relação, ao percentual que indicaram vivenciar dificuldades diferentes das apresentadas entre as opções, dar-nos a entender que essa adversidade possa estar relacionada em conciliar as atividades em casa e os horários de aula ou rotina dos familiares interferindo na concentração das aulas/estudo, por exemplo. Questionou-se, também a respeito da rotina de trabalho ou estágio, após a implementação do isolamento social como principal medida de segurança contra o avanço da COVID-19, e sobre o nível de ansiedade causado pela medida supracitada. Com relação à rotina de trabalho e estágio após as medidas de isolamento social relacionadas à pandemia da Covid-19, respondida por 85 pessoas, 42,4% (36 pessoas) informaram não que não trabalhavam e nem faziam estágio, 24,7% (21 pessoas) continuaram com a mesma rotina de trabalho e estágio, o mesmo quantitativo informou que essas atividades foram realizadas em *home office*, 4,7% (4 pessoas) responderam que foram demitidas e 3,5% (3 pessoas) não quiseram responder ou não souberam responder. Chamou a atenção que parte significativa dos entrevistados não trabalhava e nem fazia estágios e com as medidas de isolamento não tiveram sua rotina externa alterada. Cabe relacionar este aspecto ao percentual de entrevistados que informam não ter tido dificuldades com a adaptação ao formato remoto das aulas. Sobre o impacto da ansiedade que o isolamento social tem causado no bem-estar dos entrevistados, obtivemos 85 respostas, sendo 41,2% (35 pessoas) informando nível de ansiedade alto, 40% (34 pessoas) com nível de ansiedade moderado, 12,9% (11 pessoas) com nível de ansiedade baixo, 4,7% (4 pessoas) escolheram a opção sem ansiedade e 1,2% (1 pessoa) optou em não responder. Considerando o alto percentual de entrevistados que não teve a rotina alterada com o isolamento, aqui falando dos que não trabalham/estagiam e que permaneceram com sua rotina de trabalho inalterada, o nível de ansiedade apresentado nas respostas é bastante significativo, pois sinalizam que o nível de ansiedade provocado pelo período de quarentena variou entre alto e moderado. **CONCLUSÃO:** Como pudemos ver, em virtude da pandemia da COVID-19 e das medidas de isolamento social, ocorreram muitas mudanças substanciais na sociedade. Consequentemente, a educação foi um setor afetado por tais transformações. Especificamente, no ensino superior, a suspensão das aulas presenciais levou muitas instituições, sobretudo as privadas, a optarem pela utilização do ensino remoto como forma alternativa para prosseguir com o ano letivo. Embora se aproxime com a EAD, o ensino remoto é uma modalidade diferente que trouxe muitos impactos ao processo de aprendizagem dos estudantes brasileiros que tiveram a oportunidade de continuar, ainda que virtualmente, com os seus estudos. É nesse contexto de tantas mudanças que nossos colaboradores estão inseridos. Conforme explanado ao longo do nosso relatório, o formulário foi aplicado a 104 graduandos do curso de Psicologia do Unifacex, a fim de conhecer justamente os impactos do ensino remoto no processo de aprendizagem desses estudantes. Baseados nas respostas que eles deram, vimos que, o ensino remoto não foi considerado um fator que

interferiu de modo negativo ao processo de aprendizagem, mesmo com elevados níveis de ansiedade, os estudantes apresentaram boa adaptação ao formato do ensino remoto.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. **Portaria n. 2.117, de 06 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. Diário Oficial da União, ed. 239, seção 1, Brasília, DF, p.131, 11 dez. 2019. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.117-de-6-de-dezembro-de-2019-232670913>. Acesso em: 11 nov. 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. **Portaria n. 343, de 17 de março de 2020**. Dispõe sobre a substituição de aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Diário Oficial da União, ed. 53, seção 1, Brasília, DF, p. 39, 18 mar. 2020c. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 11 nov. 2020.

GUSSO, H. L. *et al.* **Ensino superior em tempos de pandemia: diretrizes à gestão universitária**. Educ. Soc., Campinas, v. 41, e238957, 2020.

SARAIVA, K; TRAVERSINI, C; LOCKMANN, K. **A educação em tempos de COVID-19: ensino remoto e exaustão docente**. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>. Acesso em: 3 de dez. 2020.



## PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA BRASILEIRA: ANÁLISE HISTÓRICA EM CONTRAPONTO AO ELITISMO DA PSICOLOGIA TRADICIONAL

### AUTORES:

Ana Beatriz Guimarães de Araújo Dantas

Dâmaris de Lima Brasil

Débora Evelyn Meneses Silva

Julimar da Silva Gonçalves

Kimbelly Conrado Moura

**INTRODUÇÃO:** O presente trabalho é resultado de uma atividade formativa exigida na disciplina “psicologia comunitária”. A atividade previa o estudo do percurso histórico da Psicologia Social Comunitária no Brasil à luz da revisão teórica cuja leitura central foi “psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia” (CAMPOS, 2003).

**METODOLOGIA** A opção metodológica foi a revisão de literatura em função da análise do percurso histórico da Psicologia Social Comunitária no Brasil.

**RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Ao analisar os caminhos trilhados pelos psicólogos no Brasil, elaboramos três questionamentos: onde essa atuação está sendo exercida; de que forma e quais os objetivos centrais; e qual o público-alvo. Obtendo esses dados, percebemos o quão tradicional-clínico ainda é essa atuação, mesmo apresentando uma pluralidade de contextos que poderiam ser mais explorados. Nesse sentido, para sair do conforto clínico, precisamos analisar uma série de fatores que foram colocados em questão: sair da esfera do sujeito enquanto individual e se adentrar nele enquanto coletivo-comunitário; a falsa falta de referências na área, ocasionando desconforto aos profissionais que preferem se blindar de teorias, como pós-graduações, formações; quando esse domínio deve ser desenvolvido na própria universidade, porém, ainda há esse déficit devido à formação acadêmica historicamente pautada no fazer clínico.

**CONCLUSÃO:** A Psicologia Social Comunitária opera como ampliador de olhos para os demais profissionais, visto que sua atuação é pautada em âmbitos relativos aos problemas sociais, políticos e econômicos, reconhecendo o ser humano como ser histórico, inserido em um meio político específico, sendo esses fatores como contribuintes para a sua subjetividade. Palavras-chave: Psicologia. Psicologia Social Comunitária. Ser histórico.

### REFERÊNCIAS

CAMPOS, R. H. F. (Org.). **Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia**. Petrópolis: Vozes, 2005. GONÇALVEZ, M. A.; PORTUGAL, F. T. Análise histórica da psicologia social comunitária no Brasil. *Psicologia & Sociedade*, Rio de Janeiro/RJ, v. 28, n. 3, p. 562-571, out. 2016.



## A COMUNICAÇÃO NÃO-VIOLENTA COMO AÇÃO EMPREENDEDORA PARA O CAMPO DA PSICOLOGIA

### AUTORES:

Anna Lygia Neves e Oliveira Ratis  
Camila Mariana Araújo Rivetti  
Julimar da Silva Gonçalves  
Pedro Baggi e Miranda Silva  
Rafael Goulart  
Solange Pinheiro Medeiros

**INTRODUÇÃO** A comunicação é preponderante para a integração entre pessoas e nos desafios enfrentados nas corporações, a falta dela tem sido listada entre os seus principais problemas. Mesmo com a tecnologia configurando como aliado ao processo é entre pessoas que se refina e define-se a resolução de problemas. O presente trabalho objetiva apresentar a aplicação da “Comunicação Não-Violenta – CNV” por meio da empresa Comunicar Consultoria idealizada no plano de negócios elaborado para fins da atividade avaliativa da disciplina “Psicologia e Empreendedorismo”.

**METODOLOGIA:** Os pilares do plano de negócios foram fundamentados no mapeamento e análise de mercado compreendendo o público alvo da empresa, concorrentes e estudo dos fornecedores e serviços terceirizados. **REVISÃO DA**

**LITERATURA** O psicólogo Marshall B Rosenberg autor do livro Comunicação Não Violenta (CNV) (Marshall, 2006) descreve em seu método comunicativo que a chave para a solução do problema das desavenças e discórdias entre as pessoas está na maneira como falamos e ouvimos os outros. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:**

A empresa Comunicar Consultoria, idealizada no plano de negócios pelos alunos do curso de psicologia tem como missão divulgar, difundir e implantar a CNV nas diversas organizações através de consultoria especializada, proporcionando a melhoria do clima organizacional e bem estar repercutindo no aumento de produtividade e retorno para seus clientes. **CONCLUSÃO:** A elaboração do plano de negócios e, por conseguinte, a idealização da empresa permitiu, de um lado, o exercício reflexivo-crítico sobre a prática empreendedora com seus possíveis desdobramentos e desafios, e de outro, ampliar a compreensão conceitual sobre a importância do plano de negócios e o conceito de empreendedorismo no campo da psicologia.

**Palavras-chave:** Empreendedorismo. Comunicação Não-Violenta. Plano de negócios.

## REFERÊNCIAS

GALLI, Adriana Velho; GIACOMELLI, Giancarlo. **Empreendedorismo**. 3. ed. Porto Alegre: SAGAH, 2013.

ROSENBERG, Marshall B. **Comunicação não-violenta**: Técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. São Paulo: Ágora, 2006.